



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 129

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 19 de maio de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se os trabalhos com Declarações Políticas.

[A primeira](#) foi apresentada pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), tendo para o efeito pedido a palavra para intervir os/as Srs./as Deputados/as José San-Bento (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), António Lima (*BE*), Graça Silveira (*Independente*), João Paulo Corvelo (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

[A segunda Declaração Política](#) foi proferida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), José San-Bento (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e Graça Silveira (*Independente*).

A manhã terminou com a [Declaração Política](#) proferida pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Francisco César (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e ainda o Sr.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Posteriormente, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 194/XI – “Recomenda ao Governo Regional que retire a autorização que concedeu à SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. para alienar ações de parte do capital social da SATA Internacional – Azores Airlines, S.A.”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, participaram no debate os Srs. Deputados António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Carlos Silva (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

De seguida, foi apresentado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*) o [Projeto de Resolução n.º 213/XI – “Simplificação administrativa de candidaturas das empresas \(Covid-19\)”](#).

Para debater a iniciativa usaram da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Carlos Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Terminado este ponto da Agenda, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 214/XI – “Compensação às empresas pela redução da faturação \(Covid-19\)”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros, participaram no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Em votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Seguidamente, foi apresentado pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (PSD) o [Projeto de Resolução n.º 215/XI – “Revisão dos Sistemas de Incentivos Regionais ao Investimento Privado”](#).

Para tal usaram da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (CDS-PP), Carlos Silva (PS), António Lima (BE), Paulo Estêvão (PPM), João Paulo Corvelo (PCP), Francisco César (PS) e a Sra. Deputada Graça Silveira (Independente).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Por fim, deu-se início ao debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 218/XI – “Redução das taxas nacionais sobre o Rendimento das Pessoas Singulares \(IRS\)”](#), apresentado pela Sra. Deputada Graça Silveira (Independente).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Silva (PS), António Vasco Viveiros (PSD) e Paulo Mendes (BE).

Os trabalhos terminaram às 18 horas 57 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Muito bem. Vamos iniciar os nossos trabalhos, não sem antes o Sr. Secretário da Mesa, Jorge Jorge, fazer a chamada.

Eram 10 horas e 03 minutos.

Secretário: Bom dia. Obrigado, Sra. Presidente, bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Ávila de Matos

Marta Cristina Moniz do Couto

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Elisa Lima **Sousa**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Joaquim José Joaquim Ferreira **Machado**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Secretário: Está concluída a chamada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão.

Vamos então iniciar os nossos trabalhos.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes e conforme também está expresso no regime de funcionamento excecional dos plenários por meios telemáticos, nós vamos ter neste período da manhã um período de PTAP reservado exclusivamente a declarações políticas.

Nós mantivemos a ordem, como sabem a ordem rotativa que se inicia a cada sessão legislativa, com que tínhamos ficado no último plenário em que se realizaram declarações políticas. Os tempos são os seguintes para apresentação da declaração política o autor dispõe de um tempo máximo de 10 minutos, depois, no âmbito do debate e recorde que apenas pode haver uma intervenção, a intervenção é única por um período máximo de tempo distribuído da seguinte forma: os grupos parlamentares dispõem de cinco minutos, assim como o Governo naturalmente; as representações parlamentares três minutos; e a Sra. Deputada Independente, um minuto.

O encerramento da declaração política pelo autor decorrerá também num período máximo de cinco minutos.

A ordem pela qual iremos fazer as declarações políticas neste período legislativo é a seguinte: iniciará o CDS, segue-se depois o PPM, depois o PSD, Bloco de Esquerda, PCP e o Partido Socialista.

Vou dar então a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para a declaração política do CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia do novo coronavírus alterou profundamente a vida dos açorianos obrigando a um esforço contínuo da defesa da vida e da saúde pública.

Os desafios que enfrentamos exigem, a cada dia que passa, que encontremos soluções para respondermos aos nossos problemas.

Foi esse o sentido da atuação do CDS no decorrer deste estado de exceção em que vivemos.

No contexto de emergência, na batalha da contenção, fomos solidários com as medidas do governo e apresentamos responsabilmente as medidas que entendíamos necessárias para um combate mais eficaz aos riscos de propagação da pandemia.

Nem sempre compreendidos, mas certos dos fundamentos dos nossos contributos, afirmamos ao nível da saúde pública, a necessidade de capacitar e preparar a Região para testar em massa, priorizando esse objetivo nos lares de idosos e em todos aqueles que estavam na linha da frente do combate, nomeadamente os profissionais de saúde, as forças de segurança, os bombeiros, a proteção civil e todos aqueles que na administração pública continuaram, em período de confinamento, a garantir o funcionamento da nossa vida coletiva.

Em resposta às consequências sociais e económicas procuramos soluções para todos aqueles que, no quadro do estado de emergência, ficavam, injustamente,

sem nenhuma proteção no âmbito das medidas implantadas, como foi o caso dos trabalhadores independentes e dos sócios-gerentes com empregados.

Na educação propusemos mais apoio aos professores e mais apoio aos alunos de forma a permitir a exequibilidade e a otimização do ensino à distância.

Muitas das nossas propostas foram aprovadas por unanimidade nesta Assembleia, o que demonstra a premência das nossas reivindicações, o seu sentido construtivo e a justiça social das nossas propostas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No quadro do processo de desconfinamento fixado pelo Governo Regional para uma saída segura da pandemia da Covid-19, o CDS disse mais uma vez presente e apresentamos soluções para um levantamento gradual das medidas implementadas a nível regional no contexto da pandemia.

Tivemos e afirmámos um único propósito nos contributos que apresentámos: preparar a Região, proteger a saúde e garantir a confiança dos Açorianos no processo.

Em primeiro lugar, apontamos, nesta fase do combate à pandemia a capacitação e a organização do nosso Sistema Regional de Saúde, como princípio nuclear da nossa ação e das políticas a edificar.

Para o CDS, é necessário que estejamos preparados para futuros cenários de crescimento da pandemia por forma a garantir, tendo por base a experiência já adquirida neste combate que travamos, a proteção da saúde das nossas populações.

Consideramos como fundamental calcular a capacidade instalada a nível hospitalar e consideramos também hoje em dia que isso é mais premente fazer em internamento e em cuidados intensivos para situações epidemiológicas, de forma a permitir assim sistematizar os diferentes níveis de resposta e possibilitar que estejamos mais e melhor preparados para corresponder a novos e exponenciais episódios da pandemia.

Afirmamos como essencial a existência de procedimentos transversais no âmbito da proteção individual e comunitária, assim como a formação de todos os prestadores de cuidados de saúde nos diferentes níveis do sistema. Considerámos como prioritário, neste vetor de atuação, um necessário reforço da formação em medicina de emergência e suporte avançado de vida dos profissionais de saúde, que trazemos a este plenário para discussão e que contamos mereça a aprovação de todos.

Procuramos, porque o avaliamos como determinante, alertar para a necessidade de correspondermos continuamente e continuamente às exigências de saúde pública que a pandemia determina e propusemos a constituição de um grupo de trabalho epidemiológico (repito: a constituição de um grupo de trabalho epidemiológico) permanente, por forma a garantir o acompanhamento dos progressos científicos verificados e desenvolver as adequadas respostas epidemiológicas a nível regional, sendo também essa a razão, pela qual, afirmamos como indispensável (repito: indispensável) o reforço de especialistas de saúde pública no nosso Sistema Regional de Saúde.

Continuamos, como sempre o fizemos em todas as fases do processo epidemiológico, e na esteira do que continua a ser afirmado pela Organização Mundial da Saúde na passada semana, a defender a capacidade de testar como ferramenta indispensável para o levantamento das restrições implementadas e combater os riscos futuros da propagação da epidemia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A realidade epidemiológica da nossa Região apresenta, por força da nossa realidade arquipelágica, diferentes níveis de risco de propagação da doença da COVID-19.

Assim sendo, é necessário atender à especificidade de cada ilha no processo de levantamento das medidas aplicadas.

Numa etapa do processo de combate à COVID-19 em que se procura restabelecer a economia e tendo em atenção a importância do turismo no conjunto das nossas ilhas, afirmamos em sede dos contributos do CDS, a pedido do Sr. Presidente do Governo, para um desconfinamento seguro que não se afigurava ser possível prolongar por muito mais tempo a regra da quarentena generalizada na mobilidade interna.

Afirmámos, tal como voltamos hoje a afirmar, que só podemos retomar a nossa economia e proteger o emprego se conferirmos os instrumentos indispensáveis para uma segura mobilidade interna que promova, numa primeira fase, o turismo inter-ilhas e prepare a Região para uma futura e inevitável abertura das fronteiras externas.

Foi por isso que entendemos e alertamos como necessário sistematizar e criar procedimentos de prevenção nas ligações aéreas e marítimas inter-ilhas e ter uma particular atenção à realidade emergente nas ilhas que constituem a porta de entrada das ligações nacionais e internacionais. Considerámos e consideramos, nesse sentido, ser fundamental preparar e estabelecer medidas que permitam a identificação da proveniência, a deteção de sintomatologia, a realização de testes e o percurso interno a efetuar por cada visitante e residente, de forma a minimizar o risco e a adequar a resposta a realizar em situações emergentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Fizemos o que tínhamos que fazer a vosso pedido e a pedido do Governo Regional, demos o nosso contributo. Fizemos o que tínhamos que fazer. Apresentamos as nossas propostas com propositura. Fomos, como nos competia, uma oposição responsável na maior crise da nossa história democrática. Foi esse, como afirmamos desde o início, o propósito do CDS: responder com responsabilidade aos Açorianos.

Compete agora ao Governo Regional agir no âmbito das competências e instrumentos estatuídos ao nível da proteção civil, promover as medidas a estabelecer de acordo com a análise de risco a cada momento considerada em função do evoluir da pandemia.

A nossa resposta, enquanto Região, e nesta Assembleia representativa de todos os Açorianos, será tanto mais capaz quanto maior for a capacidade que tivermos em consensualizar as medidas necessárias e para isso o Governo Regional dos Açores contou sempre com o apoio do CDS e do seu grupo parlamentar.

Os dias que enfrentamos começam agora a trazer à evidência os danos provocados na nossa economia e na vida dos açorianos.

Precisamos de reerguer os nossos setores económicos. Precisamos de devolver a normalidade possível ao quotidiano das nossas ilhas. Precisamos de responder aos mais pobres, precisamos de responder aos mais vulneráveis que os efeitos económicos da pandemia fez certamente crescer e expor ainda mais.

Temos que procurar as respostas necessárias para revitalizar a economia e devolver a normalidade possível no quotidiano das nossas ilhas e da nossa Região.

No CDS estamos, como sempre estivemos, preparados para responder e dizer presente.

Estamos certos de que todos contribuiremos para superar as dificuldades e reafirmarmos a nossa unidade frente a um inimigo comum nesta nova etapa do combate que travamos. Estamos certos de que juntos somos capazes de ultrapassar os obstáculos e reerguermos-nos perante os novos desafios com este forte e valente povo açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Concluída que está esta declaração política, abro agora as inscrições.

(Pausa)

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há alguma inscrição para participação neste debate.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Queria inscrever o Sr. Deputado José San-Bento, que está aqui ao meu lado.

Presidente: Sim senhor.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Luís Maurício, queria inscrever a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Presidente: Muito obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever a mim próprio, António Lima. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Agradeço que se inscrevam, por favor, porque como não há lugar propriamente a debate podem já ficar registadas todas as inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, posso inscrever-me para o meu minuto.

Presidente: Pode-se inscrever, sim senhora, e está inscrita.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, queria inscrever-me, João Corvelo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então dar a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar, saudar o Grupo Parlamentar do CDS-PP, relembrando que esta crise, como tenho dito várias vezes e o PS tem afirmado, é um momento em que a realidade supera a ficção e é de facto um momento histórico, sem precedentes na nossa autonomia constitucional.

Neste sentido, o Partido Socialista deixa uma palavra de reconhecimento e de apreço aos partidos da oposição pela forma como abordaram esta situação, como compreenderam a gravidade do momento e como no essencial estiveram disponíveis para construir consensos, para encontrarmos soluções em conjunto e para conseguirmos enfrentar com mais força esta pandemia.

Neste particular, queria destacar e reconhecer publicamente em nome do Partido Socialista o papel construtivo que o CDS manifestou ao longo desta crise da COVID-19, e que de certa forma a declaração política do Sr. Deputado Artur Lima confirma, esse papel foi importante e realmente basta referir que ainda no último plenário o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu provas claras e a própria Assembleia em si, mas particularmente no caso do PS demos provas claras de diálogo, de abertura e de acolhimento a muitas propostas da oposição, particularmente às propostas do CDS. Nós não concordamos com todas as propostas, mas a verdade é que nós votámos favoravelmente a esmagadora maioria das propostas apresentadas pelo CDS.

Isto significa que o Partido Socialista continua a ser nos Açores uma maioria positiva, uma maioria reformista, uma maioria de diálogo, mas também significa, é justo que se diga, que o CDS-PP deu um contributo construtivo e

positivo para a construção de soluções e para nós termos mais capacidade de enfrentar essa pandemia.

O Sr. Deputado abordou na sua declaração vários aspetos, várias medidas, que certamente merecerão um debate mais aprofundado, eventualmente com outra figura regimental que permita uma participação e uma interação dos grupos parlamentares noutros moldes, mas gostava de lhe dizer, Sr. Deputado, que o Partido Socialista tem muito orgulho na forma como o Governo Regional dos Açores e a Região Autónoma dos Açores no seu todo teve a capacidade de liderar e de apresentar um conjunto de medidas à altura do momento tão difícil.

Nós apresentámos o roteiro com os critérios para a saída segura, as medidas de desconfinamento, já estamos, também como sabe, a melhorar e a estender um conjunto de dezenas e de centenas de medidas de apoio às empresas, às famílias, ao emprego e ao rendimento. Portanto, há muito trabalho que já foi feito e bem feito, há mais trabalho e mais medidas que vêm a caminho, mas também é verdade, Sr. Deputado, que o futuro apresenta obviamente grandes desafios e obviamente que a partir de sábado passado os desafios na procura do nosso futuro e na construção da nova normalidade possível ficam mais difíceis.

Mas nós já tínhamos dito que ao longo das próximas semanas, eu próprio tive a oportunidade de afirmar isso no nosso último plenário, nós vamos sofrer revezes, nós vamos ter contrariedades, nós vamos aprender novas lições, mas isso fará parte desse processo. O que interessa aqui salientar é que nós estamos a trabalhar, e penso que a oposição aqui tem dado um contributo positivo, para que tudo corra pelo melhor numa tarefa que será certamente também de proporções sem precedentes e politicamente uma ação histórica.

A prioridade para o Partido Socialista, a abordagem desta fase que se segue, é muito clara: prioridade absoluta à segurança e à saúde dos açorianos, mas em paralelo com isso nós temos agora que começar a conciliar a reabertura da nossa economia, a procura daquilo, como já referi, da nova normalidade

possível. Isso vai implicar a adoção de medidas de reabertura seguras e graduais da nossa economia que permita o restabelecimento daquilo que todos desejamos ser o início de um processo que leve à recuperação e à normalização na melhor medida do possível da realidade socioeconómica dos Açores.

Terminaria apenas, Sr. Deputado, salientando também a concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista com aquilo que é, permita-me também a franqueza, uma imagem de marca da governação do PS, a dimensão social da nossa governação.

O senhor apontou aqui um conjunto de preocupações, um conjunto de problemas que o PS mais uma vez não vai esquecer.

Eu queria, neste momento, em que se fala muito na questão da saúde e é uma prioridade para nós, em que se fala muito da necessidade de uma reabertura ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... da economia e da necessidade da renormalização social e económica, queria deixar aqui uma palavra de confiança e uma palavra de segurança também aos açorianos: o PS não esquece as suas origens. O Partido Socialista sempre foi um partido de causas sociais, um partido com uma grande preocupação na dimensão social na sua ação política. Não é agora, neste momento, que nós vamos abandonar esta consciência social.

O Partido Socialista tem honra deste passado, irá honrar este passado e irá fazer mais uma outra coisa: nós vamos aproveitar que esta crise e que estes problemas sejam uma oportunidade para melhorarmos, reconstruirmos e reforçarmos essa dimensão social da nossa ação política.

Por último, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, termino com aquilo que eu também referi no último plenário do nosso Parlamento: ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... esta não é a primeira grande pandemia que o Partido Socialista enfrenta na governação dos Açores. Como sabem, no passado já tivemos todos,

mas particularmente quem tem responsabilidades governativas, de enfrentar grandes problemas e grandes pandemias, mas esta também não será a última e não será por isso que nós não deixaremos de vencer mais uma grande pandemia, mais um grande desafio que aparece na governação dos Açores. Faremos isso pelos Açores, faremos isso pelos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar esta minha intervenção dizendo que o PSD também desde a primeira hora se mostrou disponível e interessado a colaborar naquilo que seriam as adversidades causadas por esta pandemia.

Recordo até as palavras do nosso Presidente do partido, Dr. José Manuel Bolieiro, que afirmou “nós não observamos apenas o problema, queremos ser parte da solução.” Foi com este espírito que desde a primeira hora o PSD trilhou um caminho, o caminho da propositura, o caminho de auxiliar os açorianos, desde logo através de uma declaração também feita pelo nosso líder em que manifestava o apoio para qualquer alteração orçamental ou reforço de meios necessários para o combate a esta pandemia, ou até mesmo quando manifestou também o seu apoio em subir o nível de prevenção no arquipélago de forma a salvaguardar os açorianos.

Também em várias áreas temos desde logo apresentado propostas, algumas que têm sido acolhidas pelo partido que suporta a maioria, outras não, mas quer no setor social, quer na área económica, vimos também no último plenário algumas dessas propostas que infelizmente não foram acolhidas, mas que nós temos a certeza que eram boas propostas e que iam ao encontro dos açorianos e daqueles que estão diariamente na luta desta pandemia.

Mas permita-me destacar obviamente uma área que considero ser prioritária, o setor da saúde, porque também aqui de facto desde logo o PSD tem tido uma vasta área de intervenção e um vasto sentido de propositura. Recordo, numa fase inicial, a nossa preocupação em dotar o Serviço Regional de Saúde de meios eficazes, dos meios necessários a todos os níveis para o combate a esta pandemia e propusemos desde logo a criação de uma segunda tripulação na unidade de evacuações aéreas do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, porque consideramos que só assim estariam salvaguardadas todas as evacuações inerentes ou não a esta pandemia numa fase até em que existia apenas um único hospital de referência, que era o Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira. Portanto, desde logo achámos que era necessário reforçar o Serviço Regional de Saúde no sentido de dar-lhes respostas ...

(Aparte de Orador não identificado)

Presidente: Sr. Deputado, não sei se era alguma interpelação à Mesa, se foi engano. Sei que alguma coisa aconteceu que, entretanto, perdemos a Sra. Mónica Seidi.

Está a ouvir-me, Sra. Deputada?

A Oradora: Sim, perfeitamente.

Presidente: Peço desculpa pela interrupção.

Pode continuar a sua intervenção, Sra. Deputada.

A Oradora: Obrigada, Sra. Presidente.

Também nesta área da saúde manifestámos desde logo que seria mais prudente e mais eficaz a realização de colheitas de amostras biológicas no domicílio e não apenas a nível hospitalar, no sentido de dotar uma resposta mais célere e mais eficaz a estes doentes e a estes casos suspeitos.

A nível da capacidade dos laboratórios, desde logo manifestámos também a necessidade de haver mais uma resposta e de dotar o laboratório do Hospital do Divino Espírito Santo de todos os meios e equipamentos necessários de forma a poder responder àquilo que se viria a assistir, ao aumento do número de casos e obviamente que dificilmente concentrando essa resposta num único hospital o Serviço Regional de Saúde teria aquilo a que nós chamaríamos de uma resposta adequada.

Portanto, temos aqui uma panóplia de propostas que foram por nós realizadas. Também ao nível do alojamento para os profissionais de saúde numa altura em que isso estaria a ser um problema, pois estando obviamente a trabalhar alguns deles não teriam a possibilidade de forma segura proteger as suas famílias e era necessário encontrar aqui um local onde pudessem descansar e onde pudessem também tranquilizar os familiares ao não irem para casa, pois estariam sempre correndo o risco de estarem infetados.

Também respondemos ao apelo do Sr. Presidente do Governo Regional com contributos, porque achámos que de facto havia coisas a melhorar e nesse sentido insistimos na necessidade do uso de máscaras generalizado à população identificando em que situações específicas deviam ser obrigatórias.

No mesmo contributo falámos ainda da necessidade de avaliar a extensão da doença à população e também nesse sentido entregámos uma proposta que irá ser discutida ao longo deste plenário e que poderá corresponder aqui a esta nossa preocupação que tem a ver com a realização de testes serológicos. Ainda nesse mesmo contributo falámos na necessidade de, aquando do desconfinamento, priorizar ou estratificar os riscos, nomeadamente a nível da população idosa por carga de patologia.

Portanto, o PSD tem tido aqui também um contributo ativo, um contributo responsável, porque de facto o que nos preocupa será sempre a saúde dos açorianos.

Não quero deixar de aproveitar esta minha intervenção para fazer um especial agradecimento aos profissionais de saúde, às forças de segurança, aos agentes de proteção civil, à PSP e a todos os demais intervenientes que corro o risco de deixar para trás, mas que tiveram desde a primeira hora disponíveis para ajudar os açorianos e também penso que será importante enaltecer o sentido de responsabilidade que o nosso povo desde sempre manifestou, cumprindo aquilo que lhes era ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Já termino, Sra. Presidente.

... pedido no sentido de evitarmos ao máximo que houvesse aqui uma propagação pouco controlável do vírus que, isso sim, traria até nós mais risco, mais complicações, porque obviamente temos que sempre ter em conta aquilo que é a capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde.

Termino, Sra. Presidente, demonstrando mais uma vez que desde o primeiro momento o PSD esteve também presente, contribuiu com propostas. Ao longo dos plenários que se realizaram depois desta pandemia, nomeadamente há duas semanas e nesta semana, temos também propostas que serão analisadas e que serão aqui votadas nesta Assembleia. Esperamos que possam contar com a aprovação de todos e de facto esta é a nossa preocupação e a nossa motivação: servir os açorianos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS traz-nos uma declaração política em que afirma as suas posições no decorrer desta fase, desta crise, que afetou a Região,

posições e propostas, algumas das quais obviamente o Bloco de Esquerda teve concordância, outras como é normal em democracia não teve.

É certo que este período, esta pandemia, afetou as nossas vidas de uma forma muito dura, afetou a nossa sociedade, em primeiro lugar, com uma preocupação mais do que justificada com a saúde, mas com efeitos que se repercutiram do ponto de vista social e também na economia de uma forma muito forte.

Numa primeira fase foi obviamente a prioridade e deve continuar a ser a resposta à crise pandémica, a resposta à saúde e essa exigiu também que ao mesmo tempo se respondesse a situações de emergência ao longo dos últimos meses.

Foram, ao longo destes meses, implementadas muitas medidas pelo Governo Regional, muitas delas têm a nossa concordância e neste Parlamento têm sido também discutidas inúmeras propostas de todos os grupos parlamentares e continuarão a ser durante este plenário.

O Bloco de Esquerda tem tido desde o início desta crise uma atuação, colocando sempre em primeiro lugar a saúde, mas uma atuação que também não esquece quem é afetado pelas medidas que são necessárias de proteção da saúde e que tem um impacto, como já referi, enorme do ponto de vista social e económico e esse contributo que nós temos tido tem sido sempre essas preocupações em todas as nossas propostas. No contributo que enviámos, por exemplo, para o roteiro para uma saída segura, o Bloco de Esquerda colocou como prioridade a saúde, não só a resposta à pandemia, mas também a necessária, urgente e emergente (diria) retoma da assistência à saúde no Serviço Regional de Saúde, alertando para a sua fragilidade, para a sua suborçamentação crónica que dura há larguíssimos anos e que tem debilitado infelizmente o nosso Serviço Regional de Saúde.

Do ponto de vista social manifestamos a importância de proteger e de criar respostas mais robustas às vítimas de violência doméstica.

Do ponto de vista social a nossa preocupação com os trabalhadores, com o seu rendimento, porque é aquilo que permite que as pessoas tenham uma vida digna, que no meio de uma situação de enorme insegurança tenham a segurança de que ao fim do mês conseguem chegar e pagar as suas contas, as suas rendas, a sua prestação da casa, as suas contas diversas e todas as despesas familiares que têm.

Propusemos, por isso, o complemento regional ao *lay off* que veio a ser concretizado não através da nossa proposta, mas isso efetivamente não é o mais importante, mas lançámos uma ideia que fez o seu caminho.

No apoio também à proposta do apoio aos sócios-gerentes, no apoio a grupos sem apoio nacional, ao qual voltaremos neste plenário, que apesar das medidas terem sido aprovadas pelo Governo da República, continuam a existir situações de desproteção ou de proteção que é manifestamente insuficiente.

Na redução das despesas também que interviemos, das despesas das famílias, nomeadamente da eletricidade, ao propor o alargamento da tarifa social, uma medida que veio a ser concretizada, mais uma vez não na forma que propunha o Bloco de Esquerda, mas é certo que ela chegará pelo menos a algumas famílias, não da forma como pretendíamos, mas chegará, o que é pelo menos um passo no sentido certo.

Neste momento, é preciso continuar obviamente a tratar da saúde, a responder à pandemia, mas é preciso responder de forma muito séria, muito intensa à crise social e económica, colocando obviamente sempre a saúde em primeiro lugar, mas adaptando-nos a uma nova realidade e essa adaptação, essa nova realidade exige confiança por parte da população para que possamos todos retomar a nossa vida, a nossa atividade, a nossa sociedade, para que ela conduza-nos, para que possamos ir para uma nova normalidade e para isso é preciso confiança, é preciso que as pessoas tenham confiança nas instituições, no Serviço Regional de Saúde, mas tenham confiança também para coisas tão simples como poder

voltar em breve a sair à rua, mas com uma alteração profunda naquela que é a nossa vivência individual, em que se coloca a saúde, a nossa própria saúde, mas também a saúde dos outros em primeiro lugar.

Continuaremos nesse caminho, apresentando as propostas que consideramos que a todo o momento respondem aos problemas da nossa sociedade, da nossa Região, não deixando que neste momento de inúmeras incertezas, preocupação e até de medo não fique ninguém desprotegido, não fique ninguém para trás.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só muito rapidamente dizer que de facto houve uma série de iniciativas que foram aprovadas, aquelas que o PS provavelmente achou que eram as que melhor serviam a nossa população e o Governo Regional teve um papel determinante na contenção da propagação da doença com todo o suporte de toda a oposição, inclusivamente da Sra. Deputada Independente.

Agora, chegou a hora de começar a apresentar medidas claras para o desconfinamento em segurança, porque toda a gente fala dos que vêm de fora, que até agora só três é que positivaram e temos na população uma elevada percentagem de positivos assintomáticos e as pessoas ainda não perceberam a necessidade que têm de adotar novos comportamentos, nomeadamente estarem sempre de máscara dentro de um espaço fechado, sempre que estejam em convívio com outras pessoas.

Temos nós que ser os primeiros a dar o exemplo e temos nós que dizer às pessoas que está nas mãos delas a responsabilidade. Não podemos continuar com este protecionismo e em sentimento de negação.

Como dizia o Sr. Deputado José San-Bento, vamos ter revezes, vamos, mas porque a situação ainda não está controlada e espero que as lições que nós vamos ter que tomar não seja de continuar a eternizar quem é que tem a culpa. Temos é que ajudar a população a saber o que é que vai fazer, quando, como, aonde e quem.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS traz-nos aqui a sua declaração política bastante pertinente e nós temos afirmado e continuamos a afirmar que vivemos tempos diferentes e difíceis, ou seja, não queremos utilizar o que foi dito pelo Sr. Deputado José San-Bento que “vivemos em crise”. Não! Vivemos em tempos difíceis.

Esses tempos difíceis têm sido ao longo de todos os anos propostos e diagnosticados pela Representação Parlamentar do PCP. Aliás, quando nós afirmávamos que era preciso mais investimento (e afirmámos sempre) público, por exemplo, na saúde, na educação, ou nos transportes, esta pandemia veio nos dar razão que só com serviços públicos de qualidade e com investimentos nestes serviços públicos de qualidade e não fazer aquilo que, por outro lado, o Partido Socialista sempre fez e durante estes anos tem feito, que é o desinvestimento público em alguns desses serviços, só com o investimento público, como estava a dizer, nestes serviços é que conseguimos dar uma resposta, neste caso, que a pandemia nos obrigou a dar.

De qualquer maneira, deixar também aqui dito que nós percebemos que temos atrasado o problema, temos atrasado que a pandemia se alastre nos Açores, mas não quer dizer que tenhamos acabado com ela em todas as ilhas e até possivelmente poderá haver nas ilhas que não foram contaminadas, poderão ser

contaminadas quando forem abertos, por exemplo, os aeroportos da Região e nós temos consciência disso. O que temos feito é atrasar o problema que poderá a todo o momento surgir e mais grave ainda do que tem surgido até aqui.

De qualquer maneira, Sra. Presidente, deixar aqui o repto, deixar aqui a posição do PCP que sem investimentos no setor público da saúde, da educação e dos transportes nós tínhamos sido incapazes de dar esta resposta que demos durante esta pandemia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para participar neste debate.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Quero inscrever-me a mim próprio.

Presidente: Muito obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Tem então a palavra Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caras e Caros Colegas:

Peço a palavra na sequência da declaração política do Sr. Deputado Artur Lima do CDS-PP para, em nome do Governo, deixar algumas notas que nos parecem relevantes.

Em primeiro lugar, gostaria de realçar e isso esteve também bem patente na declaração do CDS, mas julgo que será justo referir é extensível à esmagadora maioria dos partidos políticos na nossa Região e dos grupos parlamentares

representados neste Parlamento, do esforço genuíno e sincero que estes grupos parlamentares têm feito para ajudar, para criar medidas e para fazer propostas que acrescentem e que ajudem a ultrapassar esta fase mais difícil que atravessamos.

Dizer também, tendo em conta a declaração que aqui ouvimos, dividir esta abordagem em três áreas: em primeiro lugar, a questão da saúde; em segundo lugar, a questão da economia; e em terceiro lugar, as preocupações e os desafios do futuro que o CDS também aqui realçou.

Na área da saúde julgo que é importante referir e realçar todo o esforço que foi desenvolvido, em primeira instância obviamente dos serviços que tutelam o Serviço Regional de Saúde, mas também todo o esforço de reorganização, de planificação e de preparação que foi desenvolvido pelo Serviço Regional de Saúde, pelos três hospitais da Região, pelas unidades de saúde de ilha de forma a combater esta pandemia que infelizmente nos assola e julgo que os resultados desse esforço e desse trabalho estão à vista de todos.

Mas é importante também realçar e não descurar todo o trabalho paralelo que continuou a ser feito, trabalho ao nível assistencial em outras patologias fora do âmbito do COVID que continuou e que poderá ter abrandado a determinada altura naquilo que foram atos médicos, consultas, cirurgias não urgentes, mas é importante realçar e referir também que em tudo aquilo que foi a necessidade assistencial e de resposta a questões urgentes e emergentes extra COVID é um trabalho que continuou a ser desenvolvido e fora desse âmbito já está em curso uma calendarização de retoma do Serviço Regional de Saúde em todas as matérias que não têm que ver com o COVID, num trabalho que poderá dizer-se que não é a retoma da normalidade no Serviço Regional de Saúde, porque nos próximos meses, quiçá, anos, o Serviço Regional de Saúde terá de continuar a ter a capacidade que tem demonstrado de não só responder a uma situação excepcional e pandémica como aquela que atravessamos, mas também àquele

que é o seu trabalho diário de assistência e de promoção da saúde e da segurança da população e na resposta às situações mais emergentes e mais urgentes.

Em segundo lugar, as questões relacionadas com a economia que o Sr. Deputado Artur Lima também referiu e recorde que também fruto do contributo dos vários grupos parlamentares, fruto do trabalho do Governo, fruto também do trabalho do diálogo e da concertação social que conseguimos todos promover, há também neste momento implementadas e em curso cerca de 60 medidas de apoio à nossa economia, medidas de apoio imediato, medidas de apoio à manutenção de emprego, medidas de apoio à manutenção do rendimento dos trabalhadores e medidas de apoio àquelas empresas e àqueles trabalhadores que viram a sua atividade fortemente condicionada, fortemente abrandada e tiveram que criar mecanismos alternativos, como é por exemplo o caso do *lay off* que teve uma procura significativa.

Relativamente ao futuro nós temos agora de ultrapassar esta situação, desconfinar com a gradualidade que a situação exige.

Está já em curso o trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito da agenda para o relançamento económico e social dos Açores, trabalho esse que está a ser desenvolvido, que recolhe também o contributo de partidos políticos e de parceiros sociais e que brevemente será tornado público, porque, como aqui já foi dito nas intervenções que me antecedem, os desafios para o futuro ainda são muitos, desde logo as questões relacionadas com a saúde. Tendo como base o pressuposto central que é a segurança e a saúde pública e todos os pressupostos de segurança dos nossos concidadãos na nossa Região e conciliar isto também com o desconfinamento gradual, com a retoma da atividade económica, com a retoma da atividade social, com o funcionamento condicionado (é certo) do nosso sistema educativo regional, mas continuando com esta gradualidade sem descurar obviamente dos grandes desafios que temos pela frente.

Obviamente todos sabemos (essa é uma discussão e uma questão pública) que todas as movimentações que terão pouco de direito e muito de outras dimensões que nos últimos tempos levaram à decisão do tribunal que é conhecida, obviamente que nos aumentam e muito os desafios, podem condicionar aquela que era a nossa agenda de desconfinamento seguro nos próximos tempos, podem condicionar a calendarização inicial que tínhamos definida para desconfinar em segurança, mas também como é já é público, já está a ser aplicado aquilo que se poderá chamar um plano *b*, que não é tão seguro e tão eficaz como aquilo que existia antes da decisão do tribunal, mas cá estaremos obviamente para avaliar em permanência e com grande proximidade todas as implicações desta alteração forçada de procedimentos, porque não descuraremos em momento nenhum, não descuraremos de forma alguma, aquilo que para nós é o mais importante neste contexto: a saúde pública, a saúde e a segurança de todos os nossos concidadãos e a contenção de qualquer possível disseminação deste vírus na nossa Região.

Terminei, Sra. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Para então encerrar esta declaração política, volto a dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Agradeço as intervenções de todos, mas queria dizer o seguinte.

A COVID-19 trouxe aos açorianos, à nossa sociedade e à sociedade em geral de Portugal e no mundo, e ao nosso arquipélago implicou uma mudança de hábitos na população e pelos vistos também implicou uma mudança de atitude política e saúdo esta atitude política construtiva do Partido Social Democrata. Também dizer à Sra. Deputada Mónica Seidi que tenha cuidado para não correr o risco

do PSD ser conivente com o Governo, como o PSD acusava o CDS muitas vezes no passado quando chegava a entendimentos no Plano e Orçamento e noutras situações com medidas a favor dos açorianos e muitas delas muito úteis, que hoje são úteis aos açorianos, e fomos acusados de ser coniventes com o Governo. Portanto, Sra. Deputada, tenha cuidado para não lhe cair esse rótulo em cima, nem a si, nem ao seu líder.

De resto, dizer também que não me esqueci que no último plenário feito online, aqui, o PSD dizia que o período crítico da pandemia já tinha passado. Portanto, é bom que tenhamos todos memória daquilo que fomos, daquilo que somos e daquilo que queremos ser.

Voltando ao assunto, queria, Sra. Presidente, dizer o seguinte: é claro que se todos ficarmos fechados em casa e ninguém sair de casa, não há contágio possível, portanto, a mais segura de todas as medidas é fechar toda a gente em casa.

Agora, nós vivemos numa sociedade e nós aprovamos todas as medidas do Governo para um desconfinamento com segurança e é isso que nós fizemos. A capacidade de testar é hoje em dia mais premente do que era no passado, correndo o risco de falsos negativos, é preciso testar toda a gente que chega à Região.

Devo recordar que na Região Autónoma da Madeira, segundo informações que recolhi, toda a gente que chega é levada a um posto de testagem e em média espera 4 a 6 horas pelo resultado do teste. Portanto, temos de melhorar essa capacidade de testagem para que possamos regressar a uma normalidade possível dentro da anormalidade em que vivemos. Temos de começar a pôr a economia a funcionar. Isso é absolutamente fundamental. Temos de abrir a pouco e pouco o convívio social com as pessoas.

Queria aqui salientar o extraordinário espírito cívico dos açorianos. Têm cumprido as regras que lhes são pedidas, usam máscaras nos espaços fechados, desinfetam as mãos.

Tenho assistido a esse esforço por parte da sociedade açoriana que quero aqui enfatizar. Não é fácil uma mudança de hábitos. Deixarmos de dar o aperto de mão, o beijinho, etc.. Não é fácil! Mas estão a ser um povo extraordinário, um povo forte, um povo valente, um povo resistente a esta pandemia e é preciso confiar nos açorianos, pedindo a sua colaboração. Se todos nós dermos a nossa colaboração, o nosso contributo, vamos com mais segurança poder voltar à nossa economia, abrir o nosso turismo interno, o nosso mercado interno, os nossos voos inter ilhas, numa primeira fase. Temos de ir gradualmente abrindo a economia. O Governo tem todas as ferramentas na sua mão e tem todo o apoio da oposição para seguir nesse sentido. É isso que temos de fazer e sobretudo chamamos a atenção: capacitar, reforçar o Serviço Regional de Saúde para testar. Dissemos isso desde a primeira hora, mas sempre num espírito construtivo e não num espírito de crítica ao Governo. Foi sempre num espírito de ajuda e de soluções criativas que pudessem levar ao aumento da testagem.

É preciso reforçar as equipas de saúde pública para estarem no terreno a ajudar os açorianos nos lares, nas instituições, nas creches, nos infantários, nas escolas. Temos que ter equipas de saúde pública bem formadas, bem treinadas para andarem em diversos sítios junto da população a ensinar-lhes as regras de etiqueta social, as regras da etiqueta respiratória, sempre presentes nas suas atitudes no dia a dia.

É preciso que vamos abrindo pouco a pouco a nossa economia com segurança, mas com determinação, para que esta sociedade possa crescer, porque a pobreza continua a existir, continuamos a ter doentes, continuamos a ter gente que sofre e nós não podemos deixar de dar resposta, correndo embora o risco, mas os açorianos são valentes, os açorianos sabem enfrentar e saberão no futuro dar

provas de um povo valente. Vão, com certeza, dá-lo também. Deram no passado e vão dar no futuro a prova a todos e ao Governo, porque os verdadeiros heróis nesta pandemia não somos nós, não é o CDS, não é o PS, não é o Governo. São os açorianos e é aos açorianos que peço que cumpram as regras, como têm feito até agora para nós todos podermos voltar a ser um arquipélago unido, coeso e podermos atravessar este mar que não nos separa, mas nos une.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos esta primeira declaração política, passamos agora a seguir para a próxima e dou de imediato então a palavra ao Sr. Deputado Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Comecei a escrever esta intervenção com o sentido de urgência de quem deixou de ter a certeza que o tempo pode esperar. Ou de que existem segundas oportunidades. De que o amanhã existe.

Quero deixar escrito o meu contributo para uma gesta que se afigura difícil e sofrida. É o regresso a um duro mar de lava de dificuldades. De enormes obstáculos. De um horizonte de grossas muralhas feito de um nevoeiro impenetrável. Desta vez sem fuga possível para outros mundos. Sem um “Novo Mundo”. Este é, agora, um mundo sem oásis depois do mar.

Este é o tempo de recomeçar muita coisa porque o céu e a terra se abateram sobre a nossa existência. Temos de voltar a começar. Mas desta vez temos de “fazer a América” nos nossos campos e vales. No imenso mar que nos aconchega e é nosso. Pela primeira vez na nossa História, a bússola do nosso destino assinala que esta é a ilha da utopia. Que estas são as ilhas da utopia. Que é aqui que residem os nossos sonhos. A “Oeste Nada de Novo”, é o que

temos de dizer aos espíritos inquietos que olham, incansavelmente, o horizonte nessa direção, desde que, no século XV, aqui chegaram.

O que eu aqui venho defender não é a simples reconstrução do que éramos. Do que fomos. O que eu aqui venho defender é que, das ruínas do presente e do passado, se possa erguer, nestas ilhas do Espírito Santo, um mundo novo. Mais próspero. Mais solidário. Mais justo. Mais igualitário. Mais feliz.

Se temos de recomeçar, então que não se remende nada. Que tudo se reerga sustentado em novas fundações. Mais fundas, fortes e amplas. Com espaço suficiente para todos. Com divisões amplas para todos. Todos num mesmo plano. Sem senhores e sem escravos. Sem donos e sem serviçais.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É uma tarefa gigantesca a que nos espera. Levantar um mundo novo a partir das cinzas de hoje. Projetar o futuro e não deixar de acudir, em todas as situações e em todos os momentos, a todos os que enfrentam as enormes dificuldades que surgiram, quase sem aviso, no horizonte.

Este é um trabalho maior. Um desafio extraordinário para o nosso Povo e para a nossa Autonomia. Tudo o que é preciso fazer tem uma escala descomunal e uma dimensão quase mitológica. É por isso que, neste discurso, comparo os desafios que temos de superar aos “Doze Trabalhos de Hércules”. São doze os grandes trabalhos que aqui sinalizo:

1. Manter a unidade do sistema político açoriano na luta contra a COVID-19. Temos de continuar a cerrar fileiras neste combate. Foram cometidos erros neste combate? É claro que foram! Quem não os cometeu? Mas foram muitos mais os acertos. Não se pode é fazer uma escolha arbitrária e interesseira. Os erros são do Governo e o que correu bem pertence ao pecúlio privado de cada um dos interessados. A realidade da luta contra a pandemia não é divisível. Quem quiser, e tiver a necessária coerência e legitimidade, assume tudo: o que correu bem e o que correu mal.

A proximidade das eleições regionais - um momento em que os partidos acentuam as diferenças - colocará à prova todos os protagonistas. Os que não resistirão a assumir todo o protagonismo e os que tenderão a cavalgar os focos de descontentamento. Que ninguém esqueça a observação pertinente de Francis Bacon: “A glória assemelha-se ao mercado: por vezes, quando nos demoramos, os preços baixam”. Tudo isto representa um enorme desafio;

2. Respeitar plenamente a democracia representativa e pluralista. Os governos e os parlamentos necessitam, para tomarem as decisões difíceis que se impõem para enfrentar a enorme crise económica e social que se projeta, da força que resulta da sua legitimidade democrática. Necessitam de estar mandatados para isso. Como avisou Abraham Lincoln, “nenhum homem é suficientemente bom para governar outro homem sem o consentimento deste”. Ora, adiar as eleições, continuar a exercer funções para além do mandato que lhe foi confiado pelo Povo, enfraquece a força e a legitimidade da democracia representativa. Por outro lado, pedir uma nova maioria absoluta - para assegurar a estabilidade política, dizem - depois da lealdade manifestada pela maior parte dos partidos da oposição no âmbito da atual crise constituiria um comportamento ostensivamente predatório. A reconstrução dos Açores não deve ser exclusivamente desenhada por uma maioria governamental velha de 24 anos ou por qualquer outra;

3. Aumentar a capacidade do Sistema Regional de Saúde. A atual pandemia fez colapsar sistemas de saúde dotados de meios muitos substanciais, como o espanhol ou o italiano. O Sistema Regional de Saúde dos Açores não estava em condições de suportar a pressão que resultaria de uma situação de contágio da população a grande escala. A nossa enorme vulnerabilidade fez-nos apostar as cartas todas nos cancelamentos das ligações aéreas e marítimas com o exterior e nas quarentenas obrigatórias. Esta estratégia revelou-se eficaz, mas tem enormes custos. Deixa-nos numa situação económica insustentável e

extremamente vulnerável a novos surtos. É crucial para os Açores aumentar os recursos materiais e humanos do nosso Sistema Regional de Saúde. É fundamental sanear a situação financeira do sector, que está extremamente endividado. O isolamento extremo em relação ao exterior não pode ser a nossa única estratégia;

4. Reforçar os mecanismos de coesão social. A sociedade açoriana é uma das mais desiguais da Europa. Uma das que evidencia maiores diferenças entre ricos e pobres. Uma das que possui mais gente dependente de apoios públicos. Com bolsas de pobreza muito amplas e numerosas. A miséria e as dificuldades tenderão a aumentar muito significativamente devido à destruição de emprego em grande escala. A estratégia seguida até aqui estava errada. Cavou e incrementou as diferenças sociais. A Região terá de apostar tudo na criação de emprego em grande escala. Terá de ser desenhado um plano de investimento público de enorme dimensão e incrementados os apoios às empresas sociais. Devem ser criados programas temporários de apoio social em grande escala para impedir o colapso de milhares de famílias açorianas. A escala do problema que vamos enfrentar será gigantesco;

5. Retomar o impulso autonómico. Os açorianos aperceberam-se, com indisfarçável estupor, das enormes limitações do sistema autonómico atual. A execução do estado de emergência pelo Representante da República, no âmbito do qual o Governo Regional tem um papel de mero ajudante; o controlo absoluto do Estado em relação aos aeroportos e à manutenção das ligações aéreas ou até a incapacidade regional de implementar quarentenas no âmbito de uma pandemia de uma dimensão sem precedentes nos últimos 100 anos. A Autonomia tem de reagir às sucessivas humilhações a que foi submetida. A CEVERA tem de prestar um último serviço. Não pode ignorar estas matérias. Tem de integrar propostas concretas para salvaguardar as competências regionais nas matérias a que acima fiz referência;

6. Implementar um ambicioso programa de recuperação económica. É necessário definir uma estratégia coerente para o futuro. Investimento público, criação de emprego, manutenção do tecido empresarial regional e ativação do mercado interno. Tudo isto tendo em conta que, a curto e médio prazo, a Região manterá contactos limitados com o exterior;

7. Salvar o Grupo SATA e impedir a sua privatização parcial. A gestão ruínosa dos últimos anos afundou o Grupo SATA numa situação economicamente muito difícil. A situação que o sector da aviação civil está, nas presentes circunstâncias, a enfrentar a nível internacional constitui, paradoxalmente, uma oportunidade para a SATA. Pode agora beneficiar de apoios regionais, nacionais e europeus diretos. É fulcral que a Região tenha capacidade para acionar os mecanismos de apoio e recuperação adequados. A privatização de uma parte do Grupo deve ser abandonada. Como ficou demonstrado, o controlo da empresa é estrategicamente vital para os Açores.

8. Adquirir o controlo total da EDA. O controlo público das empresas que desenvolvem a sua atividade em sectores estratégicos revelou-se vital na presente crise. A gestão pública da EDA e a sua estrutura acionista, em que os privados controlam 49,9% do capital, está a revelar-se absolutamente desadequada. A empresa distribui todos os anos dividendos que resultam diretamente do esforço dos consumidores nacionais no sentido de se alcançar a convergência tarifária. Escandalosamente, uma parte significativa desse esforço vai parar às mãos de acionistas privados. Pagos os dividendos, a empresa endivida-se todos os anos para realizar os investimentos que se impõem. Um autêntico desastre. É necessário readquirir o controlo total da EDA e impedir a distribuição de dividendos, algo que o controlo total da empresa garantirá no futuro.

9. Criar uma verdadeira economia verde através de uma aposta deliberada na produção de energia renovável, que está hoje nuns insuficientes

44%. Na plena observância da hierarquia de gestão de resíduos, implementada no seu máximo potencial ao nível da prevenção, da recolha seletiva. A construção de mais incineradoras nos Açores tem de ser parada. A economia circular tem de ser implementada no âmbito da gestão do nosso território. As questões ambientais podem ser a origem das próximas grandes crises de saúde pública. É um desafio que temos de ganhar.

10. Assegurar maior autonomia alimentar (apoio aos sectores agrícola e das pescas). Quando quase tudo o resto ruiu, os sectores da agricultura e das pescas mantiveram-se de pé. É previsível que as quebras na produção agrícola afetem, de alguma forma, os mercados internacionais. A Região tem de desenvolver uma estratégia eficaz de apoio a estes sectores. Garantindo a sua sustentabilidade. A sua diversificação. A sua resposta às necessidades do nosso mercado interno.

11. Democratizar a administração regional. Os instrumentos de gestão pública e os seus agentes estão demasiado dependentes do partido governamental. Na administração regional, nas empresas públicas regionais e nos apoios concedidos a todos os outros sectores, o peso e a influência do partido governamental é esmagador. É urgente reconstruir uma administração pública independente. Uma administração em que impere o princípio do mérito e um sentido de missão e serviço a todos os açorianos.

12. Aprofundar a coesão territorial da Autonomia.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Os nossos recursos não estão igualmente distribuídos pelas nossas ilhas e concelhos. O despovoamento de algumas ilhas e concelhos do nosso território continua a incrementar-se de forma cada vez mais dramática. A tendência não se inverteu, é necessário alterar.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Temos urgências para acudir. Uma batalha para ganhar. Mas o nosso esforço não deve esgotar-se no imediato. É necessário repensar e redesenhar o futuro. Alterar antigas práticas. Estancar velhas feridas. Arthur Miller escreveu um dia que “uma época pode considerar-se terminada quando as suas ilusões fundamentais se desvaneceram”. É o caso. Temos de recomeçar e alterar muita coisa. O caminho não é este, o que foi seguido até agora. Mas isso não quer dizer que não seja possível virar para outra estrada e percorrer a distância que ainda nos separa de uma sociedade verdadeiramente justa. Com real igualdade de oportunidades para todos.

Existem outros caminhos. Existem outras estradas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está feita a apresentação.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Peço que se inscrevam, por favor.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima.

Presidente: António Lima.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua declaração política trouxe-nos aqui uma abrangência de vários temas e de vários assuntos, dos quais eu gostaria de salientar aquilo que nos parece, ao PSD/Açores, também relevante na perspetiva da crise que estamos a atravessar, desta crise que é de saúde pública, mas que também é uma crise que se irá desenvolver para a área da economia e também para a área social.

Trouxe-nos aqui alguns alertas relativamente aos desafios que enfrentamos e desde logo aos desafios da nossa autonomia, aos desafios que temos de corresponder para dar resposta também àqueles que são os problemas que os açorianos irão enfrentar na concretização do seu desenvolvimento económico e social e que têm a ver também com o desenvolvimento e o aprofundamento da nossa autonomia.

É um trabalho que estamos a fazer também em conjunto com todos os partidos representados na Assembleia Regional e também com contributos de todos os açorianos que entenderam ou que querem participar nessa reforma e nesse aprofundamento da autonomia e que hoje é mais, se calhar, urgente atendendo às diversas circunstâncias que têm surgido e aos diversos desafios que se têm colocado na gestão e na resolução daqueles que são os problemas criados por esta crise pandémica.

Também queria deixar nota da parte do PSD/Açores e do Grupo Parlamentar do PSD/Açores que se impõem também desafios para um olhar que tem de ser ligado àquela velha questão da continuidade territorial e que tem um duplo sentido de solidariedade não só nacional, mas também regional relativamente a todas as ilhas da nossa Região. Essa solidariedade que tem de ser fortalecida depois de ultrapassarmos os desafios que nos são colocados e fortalecida também no combate ao despovoamento e na implementação daquele velho desejo de todos os açorianos de que haja um desenvolvimento harmónico nas nossas ilhas.

São vários desafios que também estamos a trabalhar no âmbito do aprofundamento da autonomia e que esperamos (espera o PSD) que possam ser apresentados em breve aos açorianos e que possam também resultar de resposta a algumas das expectativas, certamente não todas, porque temos muitos adversários da autonomia, e temos que ter argumentos, razão e consciência das dificuldades que iremos enfrentar neste aprofundamento da autonomia que é necessário para satisfazer o desejo de desenvolvimento económico e social que o futuro, mais agora até do que anteriormente, nos coloca em termos do nosso caminhar comum, porque este caminhar de desenvolver a autonomia e da autonomia dar resposta àqueles que são os desafios do presente e do futuro é de facto um caminhar comum, que está para além das divergências partidárias, apesar das divergências ideológicas também poderem dar-nos abordagens diferentes por parte de cada um dos partidos que trabalham nesta matéria.

Realço daqui também esta necessidade, a necessidade da autonomia se repensar nesse aprofundamento, valorizar aquilo que é de facto importante para que seja um instrumento contínuo de desenvolvimento das nossas ilhas, um desenvolvimento que se quer harmónico, que se quer capaz de não deixar nenhuma ilha para trás, para que todos possamos vencer esta crise com a naturalidade que ela necessita e com a vontade de sairmos fortalecidos enquanto

povo, enquanto Região Autónoma e enquanto conceito de um país que não pode ter duas ou mais velocidades.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Traz-nos a Representação Parlamentar do PPM uma declaração política que aborda um vasto conjunto de matérias e enuncia também um vasto conjunto de princípios sobre os quais obviamente não é possível nos pronunciarmos em pormenor sobre todos e que certamente dariam para um debate muito aprofundado, pois cada um deles é um debate em si mesmo e é um debate que tem inúmeras facetas, inúmeros pontos de vista e que daria não apenas para uma declaração política, mas para um debate parlamentar para cada um destes assuntos. Todos eles são importantes, todos eles merecem a nossa reflexão e efetivamente há matérias sobre as quais gostaria também de avançar e afirmar aqueles que são os princípios do Bloco de Esquerda.

É certo que toda esta situação, toda esta crise que vivemos, lança novas questões, novas preocupações, novas visões sobre novos e velhos problemas e que merecem a nossa reflexão a começar obviamente também pelas questões da autonomia, mas as questões da autonomia estão em constante pensamento e têm merecido debate aprofundado durante esta legislatura. Para o Bloco de Esquerda é preciso sempre que este reforço e esse aprofundamento da autonomia cumpra um princípio fundamental de aprofundamento da democracia para que a nossa Região seja uma Região mais democrática e não uma Região em que um poder, o poder governamental, adquira e reforce a sua preponderância que já tem, sobre todos os outros órgãos e sobre a sociedade em geral.

Esse princípio de reforço da democracia nem pode, na nossa opinião, deixar de estar nos princípios da reforma e do aprofundamento da autonomia.

Mas nós não podemos esperar pela reforma da autonomia que tem os seus *timings* e que não depende unicamente obviamente da Região.

Não podemos esperar para responder às situações do momento e à exigência que a pandemia nos traz de encontrar novas soluções para a retoma da economia, para a retoma também da nossa mobilidade e aqui parece-nos óbvio que é essencial que haja (e utilizo uma palavra que não é por acaso) uma concertação entre Governo Regional e o Governo da República. Concertação, porque recordo uma das grandes propostas do Partido Socialista para as últimas eleições legislativas era a criação efetivamente de um Conselho de Concertação entre o Governo da República e os Governos Regionais. Pergunto onde é que está este Conselho de Concertação quando agora o que temos é uma espécie de guerra surda em que não há concertação aparentemente alguma quando ela efetivamente seria mais necessária.

Sobre a economia e sobre as empresas públicas o PPM refere a necessidade de controle público de empresas nomeadamente de uma empresa pública, maioritariamente pública, nomeadamente a EDA.

Devo apenas dizer que dou as boas vindas ao PPM à proposta que há muito o Bloco de Esquerda tem na Região, na República, do controle público dos setores estratégicos, setores estratégicos como efetivamente os transportes, como a produção de energia, como as comunicações e essa crise demonstra a importância efetivamente de existir um controle público, democrático, sobre esses setores.

Neste momento, aquilo que nos permite responder efetivamente à crise com maior celeridade são as empresas públicas, é a administração pública, é o setor público, é o Serviço Regional de Saúde e quando muito se diabolizou e diaboliza as empresas públicas não só aquelas mais estratégicas, agora está

muito claro da sua importância na resposta à crise e está muito clara a importância de um serviço público e um Serviço Regional de Saúde universal, que não deixe ninguém à porta e que garanta o tratamento de todas as pessoas sem perguntar a sua origem e a sua inscrição ou não em qualquer tipo de seguro, como infelizmente acontece noutros países. Essa necessidade do reforço do Serviço Regional de Saúde é essencial para a resposta à crise pandémica, mas também à assistência normal e regular na saúde.

Um último ponto que gostaria de abordar, a questão da pobreza ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

... e a questão do emprego.

O Bloco de Esquerda há muito e tem tido inúmeras chamadas de atenção, inúmeras propostas, inúmeras lutas contra a precariedade e aqui neste período de enorme incerteza a precariedade é, e infelizmente os números assim começam a confirmar, o fator que leva a que mais trabalhadores estejam agora em situação de desproteção total. São os primeiros a serem despedidos, são os primeiros a ficarem sem emprego, sem rendimento e a luta contra a precariedade era e é também uma luta pela segurança no trabalho, pela segurança na vida das pessoas, para que nessa altura de incerteza tenham efetivamente a âncora que é ter um emprego, que é ter uma fonte de rendimento. Continuaremos obviamente esta luta contra a precariedade, porque ela é efetivamente um dos principais, senão o principal fator, de aumento da pobreza na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para participação neste debate.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado José San-Bento.

Presidente: José San-Bento. Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, queria inscrever-me, João Corvelo. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar naturalmente por saudar o PPM pelo seu regresso aos nossos debates parlamentares depois de um pequeno percalço que felizmente foi superado e queria reiterar que nós estamos a viver um momento histórico sem precedentes e um momento de crise que obriga a medidas inéditas e radicais.

Nós respeitamos a opção que o PPM aqui tomou de trazer quase que um encargo para a próxima década, uma abordagem de longo prazo, que visa uma abordagem estrutural, questões e desafios que evidentemente se colocam à governação.

Nós concordamos com alguns desses desafios, discordamos na avaliação que faz, discordamos no diagnóstico que realiza, mas isso já é habitual, mas no essencial os temas que são elencados, são temas que merecem a nossa atenção, como aliás ainda na última intervenção que fiz já aqui hoje de manhã também ficou claro pelo conteúdo destas preocupações que manifestei.

Todavia, Sr. Deputado, esta fase atual que nós vivemos é uma fase que exige ação, exige rapidez de resposta, exige determinação.

A política é isso, a política também é ação, capacidade de liderança, capacidade de responder com rapidez a esta crise numa forma focada nas necessidades de

responder rapidamente aos graves problemas que surgem. Por isso, é que lhe digo, o senhor teve uma opção, e nós compreendemos, de olhar para esta fase e fazer uma reflexão sobre questões de muito longo prazo (repito: nós não rejeitamos algumas das temáticas que referiu), mas para nós, Sr. Deputado, aquilo que nos preocupa neste momento é um outro debate.

Esse debate que o senhor aqui levante tem algum interesse, não será possível nesta figura responder-lhe muito mais sobre isso, a não ser salientar que algumas das questões são interessantes, mas para nós aquilo que nos preocupa é de facto esta capacidade de liderança, de resposta afirmativa, rápida e pronta que o Governo dos Açores tem manifestado.

Isso é muito importante, porque é isso que neste momento, nos próximos meses, nesta fase que nós estamos a atravessar será essencial para nós atingirmos uma normalidade possível, o mais normal possível, se permite essa expressão. Ou seja, conforme também já referi aqui telegraficamente e para terminar, eu deixava esta referência: nós temos como grande prioridade a segurança e a saúde dos açorianos, mas nós também temos que em paralelo a isso, em paralelo com essa prioridade, reabrir a nossa economia de uma forma segura e gradual, mas uma reabertura que permita o início da dinamização da economia que vai permitir suportar empresas, defender o rendimento das famílias, defender o emprego.

Estas são as grandes prioridades.

Sr. Deputado, se me permite, em linguagem muito franca e muito direta, “a casa está a arder”, e nós temos de ter a capacidade de rapidamente extinguir esse fogo, consolidar os alicerces e avançar para o futuro.

É isso que nós, neste momento, estamos a focar. Nós temos esta grande preocupação, sem rejeitarmos, como é óbvio, um outro debate, uma outra reflexão sobre o progresso e o futuro dos nossos Açores e da nossa terra, mas

isso, Sr. Deputado, eu penso que nesse aspeto, como eu já referi também na minha outra intervenção, a governação do PS fala por si.

Aliás, eu citei-me a mim próprio. Nós sabemos que a recuperação plena dos Açores vai ser difícil, vai ter contratempos, mas esta não é a primeira grande calamidade que o PS enfrenta e não será a última.

Quanto ao futuro a longo prazo, Sr. Deputado, Robert Kennedy tinha uma frase muito interessante e que nós subscrevemos: “o futuro não é uma dádiva, o futuro é uma conquista” e nós estaremos aqui, o PS, sempre como temos feito ao longo da nossa história na primeira linha para assegurar que este futuro será construído, será uma conquista em benefício dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM traz-nos aqui e aborda um vasto conjunto de matérias e é-nos impossível com os minutos que temos para abordar todos os assuntos que são trazidos aqui pela declaração política que nos trouxe o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Neste momento, abordamos e afirmamos que não podem ser aqueles, que são sempre os mesmos, a pagar as crises sociais e económicas.

Aliás, é preciso lembrar que quando o PSD foi governo na República pagaram as famílias, pagaram os reformados, pagaram os pensionistas e pagaram os trabalhadores, quer dizer, foram sempre os mesmos a pagar. No entanto, o desemprego está a aumentar, as desigualdades sociais estão a aumentar e nós não podemos admitir que sejam sempre aqueles que têm pago sempre a fatura.

No entanto, para deixar aqui bem expresso que o PCP sempre defendeu e continuará a defender os setores públicos estratégicos que devem continuar

públicos e reforçados. Foi esta a posição sempre do PCP e será a posição do PCP atualmente.

Aliás, quando nós discutíamos e discutimos sempre que a Sata, por exemplo, em relação aos transportes, deveria continuar na esfera pública, o Partido Socialista mantinha-se intransigente, que uma parte teria de ser privatizada e nós defendemos sempre que deveria continuar na esfera pública, assim como outros setores estratégicos da Região, assim como a saúde, e reforçá-los, assim como a educação, assim como outras empresas do setor público empresarial que deveriam continuar na Região.

Agora, é preciso ter consciência, que uma coisa é o Partido Socialista ter de dialogar com as forças políticas que estão representadas no Parlamento e ter que tomar posições claras e continuarem essas empresas na esfera pública, outra coisa é o Partido Socialista quando tem uma maioria absoluta faz como quer, como lhe apetece e não são ouvidas as forças políticas que estão no Parlamento, neste caso no Parlamento regional.

É preciso não esquecer que o Partido Socialista quando está no poder sozinho tem uma posição idêntica à posição que o PSD teve na República quando foi Governo e a fatura foi sempre passada àqueles menos favorecidos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para aqueles que queiram participar no debate.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, quero inscrever-me.

Presidente: Graça Silveira.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo para já, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer muito rapidamente que ninguém aqui diaboliza o setor público empresarial. A questão que se coloca aqui é criar empresas públicas, manter empresas públicas mesmo que falidas e que essas empresas públicas sirvam única e exclusivamente o Governo e não o propósito de servir os açorianos.

Portanto, para termos empresas públicas e para termos benefícios à população é preciso gerar riqueza. Que eu saiba o Governo Regional precisa de fontes de financiamento para poder pagar todas essas regalias, portanto, não podem estar sistematicamente as empresas privadas a ser penalizadas, não há economia e manter *ad eternum* empresas públicas verdadeiros elefantes completamente falidos, pagos por todos nós, que em vez de nos servirem a nós, servem ao Governo e somos nós que pagamos as dívidas. Isso é que não pode ser!

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo mais inscrições, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, desta feita para encerrar a declaração política. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aqui sobretudo referenciar três aspetos.

O primeiro aspeto é realçar aquilo que disse no âmbito da minha intervenção.

A capacidade que o sistema político, o sistema partidário açoriano teve de convergir num período dramático que estamos a enfrentar.

Ao contrário do que aconteceu noutras regiões e noutros países em que os governos tiveram de enfrentar uma situação muito difícil e ao mesmo tempo

tiveram de enfrentar também uma oposição interna feroz. Isso, para não ir mais longe, é o que está a suceder, por exemplo, em Espanha.

Aqui nos Açores posso dizer que foi completamente diferente. Completamente diferente, porque o Governo teve de facto estabilidade política, uma estabilidade política que resultou do facto de existir uma grande responsabilidade pela generalidade dos partidos políticos representados nesta Assembleia, portanto, isto tem de ser reconhecido, este comportamento muito responsável, diria um comportamento patriótico por parte dos partidos.

Houve momentos em que eu, como muitos outros deputados da oposição, discordámos de algumas medidas, mas a nossa perspetiva foi sempre de realçar o esforço comum, foi sempre assinalar e sobretudo acentuar aquilo que estava a ser bem feito e dar um contributo para o esforço que estava a ser realizado. Foi isso que sinalizámos, foi essa a nossa prioridade. Penso que este comportamento é um comportamento que deve ser realçado.

Em segundo lugar, é importante também referenciar que no contexto em que estamos a quatro meses e tal das eleições é também muito importante que se apresentem perspetivas diferentes para o futuro, porque há neste momento na ação do Governo duas coisas que têm de ser devidamente planeadas. O Sr. Deputado José San-Bento realçou a urgência de tomar decisões.

Ora, não foi por causa da oposição que essas decisões não foram tomadas. Foram tomadas com o apoio da generalidade dos partidos, com a colaboração da generalidade dos partidos, mas ao mesmo tempo é necessário reconstruir rapidamente os enormíssimos estragos causados por esta crise que irão começar a tornar-se cada vez mais graves no futuro e mais visíveis no futuro e é necessário projetar e reconstruir muitos destes setores.

É preciso ter em conta, por exemplo, só para assinalar um que considero bastante importante, que é o setor da saúde, é um setor que esteve suborçamentado de forma crónica nas últimas duas décadas, em que é um setor

com enormíssimas dificuldades, um setor muito endividado, um setor com falta de recursos materiais e com falta de recursos humanos. É preciso ter em conta que o estado em que se encontrava o nosso Sistema Regional de Saúde não nos permitia ter outra possibilidade, ter outra estratégia no âmbito do combate à propagação da pandemia, porque é evidente que nós sabíamos que tínhamos e continuamos a ter enormes fragilidades para enfrentar uma situação de grande progresso da pandemia no nosso território, do contágio no nosso território e aqui é necessário projetar o futuro, é necessário que a Região prepare o futuro injetando os meios necessários a nível material e humano para reforçar este setor, para viabilizar este setor, que já se verificou é um setor absolutamente fundamental.

Só para dar um outro exemplo no setor da educação em que o ensino à distância deparou-se com uma enormíssima dificuldade que são as grandes desigualdades sociais: os pais, as famílias que não estão em condições de ajudar em casa, ou inclusivamente que não tinham os equipamentos. Isto tudo reflete as enormes desigualdades da sociedade açoriana.

É necessário também preparar o futuro nesta matéria e alterar os procedimentos, ou seja, há um conjunto de práticas políticas que estavam erradas e que devem ser alteradas. Foi isso que fiz aqui assinalando alguns caminhos.

O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda disse-me bem-vindo à defesa dos setores estratégicos. Bem, eu sempre estive neste sítio, eu sempre fui contra a privatização da Sata, eu sempre fui contra a privatização de setores estratégicos, sempre tive esta posição, não tive nunca uma posição diferente.

O que eu considero é que (só para dar um exemplo nesta matéria) é um escândalo que sejam distribuídos dividendos de uma empresa de maioria de capital social público, dividendos que resultam do esforço que os consumidores nacionais estão a fazer para que exista uma convergência tarifária, ou seja, o conjunto dos portugueses estão a pagar, estão a fazer um esforço para que exista

uma convergência tarifária entre os Açores e o resto do território nacional e a verdade é que uma parte substancial (oito milhões de euros) desse esforço vai parar à mão dos privados, do Grupo Bensaúde e também dos chineses da EDP. Eu considero essa situação absolutamente inaceitável, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... escandalosa. Temos de alterar e temos que alterar já.

Sra. Presidente, termino dizendo o seguinte: na nossa perspetiva o que é necessário é voltar a reconstruir as coisas, mas construir desta vez uma sociedade mais justa e uma sociedade em que exista a igualdade de oportunidades e nós já assinalámos um conjunto de prioridades que temos nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer agora um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas.

A próxima declaração política cabe ao PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia pelo novo coronavírus (Sarscov 2) abalou o mundo, pôs em relevo as fragilidades dos sistemas de saúde perante a dimensão da disseminação universal do vírus; gerou medos e receios; confinou populações.

O País e os Açores não foram exceção.

Confrontados com esta realidade, o Governo dos Açores – e bem – procurou, isolar as nossas ilhas do exterior. Na falta da obtenção da solidariedade nacional, determinou que a nossa companhia aérea deixasse de voar para o exterior do arquipélago.

Instituíram-se cercas sanitárias quando se procurou isolar populações com características epidemiológicas preocupantes – como foi o caso do Nordeste - a nossa mancha negra em termos do número de óbitos verificados; alargaram-se os testes aos dois laboratórios dos Hospitais da Ilha Terceira e de S. Miguel, evitando-se a deslocação de doentes por via aérea a um único centro de colheita.

Confinou-se quem do exterior, aqui se deslocava.

Hesitou-se, mas aplicou-se, a recomendação da utilização de máscara comunitária, tão útil, como se viu à posteriori, na proteção recíproca dos cidadãos.

Globalmente, e nesta fase é o que se justifica observar, o governo esteve bem nas medidas de proteção e combate à COVID 19, na proteção dos Açorianos.

O PSD sempre apoiou as medidas propostas num diálogo institucional mantido ao longo dos últimos meses, defendendo o seu líder, José Manuel Bolieiro, por repetidas vezes, que “mais vale ser exigente na prudência do que negligente na ação”.

Mas, além do problema epidemiológico temerário, pois a saúde está sempre em primeiro lugar, a pandemia também trouxe consequências económicas e sociais preocupantes.

A par das medidas de proteção da saúde anunciadas, urge ação e eficácia para novas medidas económicas e sociais.

A par das medidas de segurança da saúde pública, urge, até com base nas primeiras fazer, retomar, de forma progressiva e segura, a confiança dos cidadãos, sob pena de um confinamento económico que pode deixar sequelas irrecuperáveis.

Como afirmou o Presidente do Conselho Económico e Social, estamos perante um “desastre económico”, com perdas do PIB da Região, previsíveis, de 10 a 20 %, com um desemprego que ultrapassará, facilmente, no final do ano os dois dígitos.

Neste quadro de emergência, o PSD/Açores apresentou-se proponente de várias medidas de exceção, no nosso entender inadiáveis, com um só lema, um só princípio: o interesse geral dos açorianos.

Ouvimos os parceiros sociais, apresentamos soluções e sugerimos caminhos, tendo sempre em conta o interesse geral dos açorianos.

O nosso objetivo primeiro é o de sermos úteis aos açorianos e ajudar a proteger a saúde, empregos e empresas.

Na Economia, desde a primeira hora, o PSD assumiu, na mesma linha dos parceiros sociais, que as consequências desta pandemia seriam desastrosas na atividade económica, na sustentabilidade do emprego e das empresas.

O PSD propôs, de imediato, medidas de injeção de liquidez na economia e mostrou-se disponível para votar favoravelmente uma revisão orçamental que visasse ajudar as famílias e as empresas. Como afirmou o líder do PSD, “As pessoas são mais importantes que o dinheiro e os déficits orçamentais”;

Fomos claros e imediatos, manifestamos disponibilidade para logo apoiar um eventual recurso ao endividamento da Região e à reprogramação das verbas previstas no atual quadro comunitário de apoio, bem como à revisão dos investimentos públicos não essenciais, libertando assim verbas para os apoios extraordinários previstos ou a prever;

Propusemos a elaboração de um Plano de Retoma Progressiva da Atividade Económica, que foi aprovado nesta Assembleia, com um conjunto de pressupostos, nomeadamente as recomendações da Organização Mundial de Saúde, para a salvaguarda da saúde pública;

Propusemos a simplificação administrativa de candidaturas das empresas aos apoios públicos, pela aplicação do princípio transversal de que as empresas, por termo de responsabilidade, assumissem o cumprimento dos requisitos legais elegíveis, bem como propusemos a eliminação da obrigatoriedade de apresentação de qualquer garantia bancária, independentemente do valor dos apoios;

Propusemos a criação de uma compensação às empresas que tenham sofrido, devido à pandemia da COVID-19, uma redução da faturação superior a 40% em cada um dos meses de Abril, Maio e Junho, compensação essa correspondente a 25% da redução da faturação;

Propusemos a revisão do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir +), com vista a garantir a majoração das taxas de comparticipação dos investimentos elegíveis a fundo perdido, de forma transversal a todos os subsistemas;

Propusemos um incentivo excecional aos investimentos em inovação e instalação ou aumento da capacidade produtiva de bens e serviços necessários ao combate e proteção da COVID 19;

Propusemos a criação de um apoio extraordinário aos trabalhadores em ‘layoff’ simplificado, porque tão importante como manter o emprego é proteger o rendimento do trabalhador.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Na agricultura, assiste-se a um elevado grau de endividamento das empresas agrícolas.

O PSD/Açores não está indiferente às consequências que se fazem sentir e que irão perdurar, na pecuária de leite e de carne, na horticultura, na fruticultura, na floricultura e mesmo na floresta.

Avançamos com uma proposta que tem como grande objetivo socorrer, de imediato, produtores e industriais em todas as fileiras, agrícola, pecuária e florestal.

Propusemos compensar a baixa de preços, a perda de vendas e os custos de produção;

Propusemos apoiar os investimentos e ajudar os agricultores a regularizar passivos.

Mas cientes de que os graves problemas por que passam os agricultores açorianos vão para além dos provenientes da pandemia COVID-19, propusemos medidas estruturantes para a agricultura açoriana de modo a: garantir aos apoios ao rendimento desligados da quantidade; ajudar com dignidade os agricultores que “precisam” de sair da agricultura; apoiar os jovens agricultores no acesso às terras libertadas.

Na área do apoio social, o PSD distinguiu, ao nível dos impactos da pandemia, o reforço do apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social, às Misericórdias, às Casas de Saúde, com o objetivo de fazerem face a despesas com pessoal, num momento extraordinário como o da pandemia, e à aquisição de equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Fizemos aprovar um plano de emergência que contemplasse um apoio às corporações de bombeiros dos Açores, face às dificuldades e exigências suplementares a que estão sujeitas.

Contribuímos para que houvesse um apoio excecional à comparticipação dos consumos elétricos para as famílias açorianas confrontadas com perdas de rendimento por via do surto de Covid-19.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A magnitude da crise económica e social por que os Açores passam, com o agravamento das nossas fragilidades económicas e sociais como consequência desta pandemia COVID 19, exige uma governação, mais coesa, ágil, eficaz e humilde.

Para vencermos os novos e os velhos problemas com que os açorianos se confrontam, na saúde, na educação, na agricultura, nas pescas, nos transportes, no emprego e na economia em geral, com realce para o turismo, sector absolutamente paralisado e que foi alvo de especial preocupação da última reunião do Conselho Económico e Social, é necessário que haja uma verdadeira governação com agilidade na tomada de decisão; que haja eficácia nas medidas aprovadas; que haja urgente desburocratização das medidas; e que haja a humildade para ouvir e saber ouvir os parceiros sociais, os partidos políticos, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se ouça e se saiba ouvir a sociedade açoriana.

Há que transmitir Confiança aos cidadãos, às empresas e às instituições.

A tarefa é de tal ordem de grandeza que o contributo de todos tem de ser sempre considerado.

Renovo a nossa convicção relativa ao contexto em que vivemos.

Porque é urgente ajudar os mais frágeis.

Porque é urgente salvar empregos e salvar empresas.

Porque não se pode perder tempo.

O ritmo das soluções tem de acompanhar o ritmo da urgência em resolver os problemas que os açorianos enfrentam.

Não podemos ficar dependentes só das soluções externas. Temos de encontrar novas soluções, as nossas próprias soluções, nomeadamente quanto à necessidade de aumentar a liquidez das empresas.

É proibido estar à espera de que alguém resolva os nossos problemas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quando a nossa realidade regional é a de que um em cada três açorianos são pobres, não podemos estar orgulhosos do que foi feito.

Estamos antes responsabilizados pelo que importa fazer, diferente e melhor, para resolver este grave problema.

Evitar o aumento do desemprego, por via da insolvência das empresas; evitar a diminuição do rendimento de muitas famílias, é combater os níveis de pobreza.

São necessárias novas medidas que promovam a sustentabilidade possível das empresas, da agricultura, das pescas, do emprego e do funcionamento das instituições particulares de solidariedade social.

Cada vez que apresentamos ou votamos uma medida, venha ela do partido político que vier, fazemo-lo sempre pensando no interesse geral dos açorianos, para além de qualquer outra consideração.

O PSD/Açores está a dar o seu contributo responsável para, com esperança no futuro, ajudar a encontrar novas soluções.

Não nos limitámos à observação dos problemas ou à sua crítica.

Somos um Partido de soluções, de diálogo democrático e determinado pelo novo e por um amanhã melhor.

Com a nossa intervenção!

Disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Eu queria inscrever-me, se faz favor.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Francisco César.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Paulo Mendes.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, eu queria inscrever-me. Artur Lima.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Artur Lima.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Para já, não.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face ao inesperado da pandemia que nos atingiu no início deste ano, aquilo que era a função de um governo e a função dos atores políticos era sobretudo de cumprir a sua obrigação, a de cumprir a sua obrigação de proteção das suas populações, face a um acontecimento que era inesperado e que tinha consequências, ainda hoje, desconhecidas.

Nós sabíamos que a pandemia que nos estava a afetar não seria uma tarefa fácil de combater, mas seria, sobretudo, um caminho longo, que obrigava a todos os atores políticos, ao Governo, aos partidos na oposição, aos atores sociais a darem todo o seu melhor no sentido de podermos ultrapassar este caminho juntos. Por isso, aos poderes públicos, na questão de saúde, tínhamos, primeiro, a obrigação de prevenir, de prevenir a chegada do vírus, de prevenir em termos de políticas públicas aquilo que poderia ser a contaminação da população; tínhamos de ser capazes de antecipar, de antecipar políticas públicas ao nível do Serviço Nacional de Saúde, ao nível da restrição da atividade económica, no sentido de salvaguardar os impactos que esta pandemia poderia ter na nossa Região, mas também de tratar. Foi essa a nossa obrigação durante o tempo do pico da pandemia nos Açores, de conseguirmos ter um Serviço Regional de Saúde que tivesse a capacidade, não só de manter os serviços mínimos fundamentais de saúde para a nossa população, mas como também fosse capaz de dar resposta, em tempo útil, de uma forma célere e em qualidade, naquilo que seriam as pessoas contaminadas pelo COVID-19. E por isso a nossa prioridade foi, é e será sempre a de salvaguardar, em primeiro lugar, a saúde dos açorianos; por isso é que tivemos de tomar um conjunto de medidas, nomeadamente ao nível da restrição de liberdades, nomeadamente ao nível da restrição da nossa circulação. Nós tivemos de ir, muitas vezes, ao limite dos nossos recursos e, muitas vezes, também, apesar de poder incomodar muita gente, até ao limite das nossas competências para poder proteger a nossa Região. Sabemos bem que isso motivou muitas reações, muitos grupos

organizados, que se juntaram no sentido de tentar quebrar as medidas que nós tomamos para proteger as nossas populações. Mas tenham disto toda a certeza: nós temos muito orgulho das medidas que tomamos para conseguir proteger as nossas populações, para conseguir evitar que o vírus pudesse chegar à nossa Região de uma forma massificada. E, apesar de tudo, apesar de termos tido, infelizmente, algumas fatalidades, a verdade é que as medidas que tomamos no sentido de evitar que o vírus pudesse alastrar-se aos Açores tiveram, como sabemos, bons resultados, permitindo que, inclusive, algumas ilhas não tivessem qualquer tipo de casos de COVID-19.

Isso obrigou a que nos adaptássemos, a que tivéssemos de tomar novas medidas após a contestação de algumas movimentações, que levaram a decisões judiciais. Isso motivou que tivéssemos de criar novas políticas, adequadas também a minorar os impactos que o vírus poderá ter na sua chegada à Região.

Nós sabemos que este é o tempo do desconfinamento; nós sabemos que este é o tempo de podermos reabrir a nossa economia para que o tratamento, após termos sobrevivido à doença, não tivéssemos que morrer do tratamento que utilizássemos. Mas nós sabíamos que todo esse desconfinamento, toda esta abertura da nossa Região teria de ser feita de uma forma ponderada, passo a passo, de uma forma diferenciada, consoante a realidade a que estamos a referir, para que, passo a passo, a Região possa abrir a sua atividade económica e retomar o seu normal funcionamento. E isso está ligado ao funcionamento da economia, porque não há economia com um problema de saúde pública; não há economia com as pessoas a ficarem mais doentes. Nós tivemos o cuidado de, em diálogo com os partidos, todos os partidos, em diálogo com os parceiros sociais, ouvindo todos aqueles que quiseram dar o seu contributo, desde aqueles que dão pareceres técnicos, àqueles que têm funções sociais e políticas de aprovar medidas de apoio ao rendimento, para que aqueles que ficaram sem trabalho ou que ficaram sem a possibilidade de poder trabalhar ou com o seu

rendimento diminuído tivessem a capacidade de ultrapassar esses tempos difíceis. Nós lançamos apoios e aprovamos também, aqui, apoios ao nível do suporte do emprego, da manutenção do emprego, para que estas pessoas não vissem a sua situação agravada, apesar desta pandemia. Foram tomadas medidas ao nível do funcionamento dos serviços de saúde, da parte do Governo Regional, no sentido de que eles estivessem melhor preparados para receber os casos relacionados com a pandemia, mas que também pudessem, naquilo que são os casos urgentes, atender a todas as pessoas que continuavam a ficar doentes. Tomamos medidas ao nível da liquidez das presenças.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Ainda ontem, foi apresentada uma medida muito importante no sentido de garantir liquidez às empresas, numa altura tão difícil.

Mas nós, acima de tudo, não entramos naquele campeonato muito apetecível de protagonistas, de saber quem são aqueles que tiveram um determinado papel, num determinado momento para contribuir para a resolução da situação. Nós partilhamos daquilo que disse o Sr. Presidente da República. As eleições são, neste momento, a nossa última prioridade; a nossa primeira prioridade são os açorianos e as açorianas, a nossa primeira prioridade é os Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É um facto! É um facto que as medidas de constrangimento à circulação aérea e marítima e as cercas sanitárias que foram impostas na ilha de São Miguel, em todos os concelhos, foram úteis; foram úteis porque permitiram conter a propagação do COVID-19, mas também foram úteis porque permitiram que a

reduzida capacidade de resposta, infelizmente, do Serviço Regional de Saúde não tivesse que haver um avolumar da procura, o que seria completamente desastroso para a nossa realidade. E essa reduzida capacidade do Serviço Regional de Saúde, tal e qual como já foi, aliás, afirmado em outras declarações políticas, ainda esta manhã, deve-se a uma situação crónica de suborçamentação, suborçamentação essa que levou a que o nosso Serviço Regional de Saúde pudesse cair numa fragilidade que, neste momento, faria com que as respostas fossem muito reduzidas e não seriam capazes de se a ver com uma pandemia que nos trouxesse números bem maiores do que aqueles que nos trouxe até agora.

Mas toda esta situação que vivemos também teve outro aspeto e que foi mencionado na declaração política que agora debatemos, pelo PSD, que é de revelar, de forma muito crua, a fragilidade também do nosso tecido económico. Para já, permitiu descobrir que nós não podemos continuar a viver num modelo económico que privilegie um ou dois setores da economia. Mais do que nunca, sentimos a necessidade de ter um modelo económico verdadeiramente diversificado, porque esse é o caminho para o futuro, e o caminho para o futuro, na nossa perspetiva, também não deve ser um caminho que passe pela austeridade. Sabemos que, neste momento, não é isso que se tem advogado, não é isso que se tem pretendido, mas receamos que, num futuro muito próximo, esse poderá ser o caminho apontado por alguns responsáveis políticos. E procurar na austeridade uma solução para revitalizar a economia, durante a fase de pandemia, é o mesmo que afogar o consumo, seria dessa forma desastroso para as próprias empresas e seria também fator destruidor de emprego. E destruindo emprego estamos a fragilizar cada vez mais a nossa sociedade. E o destruir emprego não pode ser visto, ou melhor, não devemos ver como a única resposta à destruição de emprego a promoção da precariedade. Por isso, a precariedade não pode, neste contexto, ser uma alternativa ao desemprego.

Compete a todos os grupos e representações parlamentares desta Assembleia tomarem uma opção, mas principalmente ao partido que neste momento suporta o Governo, o Partido Socialista, tomar essa opção, fazer essa escolha, se no futuro vai continuar a cair na armadilha de que a precariedade e o fraco rendimento proveniente do trabalho é uma alternativa ao desemprego, ou se vai optar pela criação e até mesmo a manutenção de emprego devidamente valorizado. Porque o combate à precariedade é também o combate à pobreza e à desigualdade social e porque o regime de *lay off* deve ser perspetivado como algo transitório e deixado no passado e nunca um regime para o futuro. Manter e criar emprego com rendimento condigno é também e por isso mesmo uma forma muito valiosa de relançar o consumo e, dessa forma, também relançarmos a economia e, de certa forma, revitalizar também a atividade empresarial e evitar insolvências e falências.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Saudar esta declaração política do Partido Social Democrata e também saudar o espírito construtivo que aqui se está a verificar e pondo cada um dos partidos com as suas medidas ao serviço dos açorianos aquilo que consideramos ser o melhor, para melhor os servir e para juntos vencermos este combate e esta pandemia da COVID-19, que nos atinge hoje e nos vai continuar a atingir num futuro próximo.

Mas queria, mais uma vez, elogiar o espírito cívico dos açorianos, o seu comportamento cívico, a maneira como estão a aderir às medidas que lhes são pedidas pela autoridade de saúde, o seu espírito de colaboração e entreatajuda. Só assim, com esta sociedade coesa, podemos vencer situações de pobreza, que vão acontecer, a situação de pobreza que existia nos Açores não mudou, antes,

pode ter piorado, temos de estar muito atentos a isso, há pobreza na RAA, e é preciso perceber que muita gente está, neste momento, a passar dificuldades e temos de estar atentos a isso.

Relativamente à saúde pública, uma bandeira que o CDS, desde a primeira hora, aqui teve em consideração. Acho que era muito importante que o Governo se empenhasse junto das equipas de saúde pública, reforçasse essas equipas, e algumas pessoas pudessem ir junto dos restaurantes, dos estabelecimentos, numa atitude pedagógica e educativa, dar-lhes apoio, porque muita gente não sabe como há de fazer e o que há de fazer: o pequeno comerciante, do pequeno restaurante, da pequena loja. É preciso ir apoiar essa gente, ensinar-lhes como devem fazer, para que eles possam proteger a sua e a nossa saúde. E eu não vejo isso a ser feito. Portanto, é uma proposta que fica aqui, para que o Governo tenha gente preparada para ir ao terreno, ir ao terreno dar formação, mínima que seja, para como usar a luva... Eu vejo muita gente a usar luvas, mas, depois, a seguir, não desinfetam as luvas com gel. Isto é uma medida perigosa para a saúde pública. As luvas são de uso único, quando usa põe fora, não atende o cliente seguinte com as mesmas luvas. São normas simples, que também é preciso, além do panfleto, ir loja a loja, restaurante a restaurante, e é sobretudo nessa área da restauração, nos cabeleireiros, etc., ensinar como usar os equipamentos de proteção individual e também ensinar como não se contagia os outros. E como se ensinou o uso da máscara, também de deve ensinar o uso de luvas. E o uso de luvas, não é necessário usar, o que é necessário é lavar as mãos, lavar as mãos, desinfetar as mãos, e sempre que se usa luvas, deve-se desinfetar as luvas, tal qual se desinfeta as mãos.

Portanto, é preciso agora desconfinar, é preciso abrir a economia, é preciso criar condições para um regresso controlado à normalidade, para um regresso controlado à abertura da economia, à nossa circulação interna, para que todos os açorianos possam revitalizar pouco a pouco a economia. Mas para isso é preciso

continuar numa ação permanente junto das populações, junto da comunidade, para que cumpram as regras e que lhes sejam explicadas como se há de fazer, para evitar ao máximo o contágio. Agora, sabemos que o vírus veio para ficar, vai estar aí, e mais importante, capacitar o Serviço Regional de Saúde, continuar, não descurar a prevenção, não descurar a aquisição de EIP, não descurar os ventiladores, portanto, capacitar o Serviço Regional de Saúde para a sua capacidade instalada, para o que possa advir no futuro.

Vamos em frente e com esperança neste povo, que é valente e vai vencer, com certeza, dia a dia, este inimigo que nos é comum.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Queria inscrever-me, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada Graça Silveira.

Pergunto se há mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu quero inscrever-me, Sra. Presidente. Berto Messias.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Para já, não.

Tem, então, a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse é muitíssimo importante, ou seja, é fundamental que os açorianos saibam comportar-se em sociedade, é fundamental que os açorianos se sintam seguros nas medidas que estão a ser implementadas, para que possam, com a sua liberdade individual, saber que, com os seus atos, estão, efetivamente, a contribuir para a segurança de todos.

Há um ditado muito antigo que diz: “O medo é mau conselheiro”. Alimentar e fomentar um estado de insegurança e de medo na nossa população vai ter consequências gravíssimas, que vão ser pagas por todos nós, independentemente de quem decidirmos culpar. Porque continuarmos a dizer que temos de evitar que o vírus chegue à Região, que temos de estar todos juntos numa luta para eliminar o vírus da Região, sabendo que este vírus é endémico, ou seja, vai fazer parte da população, que temos uma percentagem enorme da população que é positiva, assintomática, é gerar um sentimento falso na população. O vírus está cá e está para ficar e é com isso que nós temos de aprender; não é a combater, é a conviver.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, caras e caros colegas:

Eu peço a palavra porque me parece importante abordar duas questões que decorrem das intervenções que me antecederam: num caso, a intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes, do Bloco de Esquerda, e, no outro, a intervenção que, no fundo, consubstancia o debate que estamos a ter, ou seja, a declaração política do PSD, feita pelo Sr. Deputado Luís Maurício.

Em primeiro lugar, é importante dizer, porque isso foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Mendes e já tinha sido referido anteriormente, no debate que

decorreu da declaração política do Sr. Deputado Artur Lima, é importante clarificar, porque, enfim, no âmbito do debate político, nós fazemos um conjunto de afirmações, mas a verdade é que essas afirmações, sendo repetidas, podem gerar uma perceção que, na minha opinião e na nossa perspetiva, é errada, que é as referências que foram feitas ao alegado subfinanciamento crónico ou desinvestimento do Serviço Regional de Saúde. Eu gostaria de clarificar essa situação! Basta um olhar pelos últimos anos daquilo que foi feito, por exemplo, no âmbito dos planos de investimentos e, por exemplo, também no âmbito da execução desses planos e verificar o grande crescimento permanente, que, ao longo dos anos, foi sendo realizado no investimento no Serviço Regional de Saúde nas suas diversas dimensões. Nós aumentámos o financiamento no Serviço Regional de Saúde, nós aumentámos os recursos humanos consideravelmente, ao longo dos últimos anos, do Serviço Regional de Saúde, naquilo que se refere a médicos, a enfermeiros, a técnicos de diagnóstico, a assistentes operacionais. Nós aumentámos consideravelmente também as condições infraestruturais e de equipamentos no Serviço Regional de Saúde, e não tenhamos dúvidas, Sras. e Srs. Deputados, eu julgo que, devido a essa abordagem e devido a essa perspetiva do Governo Regional de nunca descurar o reforço das condições financeiras de recursos humanos e de infraestruturas do Serviço Regional de Saúde é que nós estamos a conseguir responder, da forma como estamos a responder, a este momento pandémico que estamos a atravessar. Obviamente que não afirmo aqui que somos donos da verdade nem que está tudo bem feito e que não há problemas, não é nada disso, mas parece-me importante que, numa discussão e numa abordagem sobre aquilo que é o Serviço Regional de Saúde, que tem sido e que deve ser no futuro, penso ser indiscutível e inegável que tem havido um esforço permanente e materializado permanentemente de reforço de financiamento, de melhoria de condições e de reforço, quer de recursos humanos, quer também de

infraestruturas. Portanto, parece-me pertinente realçar esta matéria, no momento em que, obviamente que a economia é absolutamente fundamental para o médio prazo e para o futuro, mas as questões relacionadas com o Serviço Regional de Saúde e com a saúde pública de todos nós continuam a ser um pressuposto central e essencial nesta discussão.

A segunda matéria que gostaria de abordar tem a ver também com aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado Luís Maurício, e eu, em parte, reitero aquilo que afirmei quando fiz uma intervenção no âmbito da declaração política do CDS-PP. Eu recorro que estão em curso, estão implementadas e estão em funcionamento mais de 60 medidas excecionais de apoio imediato à economia, à manutenção de emprego e do rendimento dos trabalhadores, sendo que, neste contexto, obviamente que a injeção imediata de liquidez nas empresas tem sido uma prioridade absoluta. Ainda ontem, o Sr. Vice-Presidente, através de uma conferência de imprensa, teve também a oportunidade de apresentar mais uma medida importante, ou seja, através do reforço do apoio às empresas açorianas no acesso às linhas de crédito nacionais em mais 150 milhões de euros. Ou seja, há um trabalho que está a ser desenvolvido, que foi materializado e definido imediatamente, de forma rápida e de forma muito célere, quando começámos a ser confrontados com esta situação, e agora obviamente que esse trabalho tem de continuar, está a ser monitorizado, vemos os impactos que isso tem nessas empresas, veremos também os impactos económicos e sociais que esta matéria e que estes problemas e que estes estrangimento terão na nossa sociedade, quer do ponto de vista do PIB, quer do ponto de vista dos índices de emprego, quer do ponto de vista dos índices de desemprego, em suma, da atividade económica e social, mas obviamente que vamos continuar a implementar estas medidas, intensificaremos as medidas que forem necessárias ser intensificadas, e vamos continuar a trabalhar em parceria e concertação, obviamente, com todos os parceiros sociais, com o Conselho Económico e Social, tantas vezes

citado pelo Sr. Deputado Luís Maurício, com certeza, com todos os partidos políticos e com os representantes e os parceiros sociais e económicos da nossa Região.

Fizemos muito, estamos conscientes que muito do que está a ser feito está a ter resultados, mas também temos consciência que estamos confrontados com um desafio de grandes dimensões, que carece de uma ação permanente, certamente do Governo, obviamente, que tem essa responsabilidade primeira, mas de todos os agentes do sistema político e todos os parceiros sociais, e cá estaremos para continuar a desenvolver este esforço e este trabalho.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A minha inscrição, Sra. Presidente, o PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a enfrentar uma situação muito difícil, como aqui já foi referenciado no âmbito de várias intervenções que aqui foram realizadas. Mas há uma coisa que se mostrou essencial, quer no combate mais eficaz a esta pandemia, quer do ponto de vista da adesão das populações, que é dizer a verdade. Dizer a verdade é absolutamente essencial, porque só assim, num plano de confiança, num plano em que as populações são chamadas a participar, mas o que lhes é transmitido é a verdade, e aquilo que lhes é transmitido corresponde, de facto, àquilo que está a ser feito, àquilo que está a acontecer, e isso é absolutamente essencial: garantir a segurança às pessoas que estão a ser

informadas com verdade. Mas isto também significa que temos de dizer a verdade em todos os momentos, e, de facto, há um problema do ponto de vista do sistema de saúde que não vale a pena negar, como o Sr. Secretário Berto Messias agora fez, há pouco, na sua intervenção, que é dizer-se que não existia um problema de subfinanciamento crónico no sistema de saúde. Isto é, pura e simplesmente, falso! Existiu, durante este longo período, um problema de subfinanciamento do sistema de saúde, e é por isso que a única estratégia que nós tínhamos era uma estratégia de tentar conter na origem o perigo de contágio, quer impedindo a realização dos voos para os Açores, quer introduzindo o sistema de quarentenas [*impercetível*]. Tendo em conta o estado em que se encontrava, o estado em que se encontra o nosso Sistema Regional de Saúde, eu considero que era a única estratégia possível, e, por isso, da parte do PPM, mereceu todo o apoio.

Agora, dizer que o nosso sistema estava preparado, que o nosso sistema foi financiado de forma adequada, ao longo dos últimos anos, está aí uma dívida brutal neste setor que demonstra que esse financiamento adequado não existiu, por isso é que o setor se teve de endividar, por isso é que os recursos financeiros não chegaram, por isso é que temos as listas de espera que nós temos. Portanto, o que é fundamental no âmbito desta crise é dizer a verdade, portanto, não criar momentos de propaganda ou de enaltecimento de uma ação do Governo que não existiu, no âmbito da preparação deste setor para dar respostas mais adequadas, as respostas que a população necessitava.

Portanto, a situação atual não pode apagar aquelas que são as responsabilidades no passado. O Sistema Regional de Saúde não estava preparado, o Sistema Regional de Saúde foi, efetivamente, subfinanciado, ao longo de todo este período, isto é verdade e é isto que tem de ser dito. Mais do que isto, é isto que tem de ser alterado no futuro. O que estas circunstâncias demonstram, e como aqui já foi referenciado por vários dos intervenientes, é que esta pandemia está

para ficar, e durante um período médio. Portanto, o que é necessário é preparar o nosso Sistema Regional de Saúde, e para isso é necessário, pura e simplesmente, financiá-lo adequadamente e, mais do que isso, financiá-lo de forma muito forte, para compensar a vulnerabilidade que o mesmo tem devido ao facto do financiamento não ter sido o mais correto, ao longo destes anos, e de não ter existido, e de ter existido um défice bastante significativo nesta matéria.

Para terminar, Sra. Presidente, referenciar também, em relação às questões relacionadas com a pobreza. Nós já estamos a enfrentar situações dramáticas nas nossas ilhas, com populações e com pessoas que estão absolutamente vulneráveis em relação a esta situação, umas que já estavam e outras, provenientes da classe média, que estão agora em situações muito, muito, muito difíceis, porque, evidentemente, viram os seus rendimentos baixar de forma significativa ou perderam mesmo o emprego ou as suas empresas conhecem hoje enormes dificuldades. Mas é preciso também referenciar que se é necessário ter energia e termos a convergência de encontrar medidas para enfrentar esta situação, também não se pode esquecer que esta situação de uma pobreza significativa, índice de pobreza significativa, no âmbito da sociedade açoriana, era uma situação pré-existente, portanto, que esta situação da pandemia só irá piorar. Mas isto significa que é importante reconhecer a situação pré-existente, mas o que é fundamental...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... no atual contexto é que se criem as condições para superar todas estas dificuldades, as de agora e as que já existiam. E, nesse sentido, o PPM esteve e está disponível para encontrar as melhores soluções.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Queria inscrever-me, Sra. Presidente. João Corvelo.

Queria inscrever-me.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra, então.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para afirmar que esta é uma situação difícil, é uma situação que vivemos diferente, que não é igual e que não será igual para o futuro, mas a população tem correspondido, no nosso entender, bem em relação ao que lhes tem sido pedido.

Em relação ao Serviço Regional de Saúde, que já foi aqui, diversas vezes, abordado, nós afirmamos e continuamos a afirmar que tem existido um desinvestimento no Serviço Regional de Saúde, ao longo dos anos. Aliás, foi já denunciado por nós, Representação Parlamentar do PCP, aqui, por diversas vezes, as listas de espera, os atrasos que há em relação ao Sistema Regional de Saúde, os profissionais, que fazem horas e horas a fio, muitas vezes sem descanso. Não vale a pena hoje vir dar uma salva de palmas aos profissionais de saúde, se nós não os remuneramos nas devidas condições, ou seja, os profissionais de saúde, neste momento, têm de ser remunerados, têm de ser bem remunerados pelo excelente serviço que prestam, por exemplo, cá, na RAA.

Portanto, e graças ao excelente serviço que prestam, as coisas não ficaram tão más ou não pioraram tanto como podiam ter acontecido. Ou seja, quero reafirmar novamente, enquanto o Governo Regional não tiver uma estratégia de aposta em diversos setores estratégicos, neste caso com a saúde, com a educação, as coisas tendem em piorar. Neste caso em concreto, tem havido um desinvestimento muito grande por parte do Governo Regional em relação à saúde.

Os profissionais fazem o seu melhor, os profissionais merecem ser remunerados pelo trabalho que prestam.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar esta declaração política, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Reiterar os princípios da declaração política de que fui protagonista, em nome do PSD.

Os Açores vivem, hoje, uma situação económica e social dramática, aquilo a que o Conselho Económico e Social definiu como um desastre económico.

É preciso que a economia dos Açores veja injetados entre 400 a 800 milhões de euros, correspondentes à perda do seu Produto Interno Bruto de 10 a 20%. E, nessa perspetiva, urge tomar novas medidas, medidas que sejam mais eficazes, medidas que permitam um acesso rápido das empresas aos seus benefícios. É preciso agilizar, é preciso aumentar o ritmo, o ritmo da governação, que deve acompanhar o ritmo das dificuldades das empresas e o ritmo do desemprego que aí vem. É preciso desburocratizar, é preciso ajudar os mais frágeis, é preciso salvar empregos, é preciso e urge salvar as empresas. Há que transmitir confiança aos cidadãos, às empresas e às instituições. É fundamental que, assegurada de forma contínua, o combate à pandemia, asseguradas as medidas que permitam, com segurança, enfrentar os açorianos a retoma da sua atividade diária, é preciso que, por via dessa confiança dos açorianos, que é preciso retomar, por via da segurança das medidas de saúde que, continuamente, estão a ser tomadas, é preciso que a economia retome, porque retomar a economia é gerar emprego, é criar riqueza, é salvaguardar postos de trabalho.

Urge, por isso, acompanhar à velocidade dos acontecimentos, à agilização das medidas, é preciso, repito, combater com novas medidas, aquelas que permitam

injetar na economia aquilo que a economia precisa, salvaguardar empregos e salvaguardar o funcionamento das empresas.

Nós não podemos aceitar, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que à pandemia da COVID não se suceda a pandemia da insolvência das empresas, a pandemia do desemprego, a pandemia da pobreza. A pobreza que, identificada antes desta pandemia, corre sérios riscos de se agravar e de criar problemas sociais de dimensão imprevisível.

O PSD, ao longo deste tempo, apresentou uma postura de propositura responsável, estando ao lado do Governo quando deveria estar, mas não deixando de assumir a sua capacidade de, sendo o maior partido da oposição, exercer um papel fiscalizador das medidas propostas pelo Governo.

Saibamos, concluindo, retomar a confiança dos açorianos, retomar a confiança na economia, permitir que a economia, de forma paulatina, retome a sua gradualidade e a sua normalidade progressiva, porque só assim estaremos a combater o desemprego e estaremos a combater a fragilidade da pobreza.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos esta declaração política, no entanto, considerando o nosso horário, nós vamos também encerrar os nossos trabalhos por agora. Regressamos às 14h30 com a Agenda.

Eram 12 horas e 51 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 34 minutos.

Iniciamos agora com a Agenda, nomeadamente com o ponto 1 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 194/XI – “Recomenda ao Governo Regional que retire a autorização que concedeu à SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A. para alienar ações de parte do capital social da SATA Internacional – Azores Airlines, S.A.”.**

Este projeto de resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os que contam das regras do funcionamento excecional do plenário por videoconferência, portanto, estão assim distribuídos: o PPM, o Governo Regional e o PS dispõem de 16 minutos; o PSD, 12 minutos; o CDS, 8 minutos; o Bloco de Esquerda, 6 minutos; o PCP, 4 minutos; e a Sra. Independente, 1 minuto.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa é uma iniciativa muito simples que tem a ver com o facto do que se solicita ao Governo é que desista deste projeto de privatização parcial do Grupo Sata, tendo em conta as circunstâncias.

Eu recordo que em 2018, quando iniciou este processo, o Governo Regional explicava da seguinte forma o processo de privatização que queria desenvolver e dizia, entre outras coisas e inicio a citação “o setor dos transportes aéreos conhecer nas últimas três décadas uma profunda transformação assente na liberalização dos mercados, na crescente concorrência e na tendência para a privatização, estabelecimentos de alianças e parcerias e a aposta em frotas tecnologicamente evoluídas e eficientes, com o qual foi sendo acompanhado de um quadro regulatório cada vez mais exigente.”

Ora, um grande conjunto destes pressupostos que levaram o Governo Regional a tomar esta decisão são pressupostos que estão perfeitamente ultrapassados

pela conjuntura, ou seja, hoje a conjuntura é muito diferente. Não temos uma profunda liberalização dos mercados e da concorrência, temos exatamente o contrário. O que nós temos agora são as empresas desta aérea, do setor da aviação civil, a necessitarem dos apoios dos estados para se manterem a funcionar e, portanto, no âmbito da União Europeia terão acesso a um conjunto alargado de apoios quer europeus, quer com origem nos seus próprios estados. Portanto, temos um quadro conjuntural completamente novo e estes pressupostos, neste momento, por parte daquele que é o contexto, não se aplicam e são contextos que estão completamente ultrapassados pelas circunstâncias.

É evidente que a empresa está a conhecer gravíssimos problemas, mas são problemas, que é bom que se faça aqui também um exercício de memória, anteriores à presente situação.

A empresa estava a conhecer enormes dificuldades, mas essas dificuldades são dificuldades que se prolongaram ao longo dos últimos anos, a empresa há alguns anos que está numa situação muito difícil também por erros de gestão da parte do Governo Regional. Portanto, há aqui também responsabilidades que são responsabilidades anteriores à presente situação.

O que interessa, no entanto, é olhar para esta conjuntura e tomar a decisão correta. Neste momento, alienar 49% do capital social da Sata Internacional é um erro.

Por outro lado, penso que ficou para quem (nós sempre tivemos esta posição, sempre tivemos a posição de defesa da empresa, enquanto uma empresa estratégica para o desenvolvimento dos Açores, uma empresa estratégica para a autonomia açoriana, uma empresa estratégica para o povo dos Açores, sempre tivemos esta perceção) dúvidas que aquilo que aconteceu nos últimos três meses deixou bem evidente que esta empresa é uma empresa que tem de ser preservada totalmente na esfera pública, porque como se sabe a capacidade de

decidir de forma autónoma, de decidir de acordo com os interesses da Região foi fundamental nestas circunstâncias, como seria noutra tipo de circunstâncias que a Região poderia enfrentar ou pode vir a enfrentar no futuro.

Por isso, considero que esta é uma questão muito relevante e há aqui que tomar uma posição muito clara sobre esta matéria e eu espero que o Governo Regional aproveite esta oportunidade para o fazer.

Depois quero também, aproveitando esta circunstância, pedir ao Governo Regional que, já que estamos a debater esta situação, que possa detalhar neste momento o que é que está a acontecer, que propostas estão em cima da mesa em relação aos mecanismos de apoio que estão disponíveis da parte do Estado, da parte da União Europeia e da parte da própria Região, em relação à viabilização financeira da empresa, aos apoios que é necessário dar à empresa ...

Estão a ouvir-me?

Deixei de ver todos os Deputados e Membros do Governo. A imagem desapareceu.

Presidente: Estamos todos aqui, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, acho que ficou a falar sozinho, mas isso é outra conversa.

Presidente: Não! Estivemos sempre a ouvi-lo, Sr. Deputado. Esteja descansado.

O Orador: Vou então prosseguir a minha intervenção.

Estava no momento da intervenção em que estou a solicitar ao Governo que descreva que mecanismos de apoio acionou, que propostas estão em cima da mesa em relação aos apoios que estão a ser concedidos. Veja-se que esta questão está a ser amplamente discutida, mesmo hoje é notícia os apoios e o projeto que está a ser desenvolvido em relação à TAP. Portanto, obviamente há informação que está a ser veiculada, mas está relacionada sobretudo com a

situação da TAP. É evidente que interessa ao Parlamento dos Açores que o Governo também possa já comunicar os dados que tem a este respeito.

Depois devo dizer para aqueles que defendem a privatização, tal como aconteceu também em relação à EDA, que o exemplo da EDA é bem o exemplo da falta de vantagens deste tipo de projetos de privatização.

Veja-se bem, como eu há pouco, numa intervenção anterior tive oportunidade de demonstrar, uma verba muito significativa que está a ser transmitida à Região por parte dos consumidores nacionais para obter a convergência tarifária, é uma parte significativa surpreendentemente desse esforço que está a ser feito por parte dos consumidores, uma parte significativa, cerca de 8 milhões de euros, é depois distribuída em dividendos para privados, o que é um absoluto paradoxo e é uma situação absolutamente inaceitável.

É contra este tipo de procedimentos e contra este tipo de situações que o PPM está contra e que obviamente nós não queremos que algo de semelhante possa acontecer também numa empresa como a Sata.

Por isso, na nossa perspetiva o que faz sentido é que neste momento este projeto o Governo tenha a oportunidade de realmente dizer, afirmar aqui, reconhecer no âmbito deste debate parlamentar, que os pressupostos dos quais partiu em 2018 são pressupostos que não se aplicam no âmbito da atual conjuntura.

Portanto, que este processo de privatização é inviável e eu espero que seja essa a conclusão a que o Governo Regional irá chegar e também o próprio Parlamento Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever.

Presidente: Muito bem. Sr. Deputado António Lima.

Mais inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): João Corvelo, Sra. Presidente.

Presidente: João Paulo Corvelo.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A SATA, e neste caso em particular a SATA Internacional, tem um papel fundamental no transporte aéreo na Região Autónoma dos Açores, cumprindo o serviço público de transporte aéreo, na manutenção de vínculos afetivos com açorianos e lusodescendentes residentes nos EUA, no Canadá e em outras paragens e também na captação de fluxos turísticos para a Região.

A empresa, SATA Internacional, mais do que uma mera companhia aérea, é um elo fundamental de ligação entre os Açores e o mundo, para além do seu papel enquanto instrumento de intervenção económica.

É conhecida a situação difícil em que se encontra, no seu geral, o Grupo SATA. Fruto de sucessivos erros das administrações, mas também de um Governo Regional que é o responsável último pela empresa.

A saída para a empresa desta situação de crise, que é anterior à situação atual, encontrada pelo Governo Regional, suportado pelo Partido Socialista, foi a pior que poderia encontrar, ou seja, a privatização parcial de 49% da SATA Internacional.

A atual pandemia colocou as empresas de transporte aéreo numa situação deveras difícil e a SATA, pela sua situação anterior, não será diferente e terá ainda uma situação mais grave.

A quase suspensão total das ligações aéreas implicam intervenções dos Estados nas suas companhias aéreas, dos seus países, sob pena de, passada esta fase mais aguda da crise, não existirem empresas capazes de retomar o transporte aéreo a seguir.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o tesouro norte-americano tem em discussão um pacote de 50 mil milhões de dólares de apoio à aviação.

Na Europa, a situação não é diferente.

A Alemanha irá injetar oito mil milhões de euros na Lufthansa e a França e a Holanda 10 mil milhões na Air France - KLM, só para dar alguns exemplos.

Em Portugal a discussão sobre o futuro da TAP, como é sabido e hoje decorre, está também em marcha. Os acionistas privados pedem um empréstimo do Estado de cerca de 350 milhões de euros, para início de conversa.

O Governo da República diz que poderá não ser suficiente e só aceita injeções de dinheiro se for para mandar na empresa. Resta saber se isso será apenas uma estratégia negocial ou se reflete uma verdadeira intenção de nacionalizar a empresa.

Enquanto isso, na Região, por aquilo que temos ouvido por parte do Governo, este não sabe ainda o que fazer com a nossa companhia aérea nesta altura de crise.

Numa altura em que todos olham para o Estado para salvar as empresas, o Governo Regional não decidiu ainda se deve olhar para os privados como salvação para a SATA.

E o que sucederá com uma privatização de 49% da Azores Airlines?

Será que o acionista privado - se surgir - irá injetar dezenas de milhões de euros em plena crise e sob um manto de incerteza quanto ao futuro da aviação civil?

Essa hipótese, na opinião do Bloco de Esquerda, não tem qualquer credibilidade alguma.

Ou será que o acionista privado irá contrair empréstimos com garantia pública, como querem fazer os acionistas da TAP, ficando a responsabilidade da dívida para a Região?

Neste momento há que aproveitar este período para de uma vez por todas assegurar o futuro da SATA e da mobilidade dos açorianos.

Recuperar a SATA, aproveitar a flexibilização de regras europeias para ajudas de Estado e se forem precisas parcerias estratégicas devido à dimensão da SATA, realizá-las, sim, no quadro nacional, como não pode deixar de ser.

Termino esta intervenção fazendo uma pergunta que obviamente todos esperamos pela sua resposta: qual é o caminho que seguirá o Governo para a SATA, se irá manter a teimosia da privatização que cada vez se revela mais absurda ou se irá, de uma vez por todas, por um caminho de recuperação da empresa como defende o Bloco de Esquerda?

Sobre a iniciativa do PPM, sobre o seu objeto resolutivo, o Bloco de Esquerda está obviamente de acordo que esta decisão de privatização de 49% da Azores Airlines tem de ser revertida, como aliás sempre defendemos desde que ela foi anunciada, sempre defendemos que ela era errada e que não defendia nem o interesse da Região, nem a necessidade e o nosso direito, o direito dos açorianos e açorianas à mobilidade e ele só é defendido e protegido através da manutenção de uma SATA 100% pública para servir os Açores, os açorianos e açorianas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sector Público Empresarial desempenhou e desempenha um importantíssimo e insubstituível papel na economia regional.

Há anos que a SATA vem sendo dirigida por uma administração cuja fidelidade aos objetivos definidos pela administração regional é absoluta, mas cuja capacidade e competência é mais que duvidosa. As opções estratégicas para a empresa têm-se vindo a revelar catastróficas e de nada têm servido os avisos dos mais variados sectores quanto a elas.

A SATA é uma empresa estruturante para a Região Autónoma dos Açores.

A manutenção da SATA integralmente na esfera pública é condição necessária para garantir a sua existência futura mantendo e prestando um serviço de primeira necessidade a toda a nossa Região.

A privatização da SATA, ainda que apenas uma percentagem do seu capital, é o primeiro passo para o seu futuro desaparecimento e para fazer regredir os Açores e os Açorianos a anos que bem gostaríamos de definitivamente esquecer.

Lutar pela manutenção do Sector Público Empresarial atual integralmente na Região é algo que se impõe a todos os açorianos verdadeiramente preocupados com o futuro da sua região e que por parte do PCP não deixaremos nunca cair.

Se algumas conclusões se podem tirar dos efeitos desta pandemia, uma delas será a necessidade de rever as posições que o Governo Regional em relação ao SPER, mais propriamente em relação a empresas como a SATA, Santa Catarina e a EDA. É preciso e necessário que empresas como estas estejam ao serviço da Região, é necessário iniciar-se esse processo de aquisição da parte que está na posse de capital privado.

Nesta situação que a COVID-19 nos deixou foi claro a todos que a SATA na esfera pública é uma mais valia, agora todos notam que a SATA está sempre presente, mas lembramos que o PCP sempre defendeu a sua permanência na esfera pública.

As decisões tomadas pelo Governo Regional em relação aos transportes aéreos só foram possíveis, porque o Grupo SATA é uma empresa com capitais exclusivamente públicos, como o envio de um avião para transportar material de proteção individual. E assim deve permanecer, como o PCP sempre defendeu.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Carlos Silva, o Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Muito bem.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver, pelo menos para já.

Tem a palavra então o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista analisou e dedicou algum tempo a refletir sobre a proposta apresentada pelo PPM exatamente porque todos nós reconhecemos a importância que a SATA tem para a nossa economia e se algo há que esta crise veio demonstrar é que a importância estratégica da SATA, não apenas na mobilidade, mas também no transporte de carga, no auxílio às populações tem sido fundamental para os açorianos. Portanto, este é um assunto que merece a nossa atenção.

No entanto, como é reconhecido por todos, vivemos tempos de elevada incerteza e muita dificuldade nas companhias aéreas que têm a sua frota praticamente parada em todos os países do mundo e isso também é aplicável à

SATA que tem fortes constrangimentos na sua atividade comercial que está praticamente parada desde março.

É obvio que todo este cenário provoca alterações substanciais no valor do mercado das companhias aéreas e a SATA não fica imune a estas alterações.

Também assistimos neste momento a uma intervenção muito clara dos estados e na Europa isso ficou bem evidente, já foi aqui referido por alguns deputados, que há estados membros que estão a intervir em companhias aéreas que até à data, anterior à crise, estavam em condições financeiras muito sólidas e tinham balanços extremamente estáveis e sólidos, mas ainda assim com o impacto da crise tiveram necessidade de intervir de forma a garantir a sobrevivência dessas empresas e também evitar ao máximo os despedimentos.

Além disso, também tivemos em conta as declarações do Presidente do Governo dos Açores quando em abril disse que àquela data que este era um assunto importante de facto, mas que não era ainda o momento para se decidir sobre se devíamos avançar ou não com o processo de privatização.

Passado algum tempo e verificado o processo que está a decorrer de reestruturação do Grupo SATA com o segundo mês do *lay off* em curso e com todas as implicações que isso acarreta para o valor da empresa SATA, neste caso que estamos a falar em concreto da Azores Airlines, entendemos que de facto não estão reunidas as condições adequadas para que o processo de privatização avance no modelo que estava previamente definido, porque como disse inicialmente o movimento em todo o mundo tem sido de intervir para garantir a sobrevivência das empresas de aviação e neste caso o que verificamos é que quer a SATA, quer possíveis compradores da posição que viesse a ser alienada estão em condições muito frágeis neste momento.

Portanto, não seria bom para nenhuma das partes e não estariam reunidas as condições que entendemos ser adequadas para avançar com este processo.

Neste sentido, reconhecemos como é óbvio a importância do Grupo SATA, aproveitamos o momento para enaltecer o trabalho e a dedicação dos trabalhadores que têm sido exemplares no cumprimento das suas funções, auxiliando os açorianos e garantindo um importante contributo na salvaguarda e na sobrevivência da SATA, reconhecemos que ela é uma empresa estratégica para a Região e para os açorianos e seguramente vai continuar a ser, porque a última palavra caberá sempre ao Governo dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, eu inscrevo, em nome do PSD, o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver para já.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intenção de alienação de parte do capital da Azores Airlines foi anunciada pelo Sr. Presidente do Governo em setembro de 2017 e infelizmente foi um processo gerido com enorme ausência de competência, com ausência de realismo e alguma demagogia.

A situação económica e financeira da empresa foi-se agravando desde então, tornando evidente após os resultados 2018 conhecidos em junho de 2019, que

sem uma reestruturação substancial da sua situação financeira seria muito difícil, senão mesmo impossível, encontrar um parceiro que constituísse uma mais valia para a empresa.

O Governo Regional foi até agora incapaz de assumir esta realidade, persistindo num eventual novo concurso, pois a responsabilidade foi empurrada para o SDEA e vice-versa de forma pouco clara.

Entretanto, ao longo dos últimos anos o Governo Regional reforçou os capitais da SATA de forma incipiente e sem uma estratégia consistente, tentando apenas empurrar a situação e as decisões difíceis para um momento político mais favorável.

O empréstimo obrigacionista contraído pela empresa no final de 2018, com o aval da Região, foi um balão de oxigénio ainda que por pouco tempo.

A situação decorrente do COVID-19, afetando todo o setor da aviação europeia e mundial inviabilizou qualquer adiamento da situação da SATA e é assumido publicamente pelo conselho de administração e pelo Governo Regional a necessidade de sujeitar à Comissão Europeia rapidamente um plano de autorização para ajudas de Estado e apoio financeiro.

Os resultados do Grupo SATA de 2019 são semelhantes aos dos anos anteriores. De acordo com a informação prestada pelo seu Presidente na Comissão de Economia a 13 de abril, ou seja, serão mais de 50 milhões de euros de prejuízo.

O resgate da empresa, mesmo sem consequências da atual crise decorrente do COVID-19 representará um esforço muito superior a 200 milhões de euros.

O futuro da aviação civil é, neste momento, incerto.

Que soluções serão preconizadas pela Comissão Europeia é ainda desconhecido.

Não sabemos que soluções impostas, mas esperamos que sejam as menos penalizadoras para esta empresa estratégica para os açorianos.

Neste contexto de incerteza é absolutamente extemporâneo suspender ou não suspender o processo de alienação de capital da Azores Airlines. A prioridade é avançar, tal como o Governo anunciou, com o pedido de autorização para os apoios de Estado e esperar que as condições que resultem dessa aprovação sejam menos penalizadoras para a empresa e que permitam que a empresa continue a servir os açorianos independentemente do regime que resulte desta decisão europeia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Queria inscrever-me, Sra. Presidente.

Presidente: Artur Lima.

Não havendo para já ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para uma inscrição.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não ouvi, obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos obviamente perante uma questão muito importante para a Região Autónoma dos Açores e devo dizer que subscrevo a intervenção do Sr. Deputado António Neto Viveiros que colocou aqui algumas preocupações muito pertinentes e de facto eu julgo que é prudente aguardar qual será a solução europeia e devemos ter como prioridade quais serão os apoios do Estado a atribuir às companhias aéreas, e neste caso particular à SATA, como um ativo estratégico para a Região Autónoma dos Açores e que deve ser obviamente mantido e não podemos sequer correr o risco de sofrer qualquer

perigo da sua extinção, ou de alguma maneira que venha afetar gravemente a sua continuidade.

Sabemos que a SATA já atravessava problemas muito sérios antes da pandemia, nós sabemos que a SATA estava numa situação calamitosa, financeiramente muito má e que naturalmente não foi culpa desta pandemia, nem deste vírus. A SATA já estava mal antes da COVID-19.

Agora, nesta altura o que temos é que focar na conservação desse ativo e todos unirmos esforços nesse sentido de apoiar qualquer decisão que venha, quer comunitária, quer nacional, quer de apoios do Estado para que a SATA se mantenha em atividade, quer a Azores Airlines, quer também a SATA Air Açores, mas vejo que continua a haver alguma atividade da companhia. Vejo, por exemplo, que estão entretidos a mudar as cores dos aviões. Já é alguma atividade que a gente vai notando por parte do Governo que se vai entretendo, ou da administração, em fazer umas pinturinhas nos aviões.

Aguardemos naturalmente por dias melhores. A aviação é um dos setores mais afetados com esta pandemia e, portanto, vamos aguardar com serenidade que o Governo, presumo que ainda não falou, se manifeste também na casa maior da autonomia dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu continuo sem ver ... Portanto, tenho aqui as vossas fotografias, mas não tenho as vossas imagens em tempo real, ou seja, o vídeo há algum tempo que está parado. Isto porque é que é relevante?

Porque eu não sei se o Governo está presente, porque eu solicitei um conjunto de informações ao Governo e como óbvio o Governo deve entrar também nesta

discussão. Portanto, aguardo também que o Governo possa realmente informar qual é a sua apreciação em relação a esta matéria.

Seja como for, a posição do Partido Socialista pareceu-me absolutamente clara. Considero também que não existem condições para que o processo de privatização possa prosseguir e essa é uma atitude que eu considero que é uma atitude positiva e que significa que se está a fazer uma leitura correta da situação atual.

Para nós, como é óbvio, nós somos um partido que defendemos a iniciativa livre, que defendemos o mercado livre, nós defendemos a iniciativa privada, também setores que nós consideramos que são setores estratégicos e em que o Estado deve ter e a Região, neste caso, uma presença importante, uma presença estratégica, como se viu, aliás, nesta matéria. Há um debate ideológico que está em curso em relação à importância de manter sobre o controlo dos estados setores estratégicos que até neste momento, como se sabe, o pacto da Europa, ... é que há setores estratégicos de vários estados da União Europeia que estão nas mãos de outros estados.

Portanto, para defender os interesses dos estados, das regiões e das respetivas populações é fundamental que estes setores permaneçam nas mãos do Estado. Isso não significa que a iniciativa privada não tenha o seu lugar. Com certeza que tem e o mercado também, mas é evidente que há áreas que são áreas estratégicas e que são áreas que o Estado deve controlar.

Eu penso que esta crise que está a afetar todo o mundo, e muito em particular também a Europa, está a demonstrar isto mesmo, que aqueles que sempre defenderam, como é o caso do PPM, que estes setores estratégicos deveriam permanecer nas mãos do Estado, afinal tinham razão e é neste momento reconhecido por todos que essa é uma vantagem que alguns tinham e outros não tinham e que as tinha pode utilizar, como foi o caso nos Açores no âmbito da SATA.

Devo dizer também que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, com a amizade que lhe tenho, chamou e referenciou que a proposta é extemporânea. Devo-lhe dizer, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que extemporânea foi a privatização da TAP que foi realizada pelo seu partido dias depois do seu Governo ter sido inviabilizado na Assembleia da República, portanto, do Governo que então estava em funções não poder continuar a exercer as mesmas e mesmo assim avançou para um processo de privatização que deu no que deu e que provocou os problemas que provocou ao país. Isso é que foi extemporâneo. Devo-lhe dizer também, Sr. Deputado, que esta era uma decisão que era uma decisão lógica na nossa perspetiva, mas era uma decisão lógica que não estava tomada. O Governo Regional teve a oportunidade de dizer que ainda estava a analisar o assunto e que não tinha uma decisão tomada.

Ora, nós, perante as circunstâncias, o que considerámos é que esta decisão era uma decisão que era urgente tomar até para sabermos qual é a perspetiva com que o Governo Regional irá enfrentar o futuro.

Portanto, era importante que existisse aqui uma definição prévia no âmbito daquela que será a futura estrutura da empresa e já vimos que é muito importante, pelo menos um conjunto de partidos que está a defender que ela deve permanecer inteiramente nas mãos da Região e essa é a nossa perspetiva desde sempre, antes da crise e também depois da presente crise e ao longo da presente crise.

Para terminar, volto a solicitar, porque esta é a oportunidade do debate em que estamos a debater o futuro da empresa, da SATA, ao Governo, a perguntar-lhe que mecanismos estão a ser utilizados, que mecanismos lhe foram transmitidos no sentido de apoiar a empresa para que a empresa possa sair da atual situação e possa enfrentar o futuro, tal como uma discussão que já se está a fazer a nível nacional em relação à TAP.

Portanto, nós aqui o que queremos perceber é aquilo que está a ser feito, aquilo que está a ser debatido, que informação é que chegou, que mecanismos é que vão ser utilizados, qual é a informação que existe em relação ao futuro da empresa e dos apoios com que se podem contar para o futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação...

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Gostaria de me inscrever.

Presidente: Alerto que dispõe de muito pouco tempo, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, também me queria inscrever.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aproveito para me inscrever, Sra. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados!

Sr. Deputado António Lima peço desculpa de o interromper, mas Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu para se inscrever, foi?

Deputada Graça Silveira (Independente): E eu também, Sra. Presidente.

Presidente: A Sra. Deputada Graça Silveira, se puder falar um bocadinho mais alto, porque eu de facto não a consigo ouvir. Talvez já o tinha feito antes, não? Já se tinha inscrito?

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Já, Sra. Presidente. E também estava a cometer o erro que é o de não dizer o meu nome, portanto, vou passar a dizê-lo. Graça Silveira.

Presidente: Sim, mas aqui a questão é mesmo na audição. Estamos a ouvi-la muito mal, muito ao longe.

Então temos o Sr. Deputado António Lima, a Sra. Deputada Graça Silveira e o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu aguardava obviamente também pela intervenção do Governo, mas por aquilo que se percebe talvez não haverá. É pena, porque julgo que nessa matéria o Governo teria de ter aqui uma palavra para além daquela que já foi a posição expressa pelo Partido Socialista.

Diz o Partido Socialista que não estão reunidas as condições para avançar com a privatização. Ainda bem que o reconhece, mas elas já não estavam, nunca estiveram e seria sempre um erro essa privatização, sem pandemia ou com pandemia.

Era um erro absoluto, como se vê aliás pelo processo da TAP, porque a TAP semiprivatizada ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já.

... à primeira grande dificuldade recorre ao Estado para salvar a empresa.

Isso demonstra a necessidade de um setor deste tipo estar efetivamente sobre o controlo democrático dos estados, da Região e que a solução para a SATA, para a defesa da mobilidade dos açorianos, para a defesa dos postos de trabalhos, é uma SATA 100% pública, como sempre defendeu o Bloco de Esquerda, e é isso

que temos de trabalhar, é isso que o Bloco de Esquerda fará também muito em breve com propostas sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, muito obrigada.

Estava a tentar com os serviços solucionar a questão do meu som.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão trouxe hoje a debate a questão da privatização da SATA e diz e bem que a SATA é um ativo importante para a Região e que a situação da pandemia tornou isso evidente.

É estranho, porque durante a pandemia a SATA Internacional aquilo que fez foi ficar com os seus aviões parados. Se calhar tem mais alguma atividade, como disse o Sr. Deputado Artur Lima, de pintar uns aviõezinhos, mas basicamente aquilo que se assistiu durante a pandemia foi a companhia colocar as suas aeronaves no chão.

Portanto, isto é estranho nós considerarmos que a SATA é importante se não voar.

Devo dizer-lhe que, ao contrário do que disse o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros, não é uma questão de ser extemporâneo, acho que é um não assunto, porque se já antes da pandemia era difícilíssimo vender a SATA, ou seja, haver alguém que estivesse interessado, mesmo que o Governo estivesse muito mobilizado como esteve para privatizar parte da SATA não apareceu no mercado ninguém que estivesse interessado em comprar a companhia e como o próprio Sr. Deputado Paulo Estêvão já disse ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Acabo já, Sra. Presidente.

... neste momento a situação a nível mundial das empresas de aviação está tão má como a SATA e, portanto, duvido que haja alguém que queira comprar a SATA e a sua iniciativa fica por essa via completamente assegurada.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como lhe digo não consigo ver as imagens neste momento do nosso plenário e a pergunta que lhe faço, Sr. Presidente, é se o Governo está presente. Se há Membros do Governo a acompanhar e em condições de ...

Presidente: Em resposta à sua interpelação à Mesa, como sabe o *layout* deste plenário não nos permite ver quem é que está na sessão a todo o momento, por isso é que fazemos a votação nominal.

O que nós vemos é uma imagem de destaque e outras nove imagens parcelares que vão mudando de forma aleatória. Por isso, nós nunca sabemos em cada momento quem é que está ou não na sala, por isso, também não lhe posso responder a essa questão.

Mas também já agora permita-me que lhe diga que, entretanto, pedimos aos serviços que depois deste ponto entrassem em contato para perceber se é algum problema ao nível da sua ligação que o impede de ver as nossas imagens, mas ouve-nos, Sr. Deputado?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Estou a ouvir, mas as imagens estão congeladas, digamos assim, ...

Presidente: De qualquer forma essa situação nós vamos resolver.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Por isso estou a fazer-lhe esta pergunta, porque, Sra. Presidente, como é evidente acho que é um desrespeito institucional para com o Parlamento se o Governo não responde às perguntas que lhe foram entretanto colocadas e se não participa no debate em que o seu

papel é importante obviamente, porque aquilo que está a ser feito é uma recomendação que está a ser dirigida ao Governo. Portanto, se não faz nenhuma intervenção em relação a este assunto eu considero que significa (e vejo isto e tomo isto) um desrespeito institucional. Coisa que eu não fiz ao longo de toda esta crise. Falámos aqui no respeito, na lealdade dos partidos em relação ao Governo, falámos no espírito de colaboração, falámos de tudo isso e foi isso que se fez e o próprio Partido Socialista e o Governo reconheceram que tiveram essa lealdade e esse respeito institucional.

Bom, agora que está a ser debatido um assunto que eu considero que é um assunto bastante relevante, estranho muito que o Governo não tenha a mesma atitude em relação ao Parlamento, ou mais especificamente até em relação a esta representação parlamentar, porque foi por isso que eu coloquei a questão.

Em segundo lugar, gostava de dizer também que em relação ao facto dos aviões que têm estado parados. Bom, isso não é verdade. Pura e simplesmente a SATA cumpriu um papel muito importante, por exemplo, no âmbito da manutenção das ligações aéreas em relação a um conjunto de ilhas. Como se sabe, essas ligações aéreas é que transportaram correio, mercadoria diversa, mantiveram até, no caso aqui específico da ilha do Corvo, aquele que era o tráfego normal, ou seja, as viagens continuaram a realizar-se à segunda, à quarta e à sexta-feira tal como estava previsto, portanto, as aeronaves não transportavam passageiros, mas mantiveram toda a sua atividade anterior e devo dizer, até porque me aconteceu a mim e também sou testemunha disso, que quando tive de me deslocar por razões de saúde para um hospital fui transportado pela SATA. Portanto, a SATA também transportou centenas, senão milhares de doentes, de gente que se teve de deslocar entre as diversas ilhas por diferentes questões de saúde e, portanto, também estive ao serviço dos açorianos. É uma afirmação que não corresponde à realidade. A SATA manteve-se em atividade e foi fundamental nesses aspetos todos que acabei de referenciar.

Gostava de dizer também e que também foi fundamental, porque às vezes também o facto de não voar e não voa por instruções do Governo Regional nesse sentido e muito bem. A mesma coisa não fez a TAP que lhe foi solicitado que fizesse a mesma coisa e o Governo da República decidiu exatamente o contrário, ou seja, decidiu manter as ligações aéreas com a Região, são os tais voos de soberania do princípio de continuidade territorial, que colocaram em grave risco a Região e a estratégia que a Região estava a desenvolver.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O facto da SATA ter feito aquilo que lhe foi solicitado foi também muito importante e também foi muito útil.

Termino, Sra. Presidente, dizendo que como é óbvio na nossa perspetiva esta era uma decisão que não estava tomada e era uma decisão que precisava de ser absolutamente esclarecida, embora a ausência do Governo Regional nesta matéria tenha prejudicado esta discussão e vejo esta posição, de não participar no debate, num debate democrático, como uma situação muito complicada e uma situação de absoluto desrespeito institucional pelo Parlamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS) Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Pedro Moura.

(Pausa)

Pedro Moura.

Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, eu abstenho-me.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é favor.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Já resolvi o meu problema. Obrigado.

Presidente: Obrigada eu, Sr. Deputado.

Sr. Secretário da Mesa, o favor de anunciar o resultado da votação.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 194/XI foi aprovado com 30 votos a favor do Partido Socialista, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto dois da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 213/XI – “Simplificação administrativa de candidaturas das empresas (Covid-19)”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que temos utilizado nestas figuras regimentais, neste caso nas resoluções.

Para a apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste plenário serão discutidas e votadas diversas iniciativas do Grupo Parlamentar do PSD em matéria de apoio às empresas e ao setor agrícola e que, em nossa opinião, terão todo o enquadramento no Plano de Retoma da Atividade Económica, cuja elaboração foi recomendada por este Parlamento ao Governo Regional.

Para tal, ouvimos durante as últimas semanas a opinião de diversos parceiros sociais e de empresários de diversos setores, no sentido de conseguirmos ir o mais possível de encontro às reais necessidades da maioria dos agentes económicos.

Estas iniciativas constituem uma colaboração construtiva naquilo que entendemos ser o esforço conjunto a que todos somos convocados, para minimizar a crise com que se defrontam os Açores, as suas empresas e os seus trabalhadores.

O desafio do combate à pandemia é central e prioritário na esfera sanitária. Mas a crise económica e as suas consequências para as pessoas são igualmente um problema relevante, cujo combate importa que seja consequente e eficaz.

Decorridos quase dois meses desde o início da crise, já ninguém tem ilusões sobre a sua gravidade, transversal em todos os países e continentes.

Ninguém duvida que esta crise económica será muito mais severa do que a crise financeira de 2011-2014, durante a qual o PIB nacional decresceu 6,9%, valor idêntico ao ocorrido nos Açores.

As estimativas para a recessão económica são atualizadas permanentemente, infelizmente quase sempre em sentido negativo.

Nos Açores, tal como no país, certamente que a contração do PIB ficará acima dos 10%, eventualmente bastante acima e próximo dos 20%.

Acreditar numa situação mais favorável será pouco realista e sobretudo pouco prudente.

A estratégia das medidas económicas deverá pressupor, no mínimo, este cenário.

O Conselho Económico e Social, no seu último plenário, em 15 de maio, concluiu e cito *“A situação económica que se vive nos Açores, não obstante as medidas de âmbito regional já tomadas, é preocupante, já que atingiu gravemente a atividade do turismo, um sector que nos Açores tem um peso muito relevante, com efeitos multiplicadores sobre praticamente todos os outros sectores da nossa economia”*.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo Regional, e bem, assumiu logo no início do anúncio das primeiras medidas de apoio no âmbito do Covid-19 e cito *“vivemos hoje circunstâncias excecionais que implicam tomar medidas excecionais no apoio imediato à manutenção do emprego e do rendimento dos trabalhadores”* adiantando ainda que *“as medidas apresentadas pretendem ser um forte incentivo aos setores mais afetados para manterem os níveis de emprego.”*

Porém, entendemos e partilhamos as reservas dos parceiros sociais e do Conselho Económico e Social, de que as três principais medidas regionais de apoio às empresas, e cito *“Antecipação da Liquidez”, “Complemento do Lay off”* e *“Manutenção do Emprego”*, são manifestamente insuficientes no seu

impacto financeiro para os objetivos propostos pelo Governo e para as necessidades da economia regional.

As medidas regionais até agora aprovadas, e tal como estão configuradas, não evitarão o fecho das empresas, as insolvências generalizadas e a conseqüente iminência de uma crise social de enorme dimensão causada pelo desemprego e falta de rendimento das famílias e empresas.

As medidas “Antecipação da Liquidez” e “Complemento do *Lay off*” representam um esforço imediato do Orçamento Regional, mas a verba prevista de 45 milhões de euros, pelos dados até agora disponíveis, terá uma utilização que não chegará a 30% daquele valor.

Por outro lado, a medida mais robusta financeiramente, a “Manutenção do Emprego”, com uma dotação de 150 milhões de euros, ainda que possa constituir uma mais valia para as empresas açorianas, só terá impacto no orçamento da Região a partir de outubro/novembro de 2021.

Apenas com aquelas medidas não haverá a necessária injeção de liquidez na economia.

Não basta que se afirme e repita sucessivamente que as empresas dos Açores têm mais apoios do que as nacionais.

Todos sabemos que o pacote de medidas de apoio às empresas prometido ao país pelo Governo da República **é de dimensão bastante inferior ao de outros países.**

Na presente situação, a medida que se impõe é a compensação pública significativa relativamente às receitas perdidas e salários para todas as empresas e trabalhadores afetados pelos confinamentos.

Ainda na última semana, num seminário realizado pela Universidade Católica, o ex-Comissário Europeu Carlos Moedas, questionado sobre que conselhos daria para a gestão da crise económica, afirmou que seriam dois: primeiro, a escala nas medidas e, o segundo, a rapidez.

Escala nas medidas através da sua intensidade financeira.

Rapidez nas medidas e nos processos para que os apoios possam chegar às empresas em tempo, ultrapassando as dificuldades da pesada máquina do estado.

É fundamental, no imediato, eliminar restrições às candidaturas aos apoios em vigor, que se traduzam na máxima simplificação administrativa, ajustando os seus requisitos à realidade e possibilidades da maioria das empresas e não de algumas, como acontece, seguindo o exemplo do processo de candidaturas nacionais ao *lay off* simplificado através da Segurança Social.

Nas medidas regionais de apoio no âmbito da COVID-19, a obrigatoriedade de apresentação de garantia bancária coloca o Governo Regional como um credor privilegiado das empresas, demonstrando, com essa exigência, não estar disponível para a partilha de riscos e que não confia na sua recuperação, sendo certo que muitas empresas não conseguem obter essa garantia, ficando, por isso, condenadas *a priori* e entregues à sua sorte.

A eficácia das medidas de apoio à economia, depende da rapidez com que as empresas possam apresentar as suas candidaturas, para o que é fundamental que os processos sejam simples e com requisitos acessíveis à generalidade das empresas.

Nesse sentido, a maior simplificação dos processos é uma condição fundamental, sendo este o objetivo desta iniciativa.

Na sua parte resolutiva propõe-se o seguinte:

Recomendar ao Governo Regional dos Açores que proceda à simplificação administrativa de candidaturas das empresas às medidas regionais de apoio no âmbito da COVID-19, que passe, por duas medidas.

Primeiro, a aplicação do princípio transversal de que as empresas, por termo de responsabilidade, assumem o cumprimento dos requisitos legais exigíveis;

E a segunda, a eliminação da obrigatoriedade de apresentação de qualquer garantia bancária, independente do valor dos apoios.

Numa situação como a que atravessamos, e vivemos, não basta fazer o suficiente. É preciso fazer o que é necessário.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Mais inscrições, por favor.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, João Corvelo. Gostava de me inscrever.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não. Tem então a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP partilha naturalmente da generalidade das preocupações que são evidenciadas neste projeto de resolução, nomeadamente ao nível das consequências que esta crise gerada pela pandemia da COVID-19

trará para a economia açoriana na atividade das nossas empresas e em relação aos impactos que poderão resultar em termos do aumento do desemprego. São estas mesmas preocupações que têm levado a que o CDS apresente medidas e contributos para combater os efeitos negativos provocados pela pandemia.

De facto, o conjunto de mecanismos de apoio criado quer a nível nacional, quer a nível regional, onde se incluem também estes contributos dados pelo CDS foram importantes no sentido de reforçar a capacidade das empresas em ultrapassar esta fase difícil, aliviando o seu esforço financeiro, atenuando os seus custos de financiamento e permitindo manter o emprego e os postos de trabalho e por esta via foi possível evitar um crescimento exponencial e imediato dos níveis de desemprego na Região.

No entanto, esta será uma fase longa e difícil para o tecido empresarial dos Açores, sendo que a sobrevivência destas empresas irá depender e muito da sua capacidade de financiamento, da sua liquidez e também dos apoios que possam vir a ser disponibilizados.

É neste sentido que nós entendemos que toda e qualquer simplificação administrativa ao nível das candidaturas aos apoios por parte das empresas que se possa garantir no atual contexto será sempre positiva.

Esta questão relativa à exigência das garantias bancárias às empresas por parte do Governo Regional como requisito de acesso aos apoios complementares da Região foi abordada recentemente numa audição ao Sr. Vice-Presidente, requerida pelo PPM, bem como numa audição ao Sr. Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores, requerida pelo PSD, que tiveram como pano de fundo a pandemia da COVID-19.

De facto, esta foi uma das preocupações levantadas e bem vincada pelo Dr. Gualter Furtado, sendo que no seu entender a alienação destas restrições é aconselhável e tendo salientado que o nível de empregabilidade que é garantido por estas empresas que ficam sujeitas à apresentação das garantias bancárias

para o acesso aos apoios é muito significativo e que por isso a possibilidade de eliminação da garantia deve ser de facto equacionada.

Na audição ao Sr. Vice-Presidente este alegou que só é exigida a garantia bancária quando o valor do incentivo é superior a 20 mil euros e que, portanto, não teria impacto ao nível das microempresas e que não teria impactos quase nenhuns ao nível das pequenas empresas. Disse ainda que a preocupação do Governo Regional se prendia com a garantia da manutenção do emprego e que ao retirarmos essa garantia bancária estaríamos também a eliminar a obrigatoriedade ...

(Interferência na gravação)

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Disse ainda que a preocupação do Governo se prendia com a garantia da manutenção do emprego e retirando essa garantia, retirar-se-ia também essa obrigatoriedade por parte das empresas.

Nós compreendemos a preocupação do Governo Regional em obrigar as empresas a manter os níveis de emprego, mas por outro lado também entendemos que a exigência da garantia bancária pode ser um entrave e um fator inibidor para algumas empresas no acesso a esses apoios que tanto necessitam e que, além disso, representa mais um custo de contexto considerável que é especialmente gravoso numa altura em que a maioria das empresas atravessam grandes dificuldades, não sendo no nosso entender, como disse o Sr. Vice-Presidente, apenas mais um documento normal para empresas desta dimensão.

Querer que as empresas mantenham e garantam um nível de emprego é uma coisa e nós concordamos com isso, mas fazer depender o apoio necessário para

a atividade das empresas de uma garantia que representa mais um encargo adicional para a empresa é outra coisa, porque o cenário é já de si excecionalmente difícil.

Em última instância nós entendemos que dificultar o acesso ao apoio pode até colocar em causa a subsistência das empresas e como é lógico os respetivos postos de trabalho que esta empresa assegura.

Para situações excecionais entendemos que se impõem medidas excecionais e porventura a eliminação desta obrigatoriedade das garantias bancárias seria um contributo importante para muitas empresas, podendo representar, ainda que de forma indireta, também uma forma de proteção e manutenção do emprego.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A crise pandémica causada pela COVID-19 trouxe efetivamente a necessidade emergente de serem criados fortes apoios às empresas com vista à manutenção do emprego e obviamente da sua atividade.

Perante a grande e abrupta redução da atividade económica que em alguns casos foi, como sabemos, total, os apoios públicos foram e são absolutamente essenciais para que um desastre social e económico não se abata sobre a nossa sociedade e ainda assim mesmo com toda a intervenção que tem existido a crise acentua-se.

É certo que estas medidas não resolvem todos os problemas e também que não têm chegado da mesma forma a todos de quanto delas precisam.

Em muitos casos elas permitem efetivamente atenuar e adiar situações mais gravosas para muitas empresas, principalmente para aquelas mais frágeis, as

micro e pequenas empresas dos setores mais afetados e sujeitos a uma paragem mais forte, uma redução mais forte da atividade.

Também é certo que em situação de emergência o que importa acima de tudo é salvar os postos de trabalho e salvar a atividade e as próprias empresas para que a economia não colapse.

É por isso também que obviamente concordamos com esta iniciativa, com a simplificação administrativa das candidaturas, principalmente porque ela serve para empresas com menor capacidade e que terão por isso mais dificuldades em lidar com a carga burocrática e acompanharemos com o nosso voto favorável esta iniciativa proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Não podemos deixar de dizer que esta simplificação não significa, nem pode significar menos rigor, menos fiscalização e muito menos a possibilidade de despedimentos e também uma flexibilização relativamente à manutenção dos postos de trabalho. Esse é um princípio do qual não abdicamos.

A simplificação e a desburocratização devem ser, na nossa opinião, uma opção pela conservação do emprego e do frágil tecido económico regional, principalmente como referido das micro e pequenas empresas.

Mais vale investir agora nas pessoas, nas empresas, do que mais tarde reconstruir uma economia em ruínas. É preciso salvar aquilo que é possível salvar neste momento.

A opção então deve ser, na opinião do Bloco de Esquerda, fazer tudo o que é possível agora e isso evitará, em primeiro lugar, muito sofrimento a milhares de trabalhadores e trabalhadoras e às suas famílias numa situação de grande incerteza.

Por esses motivos, como já referi, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente a presente iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução - "Simplificação administrativa de candidaturas das empresas (COVID-19)", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD/Açores, tem como objetivo que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo dos Açores que proceda à simplificação administrativa de candidaturas das empresas às medidas regionais de apoio no âmbito da COVID-19, focando dois pontos específicos.

Em primeiro lugar, que seja transversalmente aplicado o princípio de que as empresas, por termo de responsabilidade, assumem o cumprimento dos requisitos legais exigíveis;

Em segundo lugar, que seja eliminada a obrigatoriedade de apresentação de qualquer garantia bancária, independentemente do valor dos apoios.

Embora, nas suas considerações iniciais, o Grupo Parlamentar do PSD caracterize em termos corretos a realidade do tecido empresarial regional, predominantemente composto por micro e pequenas empresas e por empresários em nome individual, com apoios administrativos e organizativos limitados; e embora, no segundo parágrafo do seu documento, reconheça as razões efetivas das situações ainda complexas em que muitos agentes económicos se encontram, apontando a nosso ver para as suas próprias políticas, a proposta apresentada não pode ser acompanhada pelo PCP por duas razões:

- por um lado, propõe dispensar quem solicita o apoio da apresentação dos documentos que garantem à Região que os apoios disponibilizados têm viabilidade e serão bem empregues, e entre estes um fundamental, a declaração de situação regularizada perante a Segurança Social, que é um documento cuja obtenção não pressupõe nenhuma particular dificuldade, por uma declaração

que deverá ser necessariamente averiguada nas suas partes, ao fim de se ter a certeza da correta atribuição dos apoios, transferindo assim para a Administração Pública o ónus da necessária verificação. Tal procedimento não representa, a nosso ver, uma simplificação, mas, pelo contrário, acarreta o risco de atrasos devido à acumulação de pedidos e de diligências a efetuar;

- por outro lado, não coloca limites quanto aos requisitos e aos montantes, acabando por não privilegiar as micro e pequenas empresas e os empresários em nome individual, cuja situação merece sim formas de intervenção especialmente agilizadas, o que não se verifica no caso de empresas de maior dimensão, para as quais a dispensa documental preconizada não faz sentido.

Por estas considerações, isso é, por concordar em parte com o problema levantado, mas discordar da solução proposta, o PCP abstém-se relativamente à proposta apresentada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, devo realçar que reparei que o PSD, pelo menos nas duas intervenções que já fez, tem uma obsessão com a queda do PIB superior a 10 ou a 20%, parece que até deseja muito que isso aconteça.

Nós temos a clara noção das dificuldades que as empresas açorianas enfrentam e é por isso que realçamos o trabalho do Governo na apresentação de mais de 60 medidas de apoio à economia, de apoio às empresas e de apoio aos trabalhadores, exatamente para garantir que esta queda não acontece na proporção que o PSD deseja, para garantir de facto que a nossa economia mantém-se a níveis sustentáveis e que são salvaguardados os postos de trabalho.

Foi por essa razão que a maior parte dos apoios que são criados têm como condição prévia que haja uma manutenção dos postos de trabalho para que sejam atribuídos os apoios.

Relativamente à proposta, ao projeto de resolução apresentado pelo PSD, em teoria qualquer simplificação administrativa de candidaturas é, no nosso entender, bem-vinda, porque tudo aquilo que possa simplificar, não inviabilizando como é óbvio, a garantia do cumprimento da lei, até seria por norma bem-vindo.

No entanto, aquilo que verificamos é que a proposta apresentada pelo PSD não se cinge a simplificar procedimentos. Tem dois objetivos muito concretos: eliminar na prática o termo de responsabilidade e eliminar também na prática a obrigação de garantia bancária em algumas circunstâncias.

A esse respeito devo realçar, em nome do Partido Socialista, o enorme e excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos técnicos da Direção Regional de Apoio ao Investimento, da Direção Regional do Emprego, também da Segurança Social, entre outros departamentos, mas esses mais particulares no que diz respeito às medidas de apoio às empresas, porque desde a primeira hora têm feito um trabalho extraordinário na análise das candidaturas, no processamento dos pagamentos em tempo record e isso deve ser realçado aqui, neste Parlamento.

Em segundo lugar, é importante realçar que o termo de responsabilidade não é uma mera formalidade que possa ser dispensável. O termo de responsabilidade é um documento que estabelece as regras para a atribuição do apoio e também estabelece que caso o empresário não cumpra os critérios, e um dos quais é a manutenção dos postos de trabalho, ele terá de restituir o valor do apoio.

É por isso que eu pego, entre aspas, nas palavras do Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, quando diz que a simplificação não pode significar menos rigor e menos fiscalização, mas eu temo que isso possa acontecer caso

essa proposta seja apresentada. Por isso, eu estranho até a posição do Bloco de Esquerda em relação a essas matérias.

Relativamente às garantias bancárias elas são exigência legal, no caso dos incentivos criados pelo Governo Regional dos Açores, elas apenas são aplicáveis quando o valor do apoio a atribuir às empresas excede os 20 mil euros. Se tivermos em consideração as duas medidas para as quais elas são aplicáveis, falamos da antecipação da liquidez no mês de abril, cujo prazo de candidaturas termina no dia 17 de abril, isso significa que só seria exigível uma garantia bancária se a empresa tivesse mais de 34 postos de trabalho aplicáveis, o que revela aqui que estamos a falar não de micro empresas, mas sim de empresas com alguma dimensão e com alguma capacidade financeira.

Segunda nota: se aplicássemos o *lay off*, o complemento regional de *lay off*, aí já não estaríamos a falar de 34 postos de trabalho, mas sensivelmente de 40, o que demonstra uma vez mais que essa exigência de garantia bancária só é aplicável a empresas já com alguma dimensão e com alguma capacidade financeira.

Terceiro ponto que entendemos ser importante referir: no âmbito das candidaturas que foram aprovadas e que foram dadas nota pública o Governo informou que foram abrangidos mais de 10 mil postos de trabalho e não tivemos nota que alguma das empresas que tivesse concorrido a essas medidas que a sua candidatura tivesse sido inviabilizada por dificuldades no acesso à garantia bancária.

Ouvimos, sim, o Presidente do Conselho Económico e Social falar que esta condição poderia ser dispensada, mas a verdade é que nenhuma empresa ficou impedida de aceder aos apoios por essa razão.

Quarto ponto que entendemos também relevante: é que no âmbito dos apoios atribuídos o custo da garantia bancária é também uma despesa elegível no âmbito do cálculo e do pagamento do apoio. Portanto, também aqui as empresas

que são obrigadas a apresentar garantia (e relembro que só acima de 20 mil euros) não seriam prejudicadas, porque o custo da garantia seria ilegível para a atribuição do apoio.

Portanto, para concluir que as garantias bancárias são exigência legal e que só são aplicáveis acima de 20 mil euros o que revela que só empresas com alguma dimensão é que terão que as testar, que o custo da garantia bancária é uma despesa ilegível, portanto, não vemos que este seja um grande problema no acesso aos incentivos e, terceira e última nota, a garantia bancária acaba por ser uma medida de gestão e de rigor do dinheiro público, porque é uma forma do Governo Regional acautelar que, caso os empresários não cumpram os critérios para a atribuição dos apoios, o valor é restituído. Relembro que se não mantiverem os postos de trabalho com é elencado do termo de responsabilidade o valor do apoio poderá ter de ser restituído e esta é uma garantia que nós temos de boa gestão e de rigor na utilização dos dinheiros públicos do qual o Partido Socialista não abdica.

Entendemos, sim, que é importante ajudar os trabalhadores e ajudar as empresas, daí que esses apoios tenham sido criados, mas não podemos abdicar do rigor e da gestão responsável pelo dinheiro público.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, em nome do PSD, inscrevo o Sr. Deputado António Neto Viveiros.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Deputado Luís Maurício (PSD): Inscrevo, Sra. Presidente, o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros.

Presidente: Sim, já tinha inscrito, Sr. Deputado.

Aliás, inscreveu-o até primeiro do que o Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção é muito simples, só para esclarecer um ponto, e depois inscrever-me-ei mais tarde, e é o seguinte: o Sr. Deputado Carlos Silva possivelmente não reparou que o número um do nosso projeto de resolução é exatamente o contrário do que disse. Nós não dispensamos o termo de responsabilidade, o que nós propomos é que através do termo de responsabilidade as empresas se comprometam a cumprir todos os requisitos e que isto significa na prática que, nesta fase da candidatura, não sejam exigidos os documentos associados ao termo de responsabilidade, mas que fiquem para uma fase posterior.

Aliás, o exemplo acontece com aquela que é a medida de maior esforço financeiro nacional, que é a simplificação do *lay off*, em que a candidatura na Segurança Social direta exige apenas dois documentos: um termo de responsabilidade e um pequeno anexo em excel com o nome dos trabalhadores. E a Segurança Social reserva-se, para um período posterior, o pedido de todos os documentos que entenda necessários e que comprovem que de facto o candidato ou a empresa candidata cumpre todos os requisitos.

Portanto, isto não é uma situação nova, é uma situação que acontece com aquela que é a medida de mais impacto no combate ao COVID e o que nós fazemos aqui, aquilo que sugerimos e propomos que o Governo faça é que adote essa medida.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(Pausa)

Não sei se o Sr. Vice-Presidente já está na reunião.

Vamos esperar mais um pouco.

(Pausa)

Muito boa tarde, Sr. Vice-Presidente. Bem-vindo à nossa reunião.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Boa tarde. Peço desculpa.

Presidente: Tem a palavra Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Fui eu que desliguei o som sem querer.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente. Importa clarificar dois aspetos que nós consideramos essenciais.

Primeiro: os documentos, os pouquíssimos documentos que são solicitados, são solicitados não por decisão do Governo dos Açores, são aqueles que decorrem obrigatoriamente da lei de serem solicitados não tendo o Governo competência para excluir essa solicitação. O Governo Regional dos Açores não tem essa competência, a Assembleia Legislativa Regional não tem essa competência para excluir esses documentos especificamente na lei. É o mínimo obrigatório do ponto de vista de garantias prévias para atribuição de apoios públicos.

Segunda questão que se exclui dessa matéria tem a ver com a questão da garantia bancária e a garantia bancária foi aqui referida, que é no fundo esta proposta que em termos práticos aplica-se à questão da garantia bancária.

É bom esclarecer alguns aspetos que foram aqui referidos que não correspondem à realidade.

Primeiro aspeto essencial que, ao contrário do que foi referido pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, a garantia bancária não gera qualquer custo para a empresa, tendo o mesmo que o custo da garantia bancária é totalmente pago no âmbito das medidas de apoio.

Com esse esclarecimento sendo feito, onde é que é exigida garantia bancária?

Neste momento, face às medidas em vigor apenas numa medida: complemento regional ao *lay off*. É solicitada garantia bancária apenas, ao contrário do que também foi referido (e aí também não percebo a abordagem, por exemplo, do Bloco de Esquerda), para as empresas com mais de 47 trabalhadores ou mais, ou seja, para as médias e grandes empresas.

Isto que estamos a debater em termos de garantia bancária é sim para uma média e grande empresa deve apresentar uma garantia bancária, sem qualquer custo para a empresa.

É isso que está aqui em questão. Não são as micro nem as pequenas empresas. Neste momento, a única medida em vigor que exige uma garantia bancária é o complemento regional ao *lay off* e apenas para valores que correspondem a mais de 47 postos de trabalho.

O que nós consideramos sobre essa matéria é muito claro: é que não se trata de uma garantia bancária, trata-se de uma garantia de manutenção de emprego. O que se está aqui a debater, essas médias e grandes empresas devem apresentar sob a forma de garantia bancária a garantia para todos, para os seus trabalhadores, para a Região que aplica aos recursos. É esse o instrumento de garantir a manutenção do emprego, porque o apoio é atribuído exclusivamente e

essa garantia tem como contrapartida dar a garantia que as médias e grandes empresas ... a Região fica com esse instrumento para garantir que mantêm o emprego ou então não terão esse apoio que é condicionado à manutenção do emprego. É isso apenas que estamos aqui a discutir no âmbito das garantias bancárias, que fique muito claro. Portanto, é saber se acham que as médias e grandes empresas devem apresentar uma garantia bancária sem custo, que resulta a garantia para quem dá este apoio que as empresas irão manter o emprego até ao final do ano. Apenas isso.

E mais! Essa abordagem que se faz agora, é bom dizê-lo, representa 1% do total de candidaturas no âmbito da única medida em que a garantia bancária é aplicada que é no complemento regional ao *lay off*.

Retomando a questão o que está aqui em discussão é assim: 1% das empresas, as médias e grandes empresas, devem ter uma garantia bancária que não tem custos, que constitui a segurança que a aplicação desses recursos não levará a despedimento e será a garantia de que a aplicação desses recursos públicos levará à manutenção do emprego.

É isso que no fundo estamos aqui a discutir e a debater e a posição do Governo é muito clara sobre essa matéria: as médias e grandes empresas, que representam 1% das empresas no âmbito desta medida em vigor, que têm todas as condições do ponto de vista de relacionamento com a banca, devem ter uma garantia bancária que assegura a todos os seus trabalhadores que os apoios atribuídos irão garantir a manutenção do emprego, neste caso concreto, para as médias e grandes empresas.

É isto que efetivamente estamos aqui a discutir. Não é a obrigatoriedade de garantia bancária, porque ela não acontece. Acontece apenas esse universo reduzido das médias e grandes empresas e acontece só com o objetivo, que não é obrigatório, esse não é obrigatório, para o Governo dos Açores é uma questão fundamental que os apoios sejam para a manutenção do emprego e esta é a

garantia da manutenção do emprego e a discussão é se queremos que as médias e grandes empresas tenham a Região ... tenhamos todos nós no âmbito da aplicação dos recursos públicos esta garantia que efetivamente mantenham o emprego.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, inscrevia o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver para já.

Tem a palavra então o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente as explicações do Sr. Vice-Presidente e obviamente que não concordo com elas na generalidade.

Em primeiro lugar, a pergunta que se coloca é: há ou não há um problema que foi transmitido pelos empresários, pelas associações de empresários e pela própria banca, relativamente a empresas que têm dificuldade em obter a garantia bancária?

E a resposta é sim. Há essa dificuldade e essa dificuldade foi transmitida em várias oportunidades por quem está a lidar com esses assuntos.

O segundo ponto é que o Sr. Vice-Presidente tenta desviar a matéria para as grandes empresas, para as médias empresas e tenho de recordar que uma pequena empresa vai até 50 trabalhadores.

Portanto, é evidente que a antecipação da liquidez já terminou, terminou a 17 de abril, mas nós estamos a propor isto para a medida que ainda está em vigor, que é o complemento do *lay off*, e para outras medidas que nós esperamos que o

Governo venha a tomar no futuro de apoio às empresas, aliás, como tem sido dito por si.

Portanto, a questão objetiva é essa: uma pequena empresa que vá até 50 trabalhadores. Portanto, atribuindo 50 ou 600€ por cada trabalhador facilmente esta necessidade recai sobre pequenas empresas, aliás, como o Sr. Vice-Presidente bem sabe.

Outra questão que é relevante aqui é que fica a ideia de que sem garantia bancária o Governo perde um instrumento que é obrigar a empresa ... ou ter um mecanismo que obriga a empresa a cumprir o compromisso que assume relativamente à manutenção dos níveis de emprego até 31 de dezembro. Isto é totalmente falso!

É evidente que uma empresa que não cumpra isso, mesmo que não exista a garantia bancária, o Governo tem sempre mecanismos legais de exigir a devolução de dinheiro, tal e qual como tem para as microempresas, para aquelas que não necessitam de apoios superiores a 20 mil euros. Ou seja, essa ideia que tentou passar aqui que não havendo garantia bancária o Governo perde o dinheiro é totalmente absurda e falsa, ou seja, aquilo que dá a garantia bancária coloca é o Governo como credor privilegiado perante essa empresa, um credor com mais direitos do que outros credores. Aquilo que nós entendemos é que no cumprimento dos requisitos de cada candidatura o Governo deve estar em igualdade de circunstâncias a exigir as suas garantias sem a garantia bancária e vai exigir os seus direitos se a empresa não cumprir aquilo que eram os requisitos da candidatura o Governo atua em tribunal pelos meios legais, não precisa de se constituir como um credor preferencial.

Outra matéria relativamente aos requisitos ou à simplificação de todos os documentos que são necessários, nós defendemos isso. Nós defendemos que a empresa tem de cumprir os requisitos. Agora, o que entendemos é que existam duas fases: é a fase da candidatura em que há um termo de responsabilidade que

a empresa se compromete, que cumpre todos esses requisitos e depois há uma fase subsequente em que o Governo através dos departamentos legais pode exigir e fiscalizar essas empresas se cumpriram ou não os requisitos.

O exemplo que dei, e termino já, é exatamente o que se passa com o *lay off* simplificado. São exigidos exclusivamente um termo de responsabilidade e um anexo em excel, não obstante a Segurança Social com certeza que irá pedir muitos documentos na fase seguinte depois da candidatura aprovada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, inscrição do Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

Presidente: Muito obrigada.

Sr. Deputado Alonso Miguel, julgo que também para se inscrever, não é?

Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*): Sim, tinha-me inscrito.

Presidente: Muito obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

(*Pausa*)

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*Pausa*)

Vamos aguardar só mais um pouco, ver se conseguimos estabelecer a ligação.

Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente. Tem então a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, peço desculpa.

Esqueço-me sempre de carregar aqui no som.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente. Eu gostaria de reafirmar exatamente aquilo que foi dito.

Em primeiro lugar, o que estamos aqui a debater é se as médias e grandes empresas no âmbito do complemento regional ao *lay off* devem ou não apresentar garantia bancária. Primeiro facto.

Não foi comunicado a nenhuma empresa que não tenha apresentado... tenha qualquer dificuldade, médias e grandes empresas, de apresentar garantia bancária.

Eu percebo que as empresas preferam, as médias e grandes empresas, não apresentar garantia bancária. Como o Sr. Deputado António Neto Viveiros referiu obviamente sem garantia bancária a capacidade de execução por parte do Governo em termos de incumprimento é menor.

Portanto, o que temos de debater aqui é se queremos ou não que a Região tenha uma garantia efetiva e a mais eficaz possível para as médias e grandes empresas no âmbito desta medida, em caso de não cumprirem a obrigação de manter os postos de trabalho a Região ter o método mais eficaz de reaver o dinheiro que foi aplicado com uma condição e que não se cumpriu a condição.

Eu percebo que para as médias e grandes empresas preferam não ter, mas para quem defende o interesse público, quem defende a manutenção do emprego, quem defende os postos de trabalho, é sem dúvida esta a melhor decisão.

É isto que está aqui em questão. Simplificar é uma questão; a ter os mecanismos para assegurar que a aplicação dos recursos cumpre os objetivos e neste caso concreto, refiro, estamos a aplicar às médias e grandes empresas ... O Sr. Deputado falou em 47 trabalhadores. É preciso clarificar que as médias empresas são a partir de 50 trabalhadores, ou seja, referiu também que as pequenas empresas se aplicam. As pequenas empresas vão de 10 a 50

trabalhadores. Só às pequenas empresas com 47, 48 e 49 trabalhadores é que se aplica.

Portanto, a decisão é esta: se queremos que para as empresas com 47 trabalhadores ou mais, haja um instrumento. Não houve nenhuma empresa que não tenha tido acesso a ele. Só empresas de grande dimensão que têm o relacionamento com a banca é que o permite e evidentemente se formos olhar exclusivamente para o lado dessas médias e grandes empresas elas preferiam não apresentar garantia bancária, porque se calhar, como disse o Sr. Deputado António Neto Viveiros, se não tiverem garantias bancárias e se despedirem os trabalhadores a Região não tinha as mesmas condições mais eficazes de execução desse incumprimento através da devolução do dinheiro. É isso que estamos aqui a discutir.

Queremos ou não que a Região tenha os meios necessários para executar eficazmente as médias e grandes empresas que não cumprem o seu compromisso de manter os seus trabalhadores até ao fim do ano. É isso que está aqui em questão.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, começo por dizer que subscrevo o que disse o Sr. Deputado António Vasco Viveiros relativamente à existência de outros mecanismos à disposição do Governo Regional para obrigar as empresas a devolver o dinheiro em caso de incumprimento com aquilo que está estipulado.

Portanto, não é verdade que para a devolução seja obrigatória essa garantia.

Depois, também o Sr. Vice-Presidente diz que representa 1% das candidaturas, mas se nós quisermos ver isso do ponto de vista do número de empregos que este 1% das candidaturas representa não é 1%, é muito mais.

Queria apenas colocar uma pergunta ao Sr. Vice-Presidente do Governo. Queria que me confirmasse se todos os custos inerentes à realização de uma garantia bancária são abrangidos a 100%, ou seja, a totalidade dos custos é abrangida pela candidatura. Ou seja, se de facto é como ele diz e que não há qualquer custo associado à execução de uma garantia bancária.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente.

Presidente: Sim, Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Queria inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

Presidente: Muito obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Srs. Deputados:

É para responder à questão do Sr. Deputado Alonso Miguel.

Nos termos da regulamentação desta medida, também no âmbito daquela que foi a anterior, a antecipação de liquidez também se impunha esta questão da garantia bancária para os apoios acima de 20 mil euros, está claramente referido

que é ilegível todas as despesas inerentes à obtenção da garantia bancária e, por isso, é comparticipada a 100% precisamente para que isso não constitua um custo para a empresa e constitua, isso sim, uma garantia para os trabalhadores.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Neto de Viveiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Então Sr. Deputado António Vasco Neto de Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, insistir no mesmo erro que é querer englobar essa obrigação só nas médias e grandes empresas, a verdade é que se aplica também nos termos atuais às pequenas empresas que vão até 50 trabalhadores.

Também já disse e repito: nós estamos a falar neste momento, ou o senhor fala agora, da única medida que neste momento está a exigir garantia bancária que é o complemento ao *lay off* simplificado.

Nós estamos a propor a eliminação das garantias bancárias para outras medidas que venham a ser aprovadas e o Governo continua a ter as garantias todas, exerce o seu direito como credor perante uma empresa grande, pequena, média, que não cumpra aquilo que são as obrigações do requisito.

Aliás, sempre foi assim. Nós temos imensas situações de candidaturas noutros programas que não no âmbito do COVID em que o Governo aposta naquilo que é o cumprimento de um conjunto de requisitos: manter a atividade aberta durante cinco anos em muitas das candidaturas ao Competir+. Portanto, esta medida é desnecessária num contexto de exceção como nós estamos. Não reduz

as garantias do Estado, coloca é o Estado ou a Região a par de igualdade com outros credores dessas empresas e também tenho que lhe dizer: neste momento está a fazer as contas vezes 500€, trabalhador vezes 500€ que é o único programa que está aberto e que exige garantia, mas amanhã há outros, que podem exigir dois, três mil euros por trabalhador e isso pode até levar para as próprias microempresas e isto é uma medida que faz sentido neste momento, que foi levantada pelos parceiros sociais, foi levantada por muita gente ligada à banca e, portanto, não pode ignorar isso dizendo que é um não problema, porque é um problema, senão ninguém tinha vindo a público levantar a questão. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, está a ouvir-me?

Presidente: Estou, sim senhor.

É para inscrever-se, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para uma inscrição.

Presidente: Pergunto então se há mais inscrições.

Julgo não haver, para já, pelo menos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para anunciar que tendo em conta a discussão que entretanto se gerou em relação a esta iniciativa, na nossa perspetiva é importante e não ficou provado que o Governo fique com instrumentos eficazes no âmbito dos processos contratuais entretanto realizados com as empresas que estão a receber este tipo de ajudas, como já se referiu, são empresas de média e grande dimensão.

Nós consideramos que nestas circunstâncias a garantia bancária constitui um instrumento importante de defesa do interesse público e da defesa também daqueles que são os objetivos que se pretendem alcançar com a implementação desta medida, ou seja, que as empresas mantenham esses mesmos empregos, que o emprego seja protegido no âmbito dos mecanismos que estão a ser utilizados, portanto, que seja alcançado o fim para o qual foram criados estes instrumentos.

Nesse sentido e reconhecendo que o objetivo de ultrapassar a burocracia é sempre um objetivo importante, considero, da parte do PPM, que não ficou provado que os interesses da Região, fundamentalmente a obtenção daqueles que são os princípios fundamentais que levaram à criação deste mecanismo estejam devidamente protegidos sem a existência de garantia bancária. Por isso, o PPM irá abster-se no âmbito da votação desta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira.

(Pausa)

António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Estava a vê-lo, não estava a conseguir ouvir. Obrigada, Sr. Deputado.

Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

(Pausa)

Elisa Sousa.

Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

(Pausa)

Mónica Seidi.

Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, a posição do PPM é de abstenção.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é contra.

Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

(Pausa)

Elisa Sousa.

Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação, tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 213/XI foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1

voto a favor da Deputada Independente, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 214/XI – “Compensação às empresas pela redução da faturação”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental neste sistema de plenário por videoconferência.

Esta é uma substituição integral que foi distribuída por todos e, portanto, é ela que será naturalmente apresentada, debatida e posteriormente votada.

Dou novamente a palavra então ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros para apresentar a iniciativa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na intervenção que efetuámos na apresentação da primeira medida de apoio às empresas já discutida neste plenário (e inviabilizada pelo plenário), analisamos o quadro geral em que se encontra a economia açoriana na crise da pandemia, bem como as diversas medidas regionais em vigor.

Ainda assim, e tentando não repetir nenhum dos argumentos utilizados, importa, com mais detalhe, analisar a eficácia das três principais medidas de apoio às empresas aprovadas e em vigor pelo Governo Regional.

A primeira medida “antecipação da liquidez”, destinada ao pagamento dos vencimentos do mês de abril e que terminou a 17 daquele mês, teve aprovadas candidaturas abrangendo cerca de 10.500 trabalhadores, representando um esforço de 6,5 milhões de euros.

A segunda medida “complemento regional do *lay off*”, de acordo com as informações disponibilizadas no anterior plenário pela Sra. Secretária dos

Assuntos Sociais tinha, até àquele momento, cerca de 9.000 trabalhadores com candidaturas aprovadas pela Segurança Social.

Ora, mesmo admitindo que aquele valor duplique, e que todos os trabalhadores em *lay off* ou as respetivas empresas apresentem posteriormente a candidatura ao complemento do *lay off*, estaríamos a falar de um esforço do orçamento da Região de cerca de nove milhões de euros. Ou seja, o somatório das duas medidas, “antecipação da liquidez” e “complemento regional de *lay off*”, ficaria no montante da ordem dos 15 milhões de euros, face aos 45 milhões de euros anunciados pelo Governo Regional para estas duas medidas.

A terceira medida “manutenção do emprego”, com uma estimativa de esforço orçamental de 150 milhões de euros, destina-se apenas às empresas que tenham aprovados financiamentos ao abrigo das linhas nacionais COVID-19, traduzindo-se na possibilidade de uma compensação a fundo perdido.

Primeira questão que coloco. De facto, ontem o esforço do Governo Regional no sentido de aumentar as verbas destinadas nas linhas de financiamento aos Açores é uma boa medida e todos nós, os empresários, ficamos satisfeitos com a medida e era bom que essa colaboração que foi possível com o Governo da República também se alargasse a outras áreas, o que infelizmente não tem acontecido.

Mas a segunda questão que tem a ver com essa medida, tem a haver com o esforço do Governo Regional, ou seja, da sua conceção esse esforço só produzirá efeitos aquando do início da amortização dos empréstimos das empresas, esgotados os prazos máximos possíveis de carência para o início de pagamento (que são 18 meses) e amortização (que são 6 anos) de cada linha de financiamento, ou seja, para as candidaturas aprovadas em abril, só a partir de outubro de 2021, terá o início o pagamento às empresas pelo Governo, por prazos que se estenderão por mais de dois ou três anos.

Em resumo, o esforço do orçamento da Região destas três medidas em 2020 será de apenas cerca de 15 milhões de euros, sendo que a terceira medida só terá esforço a partir de 2021, final de 2021.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na situação da grave crise que assola a nossa economia, este esforço do Governo Regional é manifestamente insuficiente, havendo obviamente margem para reforçar os apoios às empresas, evitando a degradação e falência de muitas delas.

É neste contexto que apresentamos a medida ora em discussão da “compensação pela redução da faturação”.

Esta medida define um limite máximo de esforço orçamental de 120 milhões de euros, correspondendo a um esforço mensal de 40 milhões em cada um dos três meses da sua abrangência, com um sistema de rateio, na possibilidade das candidaturas serem de valor superior.

Por outro lado, abrange as empresas e empresários em nome individual de todos os setores que cumpram o requisito da redução da atividade superior a 40%, sendo que os incentivos beneficiam mais, em termos relativos, as empresas de menor dimensão.

Não ignoramos que esta, como todas as restantes medidas em vigor, nunca são totalmente justas e totalmente equitativas, designadamente para as empresas que se encontram próximas, mas ainda fora dos limites dos requisitos das candidaturas.

Por outro lado, também sabemos que o critério da faturação poderá gerar desigualdades, sendo necessário acrescentar um outro ou outros critérios corretivos nos apoios.

Mas estes critérios adicionais deverão ser equacionados pelo Governo Regional, perante informação adicional de que não dispomos, mas que seguramente as entidades públicas terão acesso, como sejam dados fiscais globais para as

empresas dos Açores em sede de IRC e IVA ou em termos de números de trabalhadores ou Valor Acrescentado Bruto.

Não podemos esquecer que esta iniciativa é um projeto de resolução, traduzindo-se numa recomendação deste Parlamento e não um normativo final.

A sua concretização é naturalmente uma decisão do Governo, com todos os ajustes necessários.

Quanto ao financiamento da medida – 120 milhões de euros – tal como tem o PSD defendido nas circunstâncias da grave crise, será necessário recorrer ao aumento da dívida pública, na parte que ultrapasse a verba não utilizada das medidas “antecipação da liquidez” e “complemento do *lay off*”, ou seja, ficarão por utilizar 30 milhões de euros que o Governo tinha planeado.

Ao longo desta legislatura sempre defendemos a sua contenção em matéria de dívida pública e manifestamos preocupação pela sua evolução.

Mas, no momento atual, nenhuma economia tem um caminho alternativo ao aumento da dívida pública, que não seja muito mais penalizante para a economia e para as pessoas.

Na presente situação, a medida que se impõe é a compensação pública significativa relativamente às receitas perdidas e salários para todas as empresas e trabalhadores afetados pelos confinamentos.

Num artigo de opinião publicado no *Financial Times*, Mario Draghi afirmou que, “esta pandemia acarreta elevados custos económicos” e uma “profunda recessão é inevitável, pelo que o desafio agora é agir com força e rapidez suficiente para prevenir que a crise se transforme numa prolongada recessão com danos irreversíveis”.

Acrescentou ainda que “a resposta envolve um aumento significativo da dívida pública, com os Estados a endividarem-se significativamente para absorver as perdas do setor privado.”

A recente iniciativa do PSD na Assembleia da República, ao apresentar um projeto de alteração da Lei das Finanças Regionais, através da suspensão “dos artigos 16.º e 40.º, que desobrigam as regiões do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental”, permitirá (ao ser aprovada) que os governos regionais deixem de estar sujeitos aos limites da dívida regional, e, a ser aprovada, dará a necessária flexibilidade ao Governo Regional.

Não nos restam dúvidas de que esta iniciativa poderá salvar muitas empresas e muitos postos de trabalho.

Não nos restam dúvidas que, sem a rápida injeção de liquidez, a crise será muito mais profunda e duradoura, com pesado sofrimento para muitos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, inscrevo o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Presidente: Obrigada.

Peço que se inscrevam.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Gostaria de inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, gostava de me inscrever, João Corvelo.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os impactos causados pela pandemia da COVID-19 já foram identificados e diagnosticados e também a importância da criação das medidas de apoio às empresas para garantir a sua subsistência e para a manutenção dos postos de trabalho também já foram amplamente discutidas e julgo que nesta matéria estaremos todos amplamente de acordo.

No entender do CDS, tal como já tivemos oportunidade de dizer, as medidas que foram introduzidas inicialmente, nomeadamente para a antecipação da liquidez, o complemento ao *lay off* e a manutenção de emprego, conjuntamente com outras medidas implementadas, nomeadamente algumas também propostas pelo CDS-PP, foram de facto decisivas para auxiliar as empresas e para a proteção do emprego.

Numa primeira fase foi determinante aliviar o esforço financeiro das empresas, no entanto, levantadas agora as medidas de restrição é preciso começar a olhar em frente e definir muito bem a estratégia para o relançamento da nossa economia e também para estabelecer mecanismos de apoio às empresas dos setores mais afetados, como por exemplo, o turismo, que inevitavelmente continuarão a registar enormes quebras de faturação.

Nesse sentido nós registamos com agrado o anúncio que foi feito ontem pelo Sr. Vice-Presidente relativamente ao reforço assegurado pelo Governo Regional das linhas de crédito lançadas a nível nacional em 150 milhões de euros,

especificamente para empresas da Região que certamente terá um impacto muito positivo ao nível da injeção de liquidez nas empresas.

Relativamente à proposta apresentada pelo PSD neste projeto de resolução para criação de um mecanismo de apoio financeiro às empresas mais afetadas que permita compensar parcialmente as perdas de faturação e também injetar liquidez nas empresas, nós consideramos que pode de facto ser um contributo para a manutenção de algumas empresas. Apesar de exigir um esforço orçamental considerável, assegurar a isenção de juros em relação às componentes de financiamento reembolsáveis com prazos de amortização bastante confortáveis, seria vantajoso para as empresas, sendo que a possibilidade de transformar financiamento em apoio não reembolsável também de uma forma gradativa em função dos níveis de manutenção de emprego seria, sem dúvida, uma mais valia.

A situação dos trabalhadores independentes da Região também nos preocupa, razão pela qual também tivemos já oportunidade de apresentar medidas em seu favor, pelo que vemos com bons olhos que em caso de aprovação deste projeto de resolução este mecanismo pudesse de facto incluir os trabalhadores independentes, aqueles mais afetados, claro, tal como está preconizado nesta substituição integral que o Partido Social Democrata apresentou.

Ainda assim antevendo-se um período longo de quebras na faturação de empresas em alguns setores parece-nos que o prazo de vigência que o PSD apresenta limitado aos meses de abril, maio e junho poderá de facto retirar algum alcance a esta medida. Por outro lado, e apesar do PSD com a substituição integral pretender corrigir algumas limitações existentes na iniciativa inicial, tentando nomeadamente introduzir critérios de equidade, a verdade é que a definição de um valor único a partir do qual as empresas podem aceder ao apoio, nomeadamente a partir de uma quebra de 40% na faturação, acaba sempre por gerar algumas injustiças no que diz respeito ao apoio das

empresas afetadas pela pandemia, pelo que, no nosso entender teria sido pertinente a introdução de um critério de progressividade ou de escalonamento na atribuição destes apoios.

Por isso, terminava pedindo alguns esclarecimentos ao Grupo Parlamentar do PSD, relativamente a algumas das opções tomadas em relação a este projeto de resolução, nomeadamente em relação ao limite do esforço a nível orçamental, dos tais 120 milhões de euros, mais concretamente qual é que foi o critério adotado, porque é que são 120 milhões de euros e também perguntando o porquê deste mecanismo ficar limitado apenas aos três meses que estão definidos. Também, já agora, se não consideraram a introdução do tal fator de progressividade ou a existência de escalonamento na atribuição destes apoios.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, tive o cuidado de ler a proposta do PSD, de ler também aquela que foi a alteração integral do projeto de resolução, mas devo confessar que ainda assim e depois de ler algumas vezes entendo que alguns dos pontos resolutivos são confusos e a esse respeito destaco a introdução que foi feita pelo PSD que em vez de simplificar como propõe ao Governo, vem introduzir o ponto n.º 8 que, a meu ver, gera mais confusão do que aquela que já existia anteriormente.

Portanto, numa primeira nota dizer que simplificar é mais fácil de apregoar para que os outros façam, mas quando se trata de apresentar propostas o que se vê é exatamente o contrário. Daí que perceba a intenção da proposta, mas na prática ela é extremamente confusa e introduz vários elementos que geram ainda mais confusão, além das fragilidades que foram aqui apontadas pelo Deputado Alonso Miguel e que merecem um esclarecimento.

A esse respeito importa também realçar que apesar do PSD ter alterado integralmente o diploma, esqueceu-se de abordar que o Governo dos Açores apresentou ontem uma linha de crédito no reforço de 150 milhões para um total de 255 milhões de euros que vem na prática responder integralmente àquilo que é proposto neste projeto de resolução.

Relembro que a proposta do PSD visa garantir um aumento da liquidez para as empresas e, portanto, a linha de crédito que foi ontem apresentada pelo Governo vem responder àquelas que eram as necessidades dos empresários que estavam a ter algumas dificuldades no acesso ao crédito, porque as garantias, a dotação das verbas disponíveis já estava esgotada e muito bem o Governo dos Açores encetou conversações com a Sociedade de Garantia Mútua e com o Governo da República por forma a garantir a necessária liquidez para as empresas açorianas em condições vantajosas.

Além das medidas que já foram aqui abordadas (a antecipação da liquidez, complemento regional ao *lay off*) o Governo dos Açores criou também uma medida estruturante que é o programa de manutenção do emprego e esta medida visa transformar o valor dos empréstimos que são concedidos em subsídios a fundo perdido aos empresários desde que, mais uma vez, a prioridade e a garantia seja a salvaguarda dos postos de trabalho.

Na prática a proposta apresentada pelo PSD acaba por ser uma combinação ou uma cópia de duas das medidas que já foram apresentadas pelo Governo dos Açores: combina os princípios e os critérios previstos no programa de manutenção do emprego com os princípios e os requisitos da linha de crédito específica para as empresas dos Açores que foi ontem apresentada pelo Vice-Presidente do Governo Regional e essas duas medidas permitem injetar imediatamente liquidez na economia e também permitem algo muito importante que foi desde o início desta crise realçada pelo Governo que era evitar ao máximo o endividamento.

Ao converter parte do valor emprestado em subsídio a fundo perdido o Governo está assim o risco dos empresários e também a reduzir ao máximo a sua exposição ao endividamento.

Portanto, parece-me importante realçar que a medida agora proposta pelo PSD é uma mera cópia de medidas já apresentadas e aprovadas pelo Governo dos Açores.

Além disso, o PSD propõe um prazo de quatro anos para amortização do empréstimo quando a linha de crédito apresentada ontem prevê um prazo de seis anos e, portanto, também aqui mais vantajosa para as empresas.

Por fim, devo realçar que o Governo tem vindo a adotar uma postura responsável na criação e na apresentação das medidas, não esgotando logo de imediato todas as propostas de auxílio aos empresários, mas indo acompanhando a evolução da crise e indo apresentando as medidas que se apresentam mais adequadas ao momento em questão. A esse respeito entendemos que as propostas que já são conhecidas e as medidas que já foram apresentadas pelo Governo correspondem à necessidade de injetar liquidez na economia e respondem aos anseios dos empresários.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como tive oportunidade de referir na iniciativa anterior, também da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, a manutenção do emprego e o funcionamento normal dentro do possível das empresas é fundamental para a retoma económica e acima de tudo para livrar as famílias do sofrimento que o desemprego inevitavelmente acarreta.

Foi com esse objetivo também que o Bloco de Esquerda a nível nacional na altura propôs a injeção direta de capital em micro e pequenas empresas para o fim de servir essa injeção de capital para pagamento de salários de março e abril. Foi também para a proteção do emprego que o Bloco de Esquerda defendeu que as empresas apoiadas estivessem efetivamente proibidas de efetuar despedimentos.

Como se vê, para o Bloco de Esquerda, defender o emprego era e é a nossa principal prioridade.

Posto isto, dizer que esta iniciativa do PSD não cumpre por isso esse princípio do qual não podemos de forma alguma abdicar: precisamente a manutenção do emprego, de todo o emprego.

Se poderíamos estar de acordo com apoios financeiros que servissem efetivamente para compensar a redução de faturação às empresas mais afetadas por esta crise e que viram a sua atividade reduzida, esse apoio a fundo perdido (é disto que também estamos a falar) teria de ser sempre, na nossa opinião, condicionado à manutenção de 100% do nível de emprego.

No entanto esta iniciativa prevê que possa existir uma redução do nível de emprego de cerca de 10% dos postos de trabalho e ainda assim a manutenção de 50% do valor a fundo perdido.

Não podemos por isso concordar nem aceitar essa possibilidade das empresas despedirem uma parte substancial dos seus trabalhadores e ainda assim terem acesso a subsídios por fundo perdido.

Do mesmo problema enferma o Programa de Manutenção do Emprego do Governo Regional, que tem exatamente a mesma regra, o mesmo critério, que prevê a manutenção do emprego, mas com a possibilidade também dessa manutenção ser reduzida a 90%, permitindo a redução e o despedimento de 10% dos trabalhadores, mantendo a empresa um subsídio a fundo perdido de 50%.

Acresce a isso também outro pormenor que para nós também é importante que está na proposta do PSD, ou seja, a contabilização dos postos de trabalho com referência a março e não fevereiro, como tem sido prática e isto porque março já foi um mês, como todos sabemos, que já teve consequências na atividade económica e aí poderão ter existido também no imediato já algumas perdas de postos de trabalho.

Obviamente se a proposta fosse outra o nosso sentido de voto talvez também fosse outro, dependendo dos seus princípios e também daqueles que são os seus pormenores e esta proposta não cumprindo este princípio que para nós é absolutamente essencial não iremos acompanhar, iremos votar contra a iniciativa, porque esse princípio de proteção do emprego, 100% do emprego, é um princípio do qual o Bloco de Esquerda não abdica de forma alguma, muito menos numa situação de enorme crise em que acima de tudo a proteção do emprego é aquela que deve ser a prioridade, porque esse emprego é que nos permitirá também fazer uma recuperação económica para além daquilo que é a sua função essencial de garantir rendimento às famílias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução - "Compensação às empresas pela redução da faturação", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD/Açores, visa a atribuição pelo Governo Regional de um financiamento (reembolsável e não reembolsável) às empresas que tenham uma redução da faturação superior a 40% decorrente da COVID-19, em cada um dos meses de abril, maio e junho, com taxa de juro de 0%, com período de carência até 31/12/2020 e prazo de

amortização de 4 anos, contados a partir de 1 de janeiro de 2021, relativamente ao montante reembolsável.

São enumeradas a seguir as condições que transformam o apoio recebido em apoio não reembolsável, e, portanto, a fundo perdido para a Região, colocando a data de 31 de dezembro de 2020 como limite para a manutenção de 100% ou 90% dos lugares de trabalho.

Mais uma vez, o PCP encontra-se a concordar parcialmente com as premissas do projeto e a congratular-se com os proponentes pela sua consciencialização quanto à centralidade do Estado, e neste caso da Região, expressões ambas do poder público nas dinâmicas económicas. Contudo, verifica que a grelha de avaliação utilizada não é tranquilizadora quanto à oportunidade e à sensatez de um apoio público generalizado a todas as empresas que viram a sua faturação diminuída.

Se o interesse da Região é, como é, a manutenção dos lugares de trabalho, o PCP constata desde logo que a data de garantia de 31 de dezembro de 2020, quanto à não efetivação de despedimentos, é curta. Seria extremamente embaraçoso, mas não improvável, que no dia 2 de janeiro de 2021 a Região se encontrasse a enfrentar uma vaga de despedimentos à frente de um substancial contributo transformado, dois dias antes, em não reembolsável.

Por outro lado, o PCP constata a falta de análise da real incidência da diminuição de faturação no trimestre considerado nas contas concretas de cada empresa: esta diminuição afetou realmente a parte dos rendimentos afeta à cobertura das despesas fixas e salariais, ou apenas diminuiu os lucros? Porque, se assim fosse, apoiar por igual quem apresenta situações radicalmente diversas, seria uma forma evidente de injustiça e de má aplicação dos dinheiros públicos. Embora discordando da proposta, e apenas como sinal de sensibilidade à necessidade de uma intervenção da Região para apoiar aquelas empresas privadas que realmente precisam e que garantem a sua preocupação social, em

forma de manutenção dos postos de trabalho e de respeito pelos direitos dos trabalhadores, o PCP declara a sua abstenção quanto a este projeto aqui apresentado pelo PSD/Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Gostaria de inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer que até compreendi um pouco esta proposta no enquadramento anterior em que havia um conjunto de linhas de crédito nacionais que estavam esgotadas e que por essa via havia um conjunto ainda de empresas açorianas que não tinham acesso a essas linhas nacionais e, por isso, importava encontrar um mecanismo que também permitisse ter liquidez na forma de empréstimo durante esta fase e isso poderia ser uma solução.

Agora face à solução que foi encontrada pelo Governo Regional e apresentada ontem considero que esta proposta não faz sentido. Não faz sentido face à proposta da Região e à solução encontrada pelo Governo dos Açores e apresentada pelas mais diversas razões.

Primeiro aspeto essencial: se fosse esta proposta aprovada e a sua aplicação iria demorar muito tempo para que a mesma pudesse ser efetivamente aprovada, porque este tipo de proposta implica uma notificação prévia, negociação e autorização por parte da Comissão Europeia no âmbito da definição dos auxílios de Estado. Não seria uma solução para operacionalizar nos próximos tempos.

Segundo aspeto: ao contrário da apresentada pelo Governo ontem que é imediata, porque já tem a aprovação da Comissão Europeia, tendo em conta o pacote global de 13 mil milhões que foram aprovados no âmbito dessas linhas de crédito de acordo com a regulamentação aprovada pela Comissão Europeia. Portanto, seria muito mais lenta.

Segundo: para a Região a solução ontem apresentada para as empresas implica um valor financeiro de injeção imediata muito superior.

É bom lembrar que no âmbito das linhas de crédito nacionais as empresas açorianas já têm 105 milhões de euros aprovados. Tinham por aprovar e que já não tinham dotação 36 milhões. Houve um conjunto de outras empresas que ficariam de fora, porque já não tinham capacidade para apresentar candidaturas. A proposta, a solução financeira ontem assegurada pelo Governo assegura a injeção de mais 150 milhões de euros além dos 105 milhões de euros, o que totaliza 255 milhões de injeção na economia, que representa 6% do PIB regional e assegura às empresas açorianas mais do dobro da disponibilização desse apoio que têm as restantes empresas do país se tivéssemos em conta o PIB relativo de cada uma das partes.

Por outro lado, também a solução ontem apresentada atribui como limite a cada empresas, no que se refere às pequenas, médias e grandes, valores superiores a esta proposta.

E há outro aspeto que eu considero essencial: é que com a solução ontem apresentada a Região irá gastar, em termos de recursos públicos, aplicar 5,4

milhões para garantir que as empresas recebam 150 milhões. Com esta proposta a Região iria aplicar 120 milhões para as empresas receberem 120 milhões.

Em termos de eficácia de aplicação de recursos públicos as propostas são incomparavelmente diferentes.

Segunda questão que eu considero essencial foi aqui referida, que o Programa de Manutenção de Emprego apenas irá solicitar recursos no orçamento da Região a partir do próximo ano.

O Programa de Manutenção de Emprego irá solicitar os recursos da Região no exato momento em que as empresas tiverem de ter encargos com a amortização dos empréstimos, ou seja, o que conseguimos também com essa medida é que as empresas recebam agora os financiamentos que precisam, que esses financiamentos não impliquem aumento de endividamento estrutural das empresas e que se mantiverem comprovadamente o nível de emprego até ao final do ano, quando tiverem de amortizar esses empréstimos seja a Região, por um valor determinado por trabalhador que mantenham, a se substituir às empresas nesse esforço de amortização, fazendo com que não só no futuro, no momento do pagamento desses financiamentos as empresas tenham essa necessidade e esses encargos, como particularmente também acontece no exato momento em que a empresa iria iniciar a amortização desses empréstimos.

Por isso, compreendendo a medida num determinado aspeto, independente das questões específicas, técnicas que teriam muito para ser discutidas, ela é, neste momento, penso, uma proposta que não fará sentido face à solução que é mais rápida, mais eficaz, tem um maior apoio, maior injeção de dinheiro na economia, maior injeção de dinheiro por empresa e essencialmente custa ao erário público e a todos nós muito menos em termos de aplicação de recursos, permitindo injetar mais dinheiro na economia do que esta proposta e essencialmente ficarmos com os recursos que seriam aplicados desta forma

como propõe o PSD para outras medidas complementares de apoio à retoma económica.

Por isso, acho que neste momento esta proposta já não faz qualquer sentido.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevo, Sra. Presidente, e se permite, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo, tem então a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começo pelo Sr. Deputado Alonso Miguel. Colocou-me três questões que são pertinentes.

A primeira tem a ver com a quantificação do limite do esforço, ou seja, porquê 120 milhões de euros, porquê 40 milhões de euros por mês e a resposta tem a ver diretamente com aquilo que é a estimativa até pelo limite mais baixo, daquilo que é a redução do PIB na Região. Digamos que os 400, 500, 600 milhões de euros divididos por 12 meses dariam na casa dos 35, 40 milhões de euros e, portanto, aqui era uma forma direta de compensar as empresas pelo montante equivalente de redução do PIB.

A segunda questão tem a ver com os três meses. Nós nestes primeiros três meses temos um conjunto de empresas que reduziram a sua atividade, algumas por falta de mercado, outras em consequência do próprio confinamento, ou seja, legalmente não podiam estar abertas.

O que nós esperamos é que findos esses três meses menos empresas estejam numa situação de confinamento ou de ausência de atividade por falta de mercado. Portanto, esses três meses são transversais e a nossa expectativa é esta: é que sejam os piores três meses aqueles que abrangem mais setores da atividade. Resolvido este período de três meses fará todo o sentido, esta medida não será aprovada, já percebemos, mas que esta ou que outras medidas possam ser concebidas por um período posterior a junho, quando apenas parte da economia eventualmente ainda estará a ser penalizada.

Quanto à questão da progressividade tem toda a razão e reconheço que chegámos a fazer algum exercício no sentido de ter aqui algum critério que permitisse alguma maior justiça e equidade no limite dos 40%. A questão é que isto é um projeto de resolução, não é um normativo final e, portanto, entendemos que quem passa esta iniciativa, ou passasse esta iniciativa a um documento normativo, é evidente que precisa de mais trabalho, precisa de mais informação e essa nós não temos e assumimos com humildade que não criámos. A outra questão em termos de confusão. Eu não vou fazer comentários a muito do que disse o Sr. Deputado Carlos Silva, a verdade é que eu penso que não é confusa, depende da boa vontade e do esforço com que se lê, mas também recorro que as próprias medidas regionais e até algumas nacionais têm sofrido sucessivas alterações, porquê?

Porque depois verifica-se que houve aspetos que não estavam a ser bem interpretados, ou que eram confusos e, portanto, todos nós assumimos que há iniciativas que necessitam de ser alteradas e isso é humano, não há qualquer dúvida nessa matéria.

Quanto ao Sr. Deputado António Lima, eu percebo as suas preocupações. Aliás, tem sido coerente ao longo desta legislatura num conjunto de medidas, quer seja o Competir+. Nós o que gostaríamos é que nenhuma das empresas fosse

beneficiada com esse programa tivesse necessidade de despedir ninguém, nem a prazo, portanto, mantivessem os 100%.

A verdade é que muitas vezes isso não acontece, não é possível e a questão que se coloca é perceber se mais vale as empresas manterem alguns trabalhadores ou encerrarem e essa questão terá que ser colocada no futuro. Oxalá que não seja necessário.

Concretamente na questão dos 90% e para evitar algum foco de discussão aqui desnecessário, acolhemos aquilo que estava e que está noutras medidas do Governo e, portanto, acolhemos essas iniciativas, esses requisitos tal e qual.

Relativamente ao Sr. Vice-Presidente, eu percebo o que disse. A verdade é esta: é que as medidas são distintas e são distintas em vários aspetos essenciais, desde logo por aquilo que é o esforço do Governo Regional neste orçamento, neste momento, entre uma e outra. Enquanto que uma empurra aquilo que é o esforço do orçamento da Região a partir de outubro de 2021, esta representava um esforço no imediato, uma injeção de liquidez de imediato nas empresas sem o recurso à banca.

Aquilo que falou relativamente ao facto de ter sido aprovado ontem, o que foi aprovado ontem não foi uma nova medida. É preciso ser claro nessa matéria! Nem tão pouco foi dito às empresas açorianas qual era o montante disponível nos financiamentos nacionais, nas linhas nacionais para as empresas açorianas.

Portanto, tudo isso [*corte na gravação*] ... Não é uma nova medida. Isto é, das medidas que existiam a nível nacional foi reforçada uma medida exclusivamente para os Açores nas mesmas condições que existem das medidas de financiamento nacionais.

Nunca ninguém disse que essas medidas nacionais quando foram divulgadas em março tinham como limite 250 milhões de euros. Era um dado que se desconhecia. Portanto, não é uma nova medida, Sr. Vice-Presidente, é uma

medida antiga, é boa, reconhecemos. É um reforço para as empresas açorianas, é bom, mas não é incompatível com aquela que nós propomos aqui.

Outra questão que é importante corrigir e eventualmente foi deficiência de comunicação, mas ontem, na nota de imprensa do GaCS, em que anunciou esse reforço, essa linha de financiamento Covid-Açores, há uma questão que é importante que se corrija, é que esses financiamentos embora tenham depois transformação a fundo perdido pelo Programa de Manutenção, não é na totalidade, porquê?

Porque aquilo que é a possibilidade de financiamento público nas linhas é superior àquilo que são os apoios que resultam da aplicação do critério por cada trabalhador. É bom que fique claro que todo o dinheiro que é atribuído às microempresas, às pequenas e às médias não significa que esse montante seja todo coberto, simplesmente será parcialmente coberto.

A questão essencial é esta: o Sr. Vice-Presidente anunciou duas medidas com 45 milhões de euros e só irá utilizar cerca de 15 milhões de euros. Portanto, um esforço adicional neste momento terá vantagens de longo prazo, ou seja, atacando o problema das empresas agora em alternativa ao recurso ao financiamento terá impactos muito positivos e é uma oportunidade de com esta iniciativa ou com outras que o Governo queira e ache necessário conceber, é essencial alterar a situação.

Nós sabemos que o problema atacado neste momento terá efeitos mais pequenos e de uma maneira ou de outra o esforço da Região não seria muito elevado.

Por outro lado, está em discussão na Assembleia da República uma suspensão do artigo 16.º e o 40.º da Lei das Finanças Regionais e, portanto, daria alguma possibilidade ao Governo de aumentar o seu endividamento e resolver a situação de muitas empresas que não terão grandes possibilidades.

Recordo também e isso é importante que nem todas as empresas podem concorrer às linhas de financiamento nacional, há requisitos... por exemplo, empresas que tenham situação líquida negativa têm dificuldade, não podem. Portanto, há um conjunto de requisitos que leva a que muitas empresas não possam recorrer às linhas de financiamento nacional e nós não sabemos ... Neste momento sabemos que há 36 milhões de euros que não tiveram cobertura, porque não sabemos qual será a procura para os 150 milhões de euros.

Portanto, há aqui um conjunto de incógnitas e era bom que o Governo fizesse uma avaliação nas próximas semanas daquilo que é o recurso à linha de financiamento para que possa em tempo encontrar alternativas que permitam salvar muitas empresas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva, se faz favor.

Presidente: Sim, percebi.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, gostaria de inscrever-me a mim próprio.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E congratular-me pelo regresso em força do Governo.

Presidente: Pergunto se há mais alguma inscrição.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Vasco, lamento se ficou ofendido com as minhas observações, não eram propriamente uma crítica, eram constatações daquilo que consta do projeto de resolução, até porque antes deste diploma estivemos a discutir uma proposta que visava simplificar candidaturas. Portanto, não posso dissociar as duas coisas, sendo o mesmo partido a apresentar as propostas.

Quando falo em confusão ou, se preferir, critérios pouco objetivos dou o exemplo do ponto n.º 8 e n.º 9 da vossa proposta de resolução e pergunto qual é que seria o critério adicional para fixação do limite máximo previsto no n.º 8? Se seria o PSD a definir esse critério ou se o PSD está a mandar o Governo definir um critério, sendo que a proposta é do PSD?

Quando falo em confusão e critérios pouco objetivos falo, por exemplo, no ponto n.º 8.

Mas também se preferir e também aproveito para questionar e solicitar esclarecimento sobre o ponto 9, em que fala que caso haja necessidade haverá rateio. A pergunta que eu faço é: com a existência do rateio quais seriam as empresas que seriam beneficiadas, seriam as empresas com maior faturação e de maior dimensão e dessa forma seriam mais uma vez prejudicadas as empresas de pequena dimensão?

Mais uma vez são apenas observações para as quais eu solicito esclarecimentos do PSD, uma vez que a proposta foi apresentada pelo PSD.

Na prática, e também pelas explicações que foram aqui introduzidas pelo Sr. Vice-Presidente, nós verificamos que uma proposta do PSD que visava injetar dinheiro na economia afinal seria mais demorada, iria ficar sujeita à aprovação

externa e assim não cumpria aquela que era a sua finalidade e o seu pressuposto que era injetar de facto dinheiro na economia.

Seria, no fundo, uma proposta pouco eficaz, mais demorada e que não iria no fundo resolver e ajudar a resolver os problemas dos empresários.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente.

Penso que a questão de fundo está clarificada e eu até entendia a proposta do PSD se não tivesse havido a possibilidade daquilo que conseguimos e anunciámos ontem. Entendia a proposta do PSD se nós não tivéssemos conseguido este reforço para as empresas dos Açores das linhas de crédito nacional, que é uma solução a todos os níveis, como expliquei, muito melhor, muito mais rápida, muito mais abrangente e essencialmente neste aspeto que para mim é essencial.

A solução apresentada ontem pelo Governo injeta 150 milhões de euros na economia dos Açores, aplicando 5,4 milhões de euros de recursos da Região.

A proposta do PSD aplica 120 milhões de recursos da Região para injetar 120 milhões de euros na economia regional, ou seja, a solução do Governo criou um efeito multiplicador em que pegando em 5 milhões de euros introduz na economia da Região 150 milhões; a proposta do PSD que custa ao erário regional mais de 20 vezes mais injeta menos dinheiro na economia regional.

Por isso, se me permitem, poderia ser entendida como uma proposta se não houvesse a solução que encontrámos ontem; a partir da solução que encontrámos ontem já não é, penso eu, uma boa proposta.

Segundo aspeto que eu gostaria de dizer que já foi referido aqui duas vezes, o artigo 16.º, o artigo 40.º da Lei de Finanças Regionais, uma proposta para a sua suspensão.

Tenham cuidado! Não é o artigo 16.º e o artigo 40.º da Lei de Finanças Regionais que por si só permite a variação do endividamento da Região.

Essa proposta mesmo que venha a ser aprovada na Assembleia da República não representa por si qualquer variação de capacidade de financiamento por parte da Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é preciso constatar o seguinte: antes desta proposta do PSD o Governo não tinha anunciado nenhuma proposta neste sentido e desta natureza. Portanto, nesse sentido quando o Governo agora diz “ontem encontrámos uma resposta que supera esta”, penso que é do ponto de vista político pouco honesto dizer e fazer afirmações deste tipo, porque a verdade é que eu tive a oportunidade também de me pronunciar sobre esta matéria acerca de algumas semanas, há três semanas, não estava anunciado na altura nenhuma iniciativa do Governo neste âmbito e desta natureza. Portanto, não é a proposta do PSD que surge depois da proposta do Governo, é a proposta do Governo que surge depois de dar entrada esta proposta. Portanto, é bom que se veja de facto a natureza das coisas.

Portanto, há uma iniciativa que respondia a um problema concreto e o problema concreto tinha a ver com a falta de liquidez das empresas e esse é um problema que com certeza chegou a todos os deputados, os empresários estavam a ter essa dificuldade objetiva perante uma situação que o próprio Governo descreve como uma situação sem precedentes e de enormíssima gravidade.

Portanto, se queremos salvar emprego, temos que salvar as empresas.

Eu na proposta da iniciativa anterior não votei, não acompanhei, porque acho que a Região tem sempre que ter mecanismos que assegurem da forma mais eficaz possível que os objetivos que se propõe alcançar e para o qual os contribuintes estão a fazer este esforço, ou seja, a manutenção do emprego, que existem mecanismos para que isso se possa conseguir e fundamentalmente que, se não se conseguir, para que a Região e, por via dela, todos os contribuintes possam ser ressarcidos, devidamente ressarcidos.

Nesta questão, a questão é completamente diferente. Aqui temos uma questão em que de facto existia um problema objetivo e devo dizer que o Governo até já tinha adotado parcialmente uma solução deste tipo, embora muito menos específica e muito menos detalhada que foi no âmbito do apoio que foi dado aos empresários que tiveram perdas muito substanciais de faturação no âmbito dos estragos causados pelo furacão Lorenzo e aí, sim, um dos critérios, um dos critérios mais importantes, mais relevantes, foi a quebra de faturação e aí essa questão revelou-se fundamental. Portanto, esse foi um dos critérios que foi (e muito bem) considerado (existiam outros) fundamental e não foi detalhado como agora, por exemplo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista parece exigir já num outro contexto a um partido político quando não o exigiu numa situação anterior em tudo semelhante menos, evidentemente, no volume do apoio que estamos agora a referenciar.

Por isso, considero que esta proposta sendo uma resolução, sendo uma recomendação ao Governo atinge um objetivo muito importante que é de facto garantir um apoio eficaz aos empresário e garantir-lhes que podem contar com uma injeção de liquidez rápida e que será absolutamente fundamental tendo em conta o contexto que eles estão neste momento a enfrentar e, por isso, anuncio já que votarei favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver para já.

Tem a palavra então o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho muito pouco tempo e é importante esclarecer o seguinte: a informação que o Sr. Vice-Presidente passa relativamente ao que chama uma nova medida não é uma nova medida. É um aumento de plafond disponível especificamente para as regiões dos Açores que nós apoiamos e que achamos que é importante.

Agora, a nossa medida não tem a ver com financiamento bancário. A nossa medida exige um esforço do orçamento da Região. Agora, independentemente de ser necessário um mês, ou 15 dias, ou três semanas para autorização europeia, mas é uma medida que exige esforço do orçamento da Região agora. Aquilo que é a medida que o Sr. Vice-Presidente fala vai exigir esforço da Região daqui a 18 meses de uma forma gradual e o que nós entendemos é que, ainda que seja importante, o esforço neste momento seria complementar e sabe que não tem a ver com aquilo que é o reforço de financiamento aprovado ontem. São matérias completamente diferentes e, no fundo, a ideia que fica é

que procura-se aqui exclusivamente através de financiamento da banca limitar o esforço do orçamento da Região e se há uma situação em que se justificava ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... o aumento do esforço da Região seria agora e o exemplo que o Sr. Vice-Presidente deu dos 5 milhões de euros da garantia que produz o impacto de vinte vezes mais, desculpe lá, não posso levar essa comparação a sério.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, gostava de me inscrever.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para além da Sra. Deputada Graça Silveira.

Para já não.

Tem a palavra então, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu tenho muito pouco tempo, mas só para dizer que efetivamente neste momento as empresas passam por uma situação muito complicada e as ajudas não podem vir apenas pela via do endividamento.

O Governo Regional tem orçamento, pode ajudar as empresas e aquilo que se pode perder a oportunidade hoje de salvar as nossas pequenas, médias empresas podem custar ao orçamento público da Região muito mais no curto e médio prazo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, inscrevo o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver para já.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente. A questão é muito simples e acho que não se está a abordar no ponto correto.

A questão é, o desafio é: injetar o máximo de dinheiro na economia, nas empresas. Qual é a melhor forma de injetar o máximo de dinheiro com o mínimo custo público possível, tendo em conta que os recursos públicos que não forem gastos nisto serão aplicados noutras medidas?

O que está aqui em causa é uma questão: onde gasto 120 milhões de euros de recursos públicos que ao gastar nesta medida não posso gastar noutras e que tem como efeito injetar 120 milhões na economia e outra proposta onde gasto 5,4 milhões de euros de recursos públicos e permite chegar à economia 150 milhões de euros de imediato. Mais recursos por empresa, mais rápido, mais simples e com menos esforço dos recursos públicos que são aplicados noutras medidas.

Com este fator complementar que a solução apresentada pelo Governo não gera no futuro, dentro de padrões definidos por trabalhador (que o objetivo das

medidas públicas é manter o emprego), aumento de endividamento das empresas no futuro, sendo o Governo a substituir-se às empresas no momento de amortizar os empréstimos na exata proporção do número de postos de trabalho criados.

Esta é a solução mais eficaz, que tem o maior efeito multiplicador sobre a injeção de dinheiro na economia e que sem dúvida responde melhor, com maior intensidade ao apoio da economia e das empresas. Acho que é claríssimo que é esta a melhor solução.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta iniciativa.

Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, voto contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Eu voto contra.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): O meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é contra.

Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Sr. Deputado Manuel Pereira tem a palavra.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 214/XI foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Deputada Independente, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 40 minutos.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 43 minutos.

Entramos agora no ponto quatro da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 215/XI – “Revisão dos Sistemas de Incentivos Regionais ao Investimento Privado”**, apresentado também pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentação da iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O peso do investimento no PIB nos Açores baixou sucessivamente nos últimos anos, representando apenas 14,5% em 2017, indicador preocupante porquanto é inferior ao país com 16,8%, sendo que Portugal apresentou naquele ano o terceiro valor mais baixo de entre os 28 países da União Europeia.

A história recente da última crise económica nos Açores, entre 2011 e 2014, é bem demonstrativa do seu impacto nos níveis de investimento: entre 2010 e

2012 o investimento na economia (Formação Bruta de Capital Fixo) baixou de 869 para 634 milhões de euros, ou seja - 27% em apenas dois anos. Mas se compararmos 2010 com 2014, o decréscimo foi ainda mais profundo atingindo - 43%. Por outro lado, a recuperação daquele indicador tem sido lenta, sendo que em 2017 (último ano com dados disponíveis) o valor situava-se em 596 milhões de euros, ou seja, ainda muito inferior ao período anterior à crise.

O investimento é uma condição essencial para o crescimento económico e para o aumento da produtividade. Em ciclos de recessão, a quebra da procura inicia-se pela diminuição do consumo, decorrente da queda dos rendimentos das famílias e do investimento privado.

As decisões de investimento privado dependem muito do clima económico e das expectativas de evolução de cada um dos setores. Na atual situação de crise decorrente do novo coronavírus, a qual não tem qualquer comparação com crises passadas pela sua incontornável maior gravidade, o investimento sofrerá uma redução sem precedentes, agravando ainda mais a recessão económica, contribuindo, simultaneamente, para o aumento significativo do desemprego, particularmente no setor da construção civil.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açores, em parte, por via do financiamento decorrente dos sucessivos quadros comunitários de apoio, têm em vigor sistemas de incentivos ao investimento, com montantes não reembolsáveis e reembolsáveis sem juros por períodos dilatados.

No atual quadro legal regional, o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir +) visa, entre outros objetivos, promover o desenvolvimento sustentável da economia regional.

Existem investimentos privados em execução que serão suspensos ou outros que, já aprovados, face à nova realidade, serão adiados. Outros ainda, em fase de elaboração de projetos e estudos, serão suspensos.

Sendo certo que as decisões de investimento não dependem apenas do sistema de incentivos, mas igualmente dos custos de contexto e das previsões da sua exploração económica positiva, face à situação de emergência económica, será imprescindível estabelecer condições de incentivos mais vantajosas, que permitam minimizar a previsível redução do nível de investimento.

Será fundamental que os decisores empresariais, no mais curto espaço de tempo, possam conhecer o quadro geral de incentivos disponível para os próximos 2 ou 3 anos, de forma a que, com alguma estabilidade e de forma atempada, possam tomar decisões e evitar um desfasamento demasiado longo entre essas decisões e a sua concretização.

Será igualmente fundamental evitar a ausência de enquadramento legal entre o atual e o próximo quadro comunitário em matéria de sistemas de incentivos, como já aconteceu no passado, com consequências negativas ao nível do investimento.

E em matéria de relançamento da economia, ninguém tem dúvidas sobre a importância e o contributo do investimento. Para a Comissária Europeia Elisa Ferreira, e cito, “Investir no relançamento não é apenas uma forma solidária de superar a crise, é um ato de inteligência económica”.

Na proposta para a saída da crise das empresas familiares, elaborada pela Federação Europeia das Empresas Familiares, o seu presidente afirmou, “O investimento privado no Mercado Único deve ser relançado e incentivado, no sentido de reforçar as oportunidades de crescimento da Europa”, sendo que, em 27 de abril, o Comissário Europeu para o Mercado Único, Thierry Breton, declarou que apoiava a proposta daquela federação.

Na presente iniciativa, o Grupo Parlamentar do PSD recomenda ao Governo que proceda à revisão do Sistema de Incentivos Regionais ao Investimento Privado (Competir +), consagrado no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, e que: primeiro, essa revisão garanta o aumento das

taxas de comparticipação dos investimentos elegíveis a fundo perdido em quinze pontos percentuais, de forma transversal a todos os subsistemas; segundo, em projetos enquadrados na designada “Economia Azul” a majoração referida na alínea anterior deverá ser de vinte pontos percentuais; terceiro, as majorações referidas nas alíneas a) e b) se apliquem às novas candidaturas, às candidaturas já aprovadas e não iniciadas, bem como às que já se iniciaram, neste caso nas parcelas ainda não executadas; quarto, as alterações referidas nas alíneas anteriores, se mantenham pelo período de 3 anos após a sua entrada em vigor; quinto, as atuais taxas de comparticipação dos incentivos reembolsáveis se mantenham nos níveis atuais; sexto, para os investimentos dos setores afetados pela crise, comparticipados pelos sistemas de incentivos e concluídos nos últimos 5 anos, em fase de reembolso de incentivos reembolsáveis, seja fixada a transformação de 75% dos montantes em dívida em subsídio não reembolsável, possibilitando o aumento da liquidez dessas empresas e a melhoria dos seus balanços.

Esperamos que este Parlamento reconheça a importância desta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, para uma inscrição.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Para inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Obrigada.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para me inscrever a mim próprio.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Para já, não.

Tem a palavra, então, o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É expetável que a crise gerada pela pandemia da COVID-19 venha resultar numa diminuição do investimento privado, na Região, o que, evidentemente, terá impactos a nível do crescimento e do desenvolvimento económico dos Açores. Portanto, nesse aspeto, o diagnóstico efetuado no preâmbulo deste projeto de resolução está, no nosso entender...

(Pausa)

Peço desculpa.

... bem feito.

Assim sendo, é, de facto, preciso encontrar meios para garantir, tanto quanto possível, os níveis de investimento privados na Região.

No entanto, apesar de nós reconhecermos a boa intenção neste projeto de resolução, nesta proposta do PSD, temos algumas dúvidas que a mesma possa atingir os objetivos a que se propõe.

É certo que qualquer majoração dos apoios previstos no âmbito do Competir + e os respetivos subsistemas poderá ter efeitos positivos em termos de investimento privado, mas, no nosso entender, as decisões de investimento estarão muito mais dependentes da existência de condições de mercado

apelativas e com um clima económico favorável, que permita incutir confiança nos investidores, do que propriamente da melhoria das condições de apoio dos sistemas de incentivo *per si*, como, aliás, já foi de alguma forma reconhecido também pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Infelizmente, num futuro próximo, atendendo aos cenários muito pouco encorajadores que se projetam, especialmente em alguns setores, devido aos efeitos causados por esta pandemia, não nos parece que o aumento das taxas de comparticipação a fundo perdido seja, por si só, um fator suficientemente decisivo para garantir a confiança nos investimentos, apesar de, obviamente, reconhecermos que é mais um incentivo e mais uma forma de minimizar-se o risco.

Ainda assim, no nosso entender, uma medida desta natureza, num contexto de crise empresarial, derivado dos efeitos de uma pandemia, no caso, não deve ser cega, isto é, os efeitos da pandemia não afetaram de igual forma todos os setores e todas as áreas de atividade, pelo que não nos parece que se justifique um aumento das taxas de comparticipação igual para todos os subsistemas, de forma transversal a todos os investimentos, tal como é proposto. Ou seja, por um lado, os investimentos em setores não afetados ou pouco afetados pela pandemia aparentemente não terão razão para ficar dependentes de um aumento das taxas de comparticipação a fundo perdido e, por outro lado, mesmo dentro dos setores afetados, os efeitos da pandemia foram mais impactantes nuns setores do que em outros, pelo que não nos parece que, eventualmente, faça sentido que haja um investimento, um apoio cético. O que faria sentido era haver uma gradação nas majorações a atribuir em função dos respetivos impactos nos setores de investimento e não o reforço fixo transversal a todos os sistemas e a todas as áreas de investimento. E o mesmo se aplica ao objetivo vertido na alínea e), onde se preconiza a transformação de 75% dos montantes de apoio reembolsáveis e subsídios não reembolsáveis relativos a todos os

projetos de investimento de forma transversal. Ora, não nos apreço que isso faça sentido. E aqui, também, nós compreendemos que a proposta visa aumentar os níveis de liquidez das empresas, mas, se nós estivermos a falar de projetos de investimento em setores pouco ou nada afetados pela pandemia e que foram concluídos com sucesso, por que razão é que se havia de alterar estas regras agora? Ou seja, se uma empresa fez um investimento num determinado setor, conseguiu concluí-lo com sucesso, se não teve impactos na sua atividade devido à pandemia, como é que se justifica agora que se possa beneficiar essa empresa com esta majoração.

Em resumo, apesar de nós considerarmos e compreendermos a motivação e as preocupações que estiveram na origem deste projeto de resolução, temos muitas dúvidas de que a sua implementação nos termos em que é apresentada fosse capaz de, efetivamente, atingir os objetivos a que se propõe e, para além disso, sendo esta uma medida enquadrada nas circunstâncias excecionais da COVID-19, nós não vemos justificação para aplicação destas medidas de forma cega, de uma forma transversal a todos os setores, com majorações iguais para todos os investimentos, independentemente dos setores de atividade terem sido mais ou menos afetados pela pandemia ou, em último caso, nem terem sido afetados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, reitero as dúvidas do Deputado Alonso Miguel e também aguardo pelos esclarecimentos do Sr. Deputado António Vasco.

Além disso, tenho uma simples pergunta para o Deputado António Vasco, à qual aguardo a sua resposta. O PSD, quando fez esta proposta, teve em conta os

limites legais fixados pela Comissão Europeia, uma vez que aquilo que é proposto aqui neste projeto de resolução, de aumento de 15 e 20 pontos percentuais, implica, em alguns casos, taxas de comparticipação próximas nos 100%? Portanto, a pergunta que nós fazemos é: como é que justifica o PSD perante a Comissão Europeia que as taxas de comparticipação a aplicar com estes aumentos, qual é que seria a relação com os limites legais e como é que nós poderíamos justificar que estes limites fossem ultrapassados?

Muito obrigado. aguardo uma resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Competir + tem sido, nos últimos anos, o principal programa de incentivos ao investimento empresarial na Região Autónoma, no presente Quadro Comunitário de Apoios.

Antes de ir à proposta em concreto, não posso deixar de fazer algumas considerações sobre este programa de incentivos ao investimento.

Ele foi, recorde, alterado, pela última vez, em 2019, por iniciativa do Bloco de Esquerda, que, através de um projeto de decreto legislativo regional, pretendeu que o Competir + contribuísse também ele para o combate à precariedade, exigindo, nomeadamente, que 50% dos postos de trabalho para microempresas e 75% postos de trabalho criados fossem emprego por tempo indeterminado, ou seja, contratos vulgarmente chamados como contratos efetivos. Para que fosse também este programa mais transparente, publicando mais informação no seu relatório e ainda garantisse a participação de representantes dos trabalhadores nos seus órgãos de acompanhamento.

Esta medida, como se sabe, foi aprovada e encontra-se em vigor, embora não com a percentagem de postos de trabalho por tempo indeterminado que o Bloco

de Esquerda inicialmente propôs, mas foi um passo que consideramos no sentido certo, como dissemos na altura.

É agora, em plena crise económica, mais nítida a importância da proposta do Bloco de Esquerda. São os trabalhadores precários os primeiros a sofrerem com a crise, os primeiros a perderem o emprego, porque termina o contrato a prazo ou porque estão em período experimental, por exemplo.

Tivesse a proposta do Bloco de Esquerda ido avante da forma inicial, possivelmente mais alguns postos de trabalho poderiam ter sido salvos por esta via.

É, de facto, importante salientar a importância da estabilidade no emprego, porque é essa estabilidade que permite que outros mecanismos possam ser utilizados, e que têm sido postos em prática pelo Governo Regional, pelo Governo da República, para promover essa manutenção do emprego, que é muito mais fácil de conseguir quando há, efetivamente, contratos sem termo.

Mas, para além disso, a transparência desses apoios é essencial e essa foi uma preocupação que o Bloco de Esquerda teve, e lamentamos, por isso, que no relatório anual que está publicado, referente a 2019, não se encontre publicado aquilo que foi disposto na proposta que o Bloco de Esquerda fez, ainda em 2018, e que deveria já estar refletido no relatório anual. Não disponibiliza o código de atividade económica, que foi uma das alterações que foi proposta e aprovada por esta Assembleia, proposta pelo Bloco de Esquerda, não discrimina o tipo de vínculo laboral estabelecido no âmbito de cada projeto, e isso, para nós, é um incumprimento claro da alteração que foi por nós proposta, tornando, por isso, impossível saber se os rácios de contratos sem termo estão a ser cumpridos e, por isso, também, é impossível saber se, efetivamente, a lei está a ser cumprida.

E a pergunta que eu faço ao Governo Regional é se as leis que saem desta Assembleia têm diferenças, se as leis propostas pelo Partido Socialista são para

cumprir e as propostas pelos partidos da oposição são para ficar na gaveta. Deixo essa pergunta ao Governo Regional, esperando, obviamente, que rapidamente essa informação, que está prevista no DLR, seja publicada o mais rapidamente possível, como está previsto.

Indo agora à substância da proposta do PSD, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda concorda na generalidade com o que ela preconiza. Em tempos de crise, efetivamente, é necessário fomentar o investimento, embora os incentivos, como é óbvio, não sejam totalmente, não garantam que haja esse investimento, ele depende de muitos outros fatores, mas, numa situação como a que vivemos, o incentivo ao investimento é fundamentalmente uma medida importante.

A única ressalva que fazemos relativamente a este projeto de resolução, e que não nos permitirá votar a favor, mas a abster-nos, prende-se com a duração da medida, porque nos parece que, neste momento, dizer que ela deverá durar três anos é um pouco exagerado pela incerteza que está colocada em cima da mesa e que todos sabemos que ela existe. Parece-nos que seria mais prudente uma avaliação anual desta majoração, mas concordando na generalidade com a proposta, não a acompanhamos devido a esta limitação, que nós consideramos existir e iremos abster-nos da mesma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto de há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, eu penso que foi feita uma pergunta pelo Sr. Deputado Carlos Silva ao Sr. Deputado do PSD, portanto, nós aguardamos uma resposta.

Presidente: Sr. Deputado, fica registada a sua interpelação à Mesa, mas eu não posso obrigar ninguém a responder.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Não, nem era interpelação, era intervenção, neste caso.

Presidente: Claro! Claro que sim.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** É isso mesmo, Sra. Presidente. É uma interpelação que não foi uma interpelação, transformada numa intervenção não autorizada.

Muito obrigado.

Presidente: Fica registada também a sua interpelação, Sr. Deputado.

Volto a perguntar se há inscrições.

(Pausa)

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu queria inscrever o Sr. Deputado António Vasco Neto de Viveiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já, não.

Então, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco de Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo pelas questões do Sr. Deputado Alonso Miguel, que são pertinentes, e direi o seguinte.

A primeira questão relativamente aos setores, há aqueles que foram menos afetados e que, de facto, precisam e que talvez não se justificasse tanto o apoio. Eu coloco a questão ao contrário, que é: nós precisamos de todos os setores, mesmo e sobretudo também aqueles que não foram afetados e que possam ter capacidade de investimento e que possam, dessa maneira, por aquilo que foi a sua manutenção de alguma capitalização, ter um incentivo adicional e que lhes permita, neste momento, tomar essa decisão de investimento.

Por outro lado, há aqui uma questão que é o subsídio reembolsável transformado em subsídio perdido. É verdade, é uma situação que se poderá justificar em algumas empresas que foram mais afetadas e não noutras que foram menos afetadas, mas a ideia é exatamente que tudo o que resulte desta iniciativa possa contribuir de alguma maneira para o aumento do investimento, e, na apresentação que fiz, dei exemplos inúmeros em que, de facto, o peso do investimento no PIB da Região é muito baixo, muitas vezes ao contrário do que aquilo que é a nossa perceção ou daquilo que é a informação que é divulgada, e é importante inverter essa situação.

Quanto à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Carlos Silva, direi o seguinte.

Se algum subsistema com mais 15% chegasse aos 100%, é evidente que dávamos 85%. Portanto, se essa é a sua preocupação, tão simples quanto isso: fixava-se um limite máximo relativamente àquilo que é a comparticipação entre o financiamento a fundo perdido e o não reembolsável. Essa não é uma questão. E também penso que o Sr. Deputado Carlos Silva concordará que não compete

a nenhum partido da oposição, antes de apresentar uma iniciativa, pedir qualquer autorização à União Europeia, deixamos isso para o Governo, nesta e noutras medidas que eventualmente venham a ser aprovadas.

Quanto àquilo que falou o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, direi o seguinte. Tem razão quando fala nos três anos, mas nós temos de olhar para a situação noutra perspetiva. As decisões de investimento são processos dilatados, ou seja, entra a decisão de encomendar um projeto, encomendar um estudo económico, sujeitar os licenciamentos às câmaras municipais, apresentar a candidatura, há aqui um espaço de tempo significativo. Portanto, três anos digamos que seria um intervalo de tempo suficiente para que quem, nos próximos meses, tomasse uma decisão ainda tivesse tempo de concretizar, sendo abrangido por aquilo que seria uma majoração, digamos, extraordinária decorrente da crise que nos assola.

Fundamentalmente, tanto quanto tenho as notas aqui, penso que respondi a todas as questões que foram colocadas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Eu queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Para já, não.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Vasco, retive das suas palavras que uma das intenções para esta iniciativa visa contribuir para o aumento do investimento das empresas. Estamos de acordo. No entanto, eu gostaria que me explicasse, ou que nos explicasse, como é que garante o aumento do investimento quando propõe que sejam contempladas nas taxas de comparticipação aumentar os investimentos feitos nos últimos cinco anos. Porque, se propõe aumentar o investimento, qual é a relação com o investimento que já foi feito? Não vai aumentar investimento dessa forma, penso eu.

No entanto, e indo àquilo que mais importa neste momento, se tivermos em conta alguns subsistemas que existem, o Fomento da Base Económica de Exportação, que é um dos mais utilizados pelas empresas nos Açores, contempla já taxas de comparticipação que podem atingir os 72,5%, em função das majorações, da localização do investimento. O empreendedorismo qualificado e criativo pode atingir taxas de comparticipação, atualmente, de 85%. Portanto, a pergunta que eu faço é: onde é que estão os limites que o Sr. Deputado refere na sua proposta? Eu não vejo qualquer limite. Com o aumento que propõe, em abstrato, de 15 e 20 pontos percentuais, ultrapassaríamos os 100% em alguns casos. A nossa dúvida creio que é transversal aos restantes partidos e é, tendo em conta um projeto de resolução que é apresentado e aquilo que está lá escrito não aborda, não tem em conta qualquer limite naquilo que é proposto.

Portanto, nós temos de ter em conta aquilo que é escrito e não as suas intenções, daí a pergunta que fizemos inicialmente de se tinha tido em consideração os limites legais fixados pela Comissão Europeia e quais é que seriam as implicações de estarmos a aprovar propostas que infringissem esses limites. Era

apenas esta preocupação, porque é importante esclarecer os açorianos e quem nos ouve que quando propomos um aumento de taxas é bom que eles tenham em consideração quais são as taxas que estão em vigor neste momento. E as taxas, conforme referi, já atingem, em alguns casos, 72,5, 85%, 75%. São taxas elevadas e que devem ser tidas em conta quando analisamos este projeto de resolução.

Além disso, e conforme foi aqui reiterado por alguns deputados, propor a aplicação transversal de um aumento de taxas de 15 ou 20 pontos percentuais, para todos os setores, sem ter em conta o grau de afetação pela crise era uma medida que iria criar mais injustiça e não propriamente justiça, como se propõe. Outra das notas que eu aqui tenho é: propõe que o aumento das taxas abranja os próximos três anos. Porquê três anos? Qual é a relação desses três anos com o quadro comunitário que está em vigor e que termina no próximo ano?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para uma inscrição.

Presidente: Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que coloquei uma questão direta ao Governo, neste caso, e que não foi respondida, e a questão era se as leis aprovadas nesta Assembleia da autoria da oposição não são para cumprir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para se inscrever?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim. É uma inscrição para uma intervenção.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, uma interpelação.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(* **Deputado Francisco César (PS):** Queria saber se o PSD ainda tem tempo.

Presidente: O PSD ainda tem tempo, sim.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver, para já.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM acompanha a preocupação no sentido de serem criados e de serem aperfeiçoados os mecanismos no sentido de promover o investimento.

Sabemos bem que é o investimento privado que cria e gera emprego e que gera crescimento económico. Portanto, esse é um objetivo que partilhamos.

No entanto, no âmbito desta iniciativa foram colocados pelos diversos deputados várias questões, nomeadamente no que diz respeito a uma

hierarquização racional daquilo que se pretende atingir, obviamente diferenciando aquilo que são setores fundamentais e com aquilo que são setores menos afetados na crise ou pela crise que já estamos a enfrentar e que futuramente irá ter reflexos cada mais negativos e essa hierarquização não está contemplada nesta proposta. Nesse sentido, este mecanismo que aqui está previsto, isto é uma recomendação, portanto, nós acompanhamos a recomendação no sentido de que é necessário promover investimento, é necessário melhorar os instrumentos que promovem o investimento e que permitem a sua concretização. No entanto, também a projeção para investimentos já realizados e responsabilidades que entretanto já foram assumidas numa perspetiva dos instrumentos adotados ou propostos neste caso poderem também ter uma influência nessa área sem que exista uma explicação mais detalhada, sem que exista um filtro que permita verificar a sua racionalidade, a sua objetividade, também nos preocupa. Ou seja, há várias em relação à definição de hierarquização dos projetos, das iniciativas, fundamentalmente das áreas de intervenção e fundamentalmente também em relação à definição concreta daquilo que se pretende alcançar, nomeadamente não apenas os investimentos que vão ser realizados, mas também aqueles que já foram entretanto objeto de concretização, ou de concretização parcial, parece-nos que acaba por prejudicar a proposta e, portanto, consideramos que ela não reúne as condições para que possamos votar favoravelmente.

Nesse sentido, anuncio que o PPM irá abster-se.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, João Corvelo.

Presidente: Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para reiterar que a posição do PCP em relação a este projeto de resolução é a abstenção, é a abstenção exatamente pelo que já disse e pelo que já evocou nos pontos anteriores a este.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco de Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que já respondi às questões todas, embora tenha havido aqui alguma insistência em perguntas que tinham sido respondidas e eu dispensei-me de voltar a repetir. Penso que todos perceberam que isto é um projeto de resolução e, portanto, é evidente que está sempre sujeito a um conjunto de ajustamentos e isso é óbvio.

Aliás, também já disse em intervenções anteriores, em discussões anteriores de iniciativas discutidas já hoje, que as próprias medidas que têm sido aprovadas pelo Governo têm sofrido alterações e têm sofrido ajustamentos. Portanto, penso que é um não assunto. Verdadeiramente o que está em causa aqui é a necessidade da Região reforçar os apoios ao investimento, sabendo que há várias nuances, há várias áreas, o que pensamos é que partindo de uma base relativamente baixa no contexto nacional e no contexto europeu é fundamental que possamos recorrer a todos os mecanismos disponíveis para incentivar o

investimento, mesmo daquelas empresas que não sofreram com a crise, mas que por isso mesmo se calhar têm mais capacidade do que outras para investirem na Região, no setor onde atuam ou em setores diferentes.

Também importa referir o seguinte: no quadro comunitário que está em vigor e pelos dados disponíveis até 31 de dezembro obtidos no portal do Portugal 20 20 o montante de investimentos elegíveis aprovados foram 530 milhões de euros, dos quais foi gerada uma comparticipação de incentivos de 325 milhões de euros, ou seja, para um período de 5 anos. Falamos aqui de incentivos em cada um dos anos na ordem dos 60, 70 milhões de euros. O que se propõe, independentemente de ajustamentos que possam ser feitos, propõe uma majoração de 15% significa que isto teria em cada um dos anos, se mantivesse no futuro ou nos próximos anos o nível de investimento dos últimos 5 anos, isso representava um esforço de comparticipação desses projetos na casa dos 15 a 20 milhões de euros. Portanto, nós quando falamos aqui em aumentar a comparticipação em 15 pontos percentuais é muito importante na perspetiva de quem faz o investimento, é determinante na decisão de investir ou não, mas em termos de esforço global do orçamento não é um valor tão significativo em termos relativos, tendo em conta que temos um plano de investimentos anual na casa dos 500 milhões de euros, portanto, temos de olhar para esses 15 milhões ou para esses 20 milhões de euros que seria o esforço adicional nesse contexto. É fundamental, independentemente desta iniciativa, que se olhe para o investimento com bastante preocupação, porque nós sabemos que sem investimento privado nós não teremos recuperação de economia rápida, ou mesmo lenta nos próximos anos. Portanto, é fundamental concentrar esforços, quer o Governo, quer os partidos da oposição, é fundamental que todos deem um contributo e foi isso que nós fizemos alertando para a necessidade, olhando para aquilo que é a situação passada em termos de investimento na Região e ter uma atitude realista e pragmática relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Deputada Graça Silveira (Independente): Queria me inscrever, Sra. Presidente.

Presidente: A Sra. Deputada Graça Silveira inscreveu-se e o Sr. Deputado Francisco César também quer inscrever, não é, Sr. Deputado?

Para se inscrever a si?

Deputado Francisco César (PS): A mim.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente (penso que ainda está connosco), Srs. Membros do Governo:

Eu penso que aquilo que é óbvio nesta iniciativa é o reconhecimento da necessidade que há em reforçar o investimento privado, porque a nossa economia não pode ficar única e exclusivamente dependente do orçamento público. Temos de gerar riqueza e com essa riqueza gerar empregos.

Sendo esta uma iniciativa que é na realidade um projeto de resolução, ou seja, uma recomendação ao Governo, havendo reconhecimento da pertinência da iniciativa o Governo tem toda a latitude para implementar a medida nos moldes que melhor achar que servem os açorianos.

Portanto, penso que isto é uma discussão meramente política de querer ou não aprovar a iniciativa, porque penso que todos nós reconhecemos a necessidade deste reforço ao investimento privado.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Neto de Viveiros, eu estive a ler com cuidado a sua proposta e a sua argumentação e eu fico um pouco confuso, penso que ficamos todos, com aquilo que aqui está e a sua argumentação face às nossas perguntas.

Pois bem, o que diz a vossa proposta é que pretendem que seja garantido um aumento das taxas de comparticipação dos investimentos a fundo perdido em cerca de 15 pontos percentuais, ou seja, todos os apoios que existem a fundo perdido passam a ter mais 15 pontos percentuais. É isto que aqui está. Depois até diz “de forma transversal e em todos os subsistemas.”

Uma leitura mais atenta dos regulamentos comunitários o que nos dizem é que as taxas máximas de apoio, por exemplo, no mapa nacional de auxílios com finalidade regional é de 45% para as grandes empresas, 55% para as médias, 65% para as pequenas, onde se inclui também as micro, pequenas empresas.

A consequência da sua proposta em diversos subsistemas é que não é preferível implementar a sua proposta na totalidade. Das duas, uma: ou a proposta do PSD é ilegal, porque viola aquilo que diz a Comissão Europeia; ou a proposta do PSD é inconsequente, porque aquilo que diz que faz, na verdade não faz; ou a proposta do PSD é um engano.

É legítimo ou não que o Partido Socialista coloque essas perguntas ao Sr. Deputado?

Eu penso que é legítimo e não vale a pena olhar para o lado e fingir que essas perguntas não fazem sentido. Não! Fazem muito sentido.

A argumentação que o Sr. Deputado nos deu foi: “Bom, mas a proposta do PSD é apenas uma resolução, não é lei, não é concreta. Os senhores depois que façam! É, digamos, um conjunto de intenções.”

Sr. Deputado, eu penso que isto não é critério para a Assembleia Legislativa. Se todos nós apresentássemos documentos e naquilo que o documento está errado dizíamos: “Bom, é uma resolução, os senhores que corrijam mais tarde.”

Oh, Srs. Deputados, isso não faz sentido nenhum! Quando é o contrário connosco os senhores criticam. Quando o Partido Socialista tem uma proposta que não é concreta e que não está correta nós substituímos, alteramos a proposta.

A proposta que os senhores trazem aqui aparentemente é ilegal, aparentemente é inconsequente, aparentemente é um engano.

Portanto, o Sr. Deputado deve explicações a esta câmara, porque esta proposta é sua, é do seu partido. A obrigação de um partido que acha que deve ter um dia responsabilidades na governação regional o mínimo que pode dizer é: “Bom, a nossa proposta tem aqui alguma questão que vocês não estão a ver, que os Srs. Deputados não estão a ver, há aqui um outro regulamento comunitário que permite que ela seja consequente e legal.”

Portanto, a pergunta que lhe faço é essa: como é que é possível que essa proposta seja consequente e legal já que em algumas áreas, aliás, em muitos subsistemas claramente que viola (os 15 pontos percentuais) aquilo que está previsto nos regulamentos da Comissão Europeia.

Nem lhe falo nas regras de minimis em alguns subsistemas, mas, oh, Sr. Deputado, esclareça esta câmara, acho que é necessário, porque é assim que se faz a discussão de um bom diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Inscrevo o Sr. Deputado António Vasco Neto de Viveiros.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver para já.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco.

(*) **Deputado António Vasco de Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Francisco César repetiu exatamente aquilo que foi a pergunta feita pelo Sr. Deputado Carlos Silva e que já respondi com o enquadramento que entendi correto. Estranho muito que neste plenário, quando houve uma iniciativa do PPM em que do Governo ninguém participou venha o Sr. Deputado, líder do Partido Socialista, com exigências de detalhe de uma resposta que já foi dada e a sua intervenção é perfeitamente desnecessária.

Já todos nós entendemos, já todos nós percebemos qual é a intenção. Essa medida pode ser aprovada ou não ser aprovada. Não será aprovada. Não são as explicações que eventualmente possam ser complementares que têm a ver com o sentido de voto nenhum dos partidos. Portanto, a sua intervenção era dispensável.

Mas clarificando: nós tivemos aqui uma iniciativa do PPM que o Governo estava presente e que não se manifestou. Como é que o líder da bancada do Partido Socialista vem agora exigir, numa situação que já foi suficientemente

explicada, vem aqui fazer exigências de explicações em detalhe onde já foram feitas, naquilo que é o contexto de um projeto de resolução.

Portanto, Sr. Deputado Francisco César, nessa matéria fique descansado que não lhe darei mais qualquer explicação. Penso que está dada e está suficientemente esclarecida.

Aquilo que volto a insistir e que repito é que outros partidos, incluindo o Partido Socialista, olhem para as necessidades de investimento da Região com realismo, com pragmatismo e que deem o seu contributo. É aquilo que a Região precisa, é aquilo que os açorianos precisam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, para se inscrever.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo que para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Neto de Viveiros, eu estou estupefacto com a sua explicação.

O que o Sr. Deputado me disse agora, ou que nos disse, a esta câmara, é que o PSD não tem de dar explicações.

Eu não compreendo isso.

Oh, Sr. Deputado, eu faço-lhe duas perguntas: conhece ou não o mapa nacional dos auxílios com finalidade regional para Portugal no período de 2014/2020?

Que diga-me aqui, se faz favor, quais são as taxas máximas que são estabelecidas para as grandes, para as médias, para as pequenas e onde se inclui também as micro e pequenas empresas?

Também me refira, com o conhecimento que tem, em relação aos auxílios de minimis e aquilo que concretamente estabelece como limite.

Eu gostava que o Sr. Deputado nos dissesse se esses dois regulamentos implicam ou não com a sua proposta?

Porque era o que faltava que um proponente achasse que não deve explicações a esta câmara.

O Sr. Deputado explique se há implicações ou não na sua proposta a esses dois regulamentos?

Esses dois regulamentos não são regulamentos que apenas o Governo Regional tem conhecimento. Esses dois regulamentos são conhecidos por todos.

Portanto, eu gostava de saber se o Sr. Deputado conhece e diga se interferem ou não com a sua proposta, porque essa explicação deve a esta câmara e não venha com outro tipo de conversas sobre propostas de outros partidos. Nós não estamos a falar de propostas de outros partidos. Resuma-se à sua! Nós estamos a falar da proposta do PSD e gostávamos de explicações.

Pode dar as explicações à câmara ou acha que os representantes do povo açoriano não merecem explicações da parte de uma proposta do PSD?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, uma inscrição do PPM.

Presidente: Obrigada.

Sr. Secretário Regional Berto Messias, pede a palavra ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, o Governo prescinde para já.

Presidente: Muito bem.

Então sendo assim o Sr. Deputado Paulo Estêvão inscreveu-se e eu pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, como o episódio anterior foi referenciado, que é um episódio grave, que eu até, da parte da Representação Parlamentar ainda vamos estudar qual será a nossa atitude a partir de agora em relação ao nosso relacionamento institucional com o Governo.

Obviamente que vou expor esta situação no âmbito do partido e amanhã vamos tomar uma posição, porque obviamente a situação que ocorreu foi muito grave, é menosprezar um grupo parlamentar, uma representação parlamentar.

Foram colocadas questões ao Governo, o Governo decidiu não responder, não participar no debate e para nós esta situação ainda para mais tendo em conta que da nossa parte prestámos um apoio leal ao Governo em tudo o que foi necessário ao longo destes meses, aquilo que aconteceu é muito grave e terá consequências.

Portanto, eu também fico surpreendido agora com esta exigência ética do Partido Socialista. Deveria ter tido essa exigência ética na discussão anterior em que deveria ter tomado o mesmo tipo de posição em relação à ausência do Governo e de explicações do Governo em relação àquilo que estava a ser discutido e são coisas muito graves e muito importantes, como por exemplo, os investimentos que estão a ser preparados para ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

... receber os apoios no âmbito do Estado e da União Europeia que vão ser projetados para a empresa.

Mas pronto, essa foi uma questão grave.

Deixe-me terminar, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: eu não concordo com a proposta, já expliquei porquê. Eu acho que na situação em que estamos a viver, apesar de tudo, tem de existir uma hierarquia de prioridades. Portanto, o PSD na sua proposta não estabelece esta hierarquia, mas há algo que tenho de dizer que me parece absolutamente evidente que é: estamos a falar neste momento nas fronteiras que existem, nos limites que existem em relação ao investimento no âmbito da União Europeia é uma coisa absolutamente anacrónica, é não ler as notícias de hoje, de ontem, ou seja, tudo isso passou à história. A partir de agora os investimentos e todas as limitações, as fronteiras que existiam são pura e simplesmente algo que não pertence ao mundo real, não pertence neste momento ao esforço financeiro brutal que a União Europeia ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... vai fazer em termos de investimento e a alteração profunda de todos estes mecanismos. Portanto, isso parece-me absolutamente evidente.

Centrar a discussão (e termino, Sra. Presidente) nos limites atuais, coisas que pertencem à pré-história, não me parece que seja um bom ponto de análise. Há outros que fragilizam a proposta, mas de facto colocar e fragilizar a proposta no âmbito das atuais fronteiras para o investimento, para o apoio ao investimento que existe, é algo absolutamente anacrónico e é não ver o que é que aí vem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado,

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Não havendo inscrições ...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para uma intervenção.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, eu gostaria de ... Diga.

Presidente: Eu penso que o Sr. Deputado Francisco César tinha pedido a palavra, mas era só para perguntar se era para se inscrever, se era para outra figura regimental.

Deputado Francisco César (PS): Para me inscrever, Sra. Presidente.

Presidente: Muito bem.

Sr. Secretário, então, por favor tem a palavra.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Para inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

Presidente: Muito obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu lamento profundamente que o PSD ache que este Parlamento não é digno de um esclarecimento da sua proposta. Lamento mesmo!

Aliás, tenta criar uma confusão, porque no caso da proposta da Sata, do Deputado do PPM, o proponente era o Deputado do PPM e qualquer pergunta

que lhe fosse feita, calculo que ele tivesse respondido. O Partido Socialista manifestou-se e viabilizou a proposta.

O caso aqui é diferente. O caso aqui é de um partido que traz uma proposta a este Parlamento e acha que não a deve explicar perante o Parlamento, acha que apenas deve fazer através das notas de imprensa talvez. Portanto, eu acho que é de lamentar a postura do Partido Social Democrata.

O Partido Socialista pode garantir uma coisa: as suas propostas serão sempre explicadas pelo proponente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vou passar agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Tem a palavra Sr. Vice-Presidente.

(Pausa)

Não sei se o Sr. Vice-Presidente já está em condições de tomar da palavra.

(Pausa)

Vamos aguardar só mais um pouco.

Tenho a informação dos serviços que estamos a tentar restabelecer a ligação.

(Pausa)

Nós não estamos a conseguir estabelecer a ligação.

Sr. Secretário Regional Berto Messias nós não conseguimos estabelecer a ligação, portanto, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (*Berto Messias*): Tudo bem, sim senhora. Obrigado.

Presidente: Vamos ultrapassar esta situação então para já.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

(*Pausa*)

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta iniciativa.

Francisco César.

Deputado Francisco César (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: António Parreira.

Deputado António Parreira (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Graça Silva.

Deputada Maria Graça Silva (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Iasalde Nunes.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Paulo Ávila.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: José Contente.

Deputado José Contente (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria de Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Eduarda Pimenta.

Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, o meu voto é contra.

Presidente: Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Voto contra, Sra. Presidente.

Presidente: Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Catarina Chamacame Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Voto a favor, Sra. Presidente.

Presidente: Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: João Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Luís Rendeiro.

Peço desculpa, Sr. Deputado, não consegui ouvir o sentido de voto.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, eu voto a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, voto a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

(Pausa)

Mónica Seidi.

Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Paulo Estêvão.

Peço desculpa, Sr. Deputado, mas não foi audível o seu sentido de voto. Pode repetir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Ana Luís.

O meu voto é contra.

Manuel Pereira.

Deputado Manuel Pereira (PS): O meu voto é contra, Sra. Presidente.

Presidente: Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Presidente: Mónica Seidi.

(Pausa)

Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação, tem a palavra.

Sr. Deputado, não conseguimos ouvir.

Secretário: Peço desculpa.

Estão a ouvir-me agora?

Presidente: Sim, agora estamos a ouvi-lo.

Secretário: Peço desculpa.

O Projeto de Resolução n.º 215/XI foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente 17 Deputados do PSD e a Sra. Deputada Independente, 3 abstenções do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar com os nossos trabalhos. Passamos agora ao ponto cinco da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 218/XI – “Redução das taxas nacionais sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)”**, apresentada esta iniciativa pela Deputada Independente.

Os tempos são os seguintes: o Governo Regional e o PS dispõem de 16 minutos; a Sra. Deputada Independente, 8 minutos; o PSD, 12 minutos; o CDS, 8 minutos; o Bloco de Esquerda, 6 minutos; e as representações parlamentares do PCP e do PPM, 4 minutos.

Para a apresentação da iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pandemia de saúde pública que estamos a viver exigiu a adoção de medidas restritivas para travar a propagação da Covid-19 impondo a redução da atividade de diversos sectores da economia, o que antevê uma crise sem precedentes com graves reflexos ao nível da liquidez das famílias.

O Governo Regional concedeu uma série de apoios às empresas, nomeadamente, atribuindo meios de tesouraria para o pagamento dos salários do mês de abril, reforçando o apoio ao *lay off* dado pelo Governo da República e concedendo um apoio, a fundo perdido, às empresas que tenham recorrido às linhas de financiamento nacional.

No entanto, as famílias passam por situações de perda de liquidez, que importa mitigar e minimizar, no sentido de proporcionar o rendimento disponível necessário para que se faça sentir o impacto positivo do consumo privado na economia.

Assim, agora mais do que nunca, se impõe uma política efetiva, justa e equitativa de apoio aos Açorianos, e isso só é possível pela via da redução da enorme carga fiscal imposta às famílias.

Nesta matéria, o Governo tem-se, sistematicamente, colocado na perspetiva do orçamento público em detrimento do orçamento familiar, ou seja, tem privilegiado o aumento da receita fiscal, em vez de reduzir os impostos sobre o rendimento das famílias.

Se é verdade que a economia não pode parar, também o é que a economia só funciona se os Açorianos tiverem liquidez e capacidade de investimento, que garantam o impacto positivo do investimento e consumo privados no estímulo à economia.

Uma retração no consumo conduz necessariamente a uma recessão na economia, logo, uma menor oferta de trabalho e, conseqüentemente, uma menor receita fiscal.

Sras. e Srs. Deputados:

A Lei das Finanças Regionais possibilita a adoção de um sistema fiscal nacional à Região, permitindo-nos, para combater os custos da insularidade, uma vantagem fiscal comparativa de 30% que, ainda, não foi plenamente utilizada.

O Governo Regional tem assumido, e bem, que não abdicará de nenhuma das ferramentas disponíveis ao seu dispor para salvaguardar a saúde pública, apoiar a economia e assegurar a manutenção dos postos de trabalho, pelo que, dispondo a Região de tal competência, não pode abdicar da utilização deste instrumento de política económica e de apoio aos rendimentos das famílias.

Aliás, a consagração de tal instrumento representou uma importantíssima vitória da nossa Autonomia que, neste momento, deve utilizar todas as prerrogativas conquistadas e conferidas constitucional e legalmente, no sentido de conseguir reerguer social e economicamente a Região.

Agora, mais do que nunca, faz todo o sentido prosseguir com o processo de despenalização fiscal, por forma a que os Açorianos possam usufruir de todas as vantagens que a Lei das Finanças Regionais nos confere.

Neste sentido, com a presente iniciativa, pretende-se aumentar em 5 pontos percentuais o diferencial fiscal do 2.º ao 5.º escalão de IRS (Imposto sobre o Rendimento Singular), de forma a alcançar não só as famílias com rendimentos mais baixos, mas também as da classe média, com maior poder de compra, e que possam, assim, pela via do consumo, contribuir para a recuperação da economia nos Açores.

Assim, propõe-se que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte recomendação ao Governo:

Aumentar em 5 pontos percentuais o diferencial fiscal do 2.º ao 5.º escalão de IRS, passando as famílias do 1.º ao 3.º escalão a beneficiar duma redução de 30% no IRS (o máximo legalmente possível na Região), e as famílias do 4.º e 5.º escalões passam a beneficiar dum diferencial de 25% nas taxas de IRS.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva, se faz favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado José San-Bento.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eu queria inscrever o Sr. Deputado António Vasco Neto de Viveiros.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

Presidente: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem a palavra então o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, importa aqui realçar que este é um momento de incerteza que exige a todos nós, representantes políticos, responsabilidade, mas também rigor naquilo que propomos, exatamente o contrário daquilo que fez o PSD na proposta anterior.

Por isso são exigidas às entidades públicas meios financeiros por forma a que elas sejam capazes de criar e aplicar medidas que apoiem as famílias, que

apoiem as empresas, que apoiem de uma forma transversal a economia açoriana.

Para que isso seja possível não podemos propor que sejam reduzidos os meios financeiros que elas têm ao seu dispor. Falo nomeadamente de alguma obsessão que ocorreu a algumas semanas atrás com os dividendos da EDA, que no fundo são formas de financiar a atividade do Governo e formas de financiar as políticas públicas para fazer face às dificuldades das empresas e também falo da proposta que é aqui apresentada pela Deputada Independente que pretende reduzir as receitas fiscais com o IRS.

Também importa aqui referir que no período entre 2014 e 2018 as receitas fiscais com IRS nos Açores reduziram 12%, ou seja, houve uma redução de 23 milhões de euros nas receitas que o Governo dos Açores arrecada com o IRS das famílias.

Isso demonstra claramente uma opção que tem vindo a ser seguida pelo Governo dos Açores de reduzir ao máximo, ou reduzir a valores sustentáveis os impostos que incidem sobre esta medida.

Portanto, não poderemos concordar com a Deputada Graça Silveira quando ela diz que há uma enorme carga fiscal nos Açores, porque isso não corresponde à verdade e as famílias quando fazem o IRS conseguem provar exatamente isso, que nos Açores, felizmente, pagamos muito menos impostos do que se estivéssemos noutras regiões do país.

Além disso, considero que esta proposta apresentada pela Deputada Independente é socialmente injusta. É socialmente injusta porque ela trata de forma igual todos os contribuintes sem ter em conta o grau em que eles foram afetados pela crise, sem ter em conta os rendimentos que eles perderam. Por isso, consideramos que ela não é justa, ao contrário daquilo que diz, porque ela irá beneficiar seguramente os contribuintes com menores *[impercetível]* e funcionários com rendimentos mais elevados, serão os maiores beneficiários

com esta mediada que serão os que ficam abrangidos pela redução que a Sra. Deputada propõe.

Portanto, a verdade é que nós, por exemplo, não fomos afetados pela crise e se estivéssemos a aprovar uma proposta como essa seríamos beneficiados quando não fomos afetados. Daí que consideramos que é uma proposta que é injusta nessa perspetiva.

Além disso, essa proposta, na maioria dos casos, iria gerar poupança, uma vez que os maiores beneficiários seriam os contribuintes com rendimentos mais elevados e não propriamente aquilo que diz que iria gerar mais consumo.

Portanto, pelos elementos que aqui foram referidos nós entendemos que é uma proposta que não é socialmente justa e que irá promover mais injustiça e, portanto, não poderemos aprovar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito das competências fiscais próprias da Região, contempladas na Lei da Finanças Regionais, consta a possibilidade da existência de um diferencial fiscal até 30%, no IRS, IRC e IVA, relativamente ao continente.

O PSD, ao longo desta legislatura, apresentou diversas iniciativas para a aplicação do diferencial fiscal de 30% para a taxa normal de IVA e do IRC.

A proposta apresentada no início de 2017 pelo PSD para reposição do diferencial fiscal do IVA, foi posteriormente seguida também por uma proposta da Plataforma, que inclui a UGT, a Câmara do Comércio e a Associação Agrícola dos Açores.

Infelizmente, a posição do Partido Socialista e do Governo ao longo desta legislatura foi sempre a de inviabilizar qualquer alteração, apesar de, neste período, as receitas fiscais terem aumentado significativamente.

Entre 2016 e a 2019, as receitas fiscais próprias aumentaram de 612 milhões de euros para 694 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 82 milhões de euros. Convém entender que a existência da possibilidade legal do diferencial fiscal na Região até 30%, resulta de circunstâncias económicas estruturais, sendo um instrumento para minimizar os custos da insularidade para as famílias, decorrentes de um conjunto de desvantagens competitivas relativamente ao restante território nacional.

Acresce que, mesmo a nível nacional e para as regiões do interior, pelo menos em matéria de IRC, cada vez são maiores os consensos para que seja instituído um regime mais vantajoso, reforçando assim, por maioria de razão a própria justificação do regime das regiões autónomas.

Na iniciativa em apreciação, proposta pela Deputada Independente, aumentando o diferencial fiscal nos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º escalão do IRS, as razões imediatas estão associadas à conjuntura decorrente da pandemia Covid-19.

Nas atuais circunstâncias, com a redução dos rendimentos de inúmeras famílias, a redução das taxas de IRS tem absoluta justificação e prioridade.

Presidente: Terminou, Sr. Deputado? Terminou.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

Deputado Paulo Mendes (BE): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós, Bloco de Esquerda, há muito que defendemos a reposição integral do diferencial fiscal, de acordo com o previsto na versão de 2010 da Lei das Finanças Regionais, aliás, por várias ocasiões, trouxemos, a esta Casa, iniciativas com esse intuito. Assim, e em coerência com a nossa posição, votaremos favoravelmente a presente iniciativa.

A reposição que pretendíamos vai mais além e incidiria sobre o IRS, IRC, IVA e traria a garantia de que a Região nunca seria prejudicada, nas transferências do Orçamento de Estado, na transição de ano para ano.

Esta proposta, apesar de parcial nos seus objetivos comparativamente ao pretendido por nós, repõe o mais importante, no caso, o aumento do diferencial fiscal sobre os rendimentos provenientes do trabalho.

Nesta altura é importante aliviar a carga fiscal sobre os trabalhadores que são simultaneamente a vasta maioria dos consumidores, cujo consumo viabiliza a atividade económica das empresas.

O aumento do diferencial fiscal para o máximo de 30% fará ainda mais sentido para as famílias com menores rendimentos e para as famílias ditas «remediadas», pois os seus consumos trazem um maior impacto para o relançamento da economia.

O PS e o Governo Regional têm feito autênticas «juras de amor» à atual Lei das Finanças Regionais. Alegam que a versão atual garante até um maior volume de transferências do Orçamento de Estado. E isso até é verdade, mas só enquanto assistimos à retoma da economia com uma evolução positiva do consumo e, conseqüentemente, da receita em IVA.

Como devem adivinhar, a atual crise pandémica já trouxe conseqüências para o consumo, logo verificar-se-á, num futuro mais ou menos próximo, uma redução das transferências do Orçamento de Estado para a Região, justamente na altura em que mais precisamos de apoio.

Como irá o Governo Regional compensar tal redução? O relançamento do consumo é um começo, mas o consumo só se garante, não só com a reposição do diferencial fiscal em sede de IRS como também e, sobretudo, através do combate ao desemprego e à precariedade.

Irá o Governo Regional, suportado pelo PS, persistir na falácia da escolha entre desemprego e precariedade? Será que se reforçará a ideia segundo a qual os

açorianos terão de escolher entre o desemprego ou um emprego a prazo e mal pago?

Estas são as questões a que um governo de esquerda terá de dar respostas, ainda mais revelantes dado o período que vivemos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu vou anunciar os tempos restantes para o debate de amanhã, portanto, para aqueles que intervieram, naturalmente: a Sra. Deputada Independente ficará ainda para amanhã com 3 minutos e 53 segundos; o Partido Socialista, 12 minutos e 33 segundos; o PSD, 9 minutos e 43 segundos e o Bloco de Esquerda, 3 minutos e 30 segundos.

Vamos encerrar os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (Independente): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (Independente): Neste debate a Deputada Independente tem direito a três mais oito, certo?

Presidente: Não. Teria direito a três mais oito se este fosse um debate conjunto. Como não é só tem direito aos oito minutos. Tem direito aos oito. Portanto, restou-lhe 3 minutos e 53 segundos.

Deputada Graça Silveira (Independente): Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Um resto de boa tarde para todos e até amanhã.

Eram 18 horas e 57 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Paulo Ávila

Manuel José da Silva Ramos

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Controlo público da TAP e da SPDH, n.º 369/XIV (PCP) - n.º 314/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 05 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 06 – 02.

2 - Projetos de Resolução:

N.º 203/XI

Assunto: [Pela atribuição de subsídio a trabalhadores em condições de risco, penosidade e insalubridade, com pedido de urgência](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2020 – 04 – 22

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: Aprovada a urgência na Sessão Plenária de 05/05/2020 (Foi autorizada a prorrogação de prazo por 30 dias);

N.º 222/XI

Assunto: [COVID-19 - Intervenção Emergente na Agricultura dos Açores](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 05 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer::;

N.º 225/XI

Assunto: [Realização de um inquérito serológico à população açoriana](#)", com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 05 – 13

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO;

N.º 226/XI

Assunto: [«Desligamento» - “Garantir os apoios ao rendimento desligados da produção”](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer::

N.º 227/XI

Assunto: [Recomenda ao Governo dos Açores a adoção de medidas excecionais em defesa do setor da Agricultura na Região](#), com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2020 – 05 – 15

Comissão:

PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO.

3 - Requerimentos:

Assunto: [Renúncia da Direção Clínica do Hospital da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira, Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 875/XI;

Assunto: [Distribuição de máscaras comunitárias ou de uso social na Região Autónoma dos Açores](#)

Autora: Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 876/XI;

Assunto: [Relatório Único](#)

Autor: António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 12

Referência: 54.03.00 – N.º 877/XI;

Assunto: [Deslocação de utentes do Pico ao Hospital da Horta](#)

Autores: Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 13

Referência: 54.03.06 – N.º 878/XI;

Assunto: [COVID19-Serviço de Atendimento Permanente na USIP](#)

Autores: Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14

Referência: 54.03.06 – N.º 879/XI;

Assunto: [Discriminação nas tarifas de residente dos Açores de Lisboa para as ilhas sem gateway](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 880/XI.

4 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Teste de rastreio Pré-Natal](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 05 – 13

Referência: 54.04.00 – N.º 826/XI;

Assunto: [Bombeiros em situação de quarentena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 05 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 864/XI;

Assunto: [Plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14

Referência: 54.03.06 – N.º 818/XI;

Assunto: [Obras nos Bairros Nascer do Sol e Beira Mar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14

Referência: 54.06.03 – N.º 827/XI;

Assunto: [Cobrança irregular de taxa moderadora](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14

Referência: 54.07.07 – N.º 830/XI;

Assunto: [Grupo de teatro A Jangada - apoios ao teatro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14

Referência: 54.04.08 – N.º 852/XI;

Assunto: [Relatório Único](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 877/XI.

5 - Comunicações/Informações:

Assunto: Email a informar o texto de uma Petição submetida online, “Pelo não retorno às aulas presenciais nas escolas da ilha das Flores

Proveniência: Lígia Teixeira, 1.ª Peticionária

Data de Entrada: 2018 – 05 – 08;

Assunto: Email a remeter o relatório n.º 04/2020 – Análise Do Programa de Estabilidade 2020

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 13;

Assunto: Email a remeter Novo Relatório – Evolução orçamentai da Administração Local em 2019

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 14.

6 - Relatórios:

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 60/XI – “Primeira alteração ao DLR n.º 7/2017/A, de 10 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada - PROMÉDIA 2020”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 221/XI - "Reforçar o combate ao Abandono Escolar em tempos de pandemia"](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 05 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 224/XI - "Recomenda ao Governo Regional que apresente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma proposta de decreto legislativo regional que estabeleça o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e Jovens em perigo na Região Autónoma dos Açores"](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 05 – 15;

Assunto: [Da Audição do Gestor Público indigitado para a recondução na presidência do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 213/XI \(PSD\) - “Simplificação administrativa de candidaturas das empresas \(Covid-19\)”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 214/XI \(PSD\) - “Compensação às empresas pela redução da faturação \(Covid-19\)”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 215/XI \(PSD\) - “Revisão dos Sistemas de Incentivos Regionais ao Investimento Privado”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 218/XI \(Deputada Independente\) - “Redução das taxas nacionais sobre o Rendimento das Pessoas Singulares \(IRS\)”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 222/XI \(PSD\) - “COVID-19 – Intervenção Emergente na Agricultura dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 223/XI \(PSD\) - “Sistema de incentivos à inovação produtiva no contexto da COVID-19”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 05 – 14.

As redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes